



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE (CIAMB)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS**

ANA MARIA DENARDI

**PALMAS EM CENA:
DA GERAÇÃO À BANALIZAÇÃO DO ABANDONO DE
LIXO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO NÚCLEO
CENTRAL DA CAPITAL DO TOCANTINS**

PALMAS

2013

ANA MARIA DENARDI

**PALMAS EM CENA:
DA GERAÇÃO À BANALIZAÇÃO DO ABANDONO DE
LIXO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO NÚCLEO
CENTRAL DA CAPITAL DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Impactos Ambientais e Alternativas Sustentáveis.

Orientadora: Profa. Dra. Kelly Bessa

PALMAS

2013

ANA MARIA DENARDI

**PALMAS EM CENA:
DA GERAÇÃO À BANALIZAÇÃO DO ABANDONO DE LIXO NOS ESPAÇOS
PÚBLICOS DO NÚCLEO CENTRAL DA CAPITAL DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Impactos Ambientais e Alternativas Sustentáveis.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kelly Bessa - Orientadora
Universidade Federal do Tocantins (CIAMB - UFT)

Prof. Dr. Lucas Barbosa e Souza
Universidade Federal do Tocantins (CIAMB - UFT)

Prof. Dr. Valdir Aquino Zitzke
Universidade Federal do Tocantins (GEOGRAFIA - UFT)

Palmas, 22 de março de 2013.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Federal do Tocantins
Campus Universitário de Palmas

- D391p Denardi, Ana Maria
Palmas em cena: da geração à banalização do abandono de lixo nos espaços públicos do núcleo central da capital do Tocantins / Ana Maria Denardi. - Palmas, 2013.
166f.
- Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, 2013.
Linha de pesquisa: Impactos Ambientais e Alternativas Sustentáveis.
Orientadora: Prof. Dra. Kelly Bessa.
1. Lixo. 2. Resíduos sólidos urbanos. 3. Abandono. 4. Cidadania. 5. Pertencimento. I. Bessa, Kelly. II. Universidade Federal do Tocantins. III. Título.

CDD 323.6

Bibliotecária: Emanuele Santos
CRB-2 / 1309

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código

“Dedico este trabalho a minha Família: meu porto seguro, fonte de amor, paz e inspiração”.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer um, agradeço primeiramente a Deus, o *Grande Arquiteto do Universo* que na sua infinita bondade me instruiu com sua luz e permitiu que eu pudesse alcançar mais uma etapa nessa minha caminhada. Também agradeço a santa mãe Maria, intercessora e guia, que na sua incomparável doçura me manteve firme na busca de meus objetivos.

Ao meu amor, esposo, amigo... a outra metade do meu ser, Anderson Rodrigo Piccini, que direta ou indiretamente me acompanhou e colaborou nessa minha jornada.

Aos meus familiares, a quem eu amo tanto, que mesmo à distância me mandaram força, luz e inspiração para suportar os obstáculos que apareceram.

Aos amigos, colegas e a todos aqueles que durante esse tempo dedicado ao mestrado eu conheci, conversei, troquei informações, auxiliei e fui auxiliada.

A minha orientadora, a professora Dra Kelly Bessa, que com muita competência me ensinou os caminhos da pesquisa científica.

Enfim, a todos, meus sinceros agradecimentos: Muito Obrigada!

A ideia de ambiente como algo separado dos seres humanos e que serve apenas como pano de fundo para a história humana é uma visão enganosa. Qualquer coisa que os seres humanos façam para a comunidade ecossistêmica os afeta inevitavelmente. A humanidade nunca existiu isolada do resto da vida, e não poderia existir sozinha, pois ela depende das associações complexas e íntimas que tornam a vida possível.

(HUGHES, 2001, p.6)

RESUMO

DENARDI, Ana Maria. **Palmas em cena**: da geração à banalização do abandono de lixo nos espaços públicos do núcleo central da capital do Tocantins. 2013. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.

O propósito deste estudo é compreender, numa perspectiva interdisciplinar, sob a ótica da sustentabilidade e da cidadania, o abandono e o conseqüente acúmulo de lixo (resíduos sólidos) nos espaços públicos do núcleo central de Palmas, de modo a tornar inteligível sua gradativa incorporação e banalização no cenário urbano da referida cidade. O tema proposto traz à tona a atual situação do crescente acúmulo de lixo na capital do Tocantins, discutindo os impactos socioambientais, desde questões sanitárias e de saúde pública, até questões estéticas e de identificação territorial. Assim, com relação à produção e ao abandono de lixo nos espaços públicos, surgem as seguintes questões que delimitaram o tema-problematizado desta dissertação: Há, em Palmas, uma situação de simples descaso com o ambiente de vivência coletiva? Ou, em outra perspectiva, trata-se de problemas na relação habitante-lugar, sobretudo em função da dificuldade por parte da população de estabelecer um sentimento de pertencimento capaz de sensibilizar ações individuais ou coletivas em prol de melhoria da qualidade do meio ambiente urbano? Dessa forma, esta pesquisa teve como pressupostos teóricos uma abordagem interdisciplinar, valendo-se de aspectos ligados à arquitetura, ao urbanismo, à geografia, à sociologia, entre outras áreas. Este estudo foi precedido de levantamento bibliográfico que buscou embasamento teórico sobre o tema, seguindo-se de análise documental junto a órgãos públicos municipais, por meio da qual foram feitos levantamentos de dados quantitativos. Na sequência, a segunda fase da investigação foi constituída pelo trabalho de campo realizado em diferentes épocas do ano, considerando a sazonalidade do regime climático local (chuva e seca). Nessa etapa, foram utilizadas as técnicas da observação direta e participante, seguida de registro fotográfico dos principais espaços públicos localizados na área de recorte do núcleo central da cidade: Avenida Juscelino Kubitschek, Praça dos Girassóis, Avenida Joaquim Teotônio Segurado e Espaço Cultural. A etapa final consistiu da investigação do estudo de caso da feira da Quadra 304 Sul, que se deu ao longo de três meses, em períodos aleatoriamente monitorados. Foram utilizados, nesse momento, a observação direta com registro fotográfico e a técnica da observação participante, pressupondo, neste último caso, a interação entre pesquisador/pesquisado. Simultaneamente, foi aplicada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), por intermédio de entrevistas semiestruturadas. Em relação às constatações obtidas por esta pesquisa, observou-se que a ação de descaso com o ambiente de vivência coletiva engloba todos os atores envolvidos na dinâmica urbana da referida cidade, sejam eles associados aos órgãos públicos, aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, e aos cidadãos que consomem os serviços prestados nesse espaço. Evidenciou-se, nesse caso, que a carência na conjugação de um sentimento de pertencimento, associada à inexistência de uma identidade territorial própria da cidade, acarretou deficiências naquilo que diz respeito ao partilhamento da noção de cidadania, tornando o lixo, nos espaços públicos no núcleo central de Palmas, um problema banalizado que continua em cena.

Palavras-chave: lixo, resíduos sólidos urbanos, abandono, cidadania, pertencimento.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand, in an interdisciplinary perspective, from the standpoint of the urban sustainability and of the citizenship, the abandonment and further accumulation of garbage (solid residues) in the public spaces of downtown Palmas, making it possible to comprehend its gradual incorporation and downgrading in the urban scenery of the cited city. The proposed issue brings out the current situation of the growing garbage buildup in the capital of Tocantins, discussing the socioenvironmental impacts, from sanitary themes and public health to aesthetics motions and those of territorial identification. In this sense, concerning the production and the disposal of garbage in the public spaces, the following questions come to light and defined the problematic rendered themes of this dissertation: Is there, in Palmas, a situation of mere inattention to the collective living environment? Or, in another overview, there must be problems of the inhabitant-place relationship, above all concerning the difficulty encountered by the population in establishing a bond of belonging strong enough to make them seek for actions that could solve the problem and achieve a better urban environment? Thus, this research had as its theoretical assumption an interdisciplinary approach, taking into account some aspects related to architecture, urbanism, geography, and sociology, among others. This study was preceded by a bibliographical survey for the theoretical basis about the topic, followed by a documental analysis in public city organizations, though which a survey for quantitative data was carried out. In sequence, the second part of the research was composed by the field work in different times of the year, considering the local season (rain and drought). At this stage, there were used the direct and participant observation techniques, followed by a photographic record of the main public spaces or venues situated in the scope area of the central core of the city: Juscelino Kubitscheck Avenue, Girassóis Square, Joaquim Teotônio Segurado Avenue and the Cultural Space. The final phase consisted of a case study investigation at the Quadra 304 Sul open market that lasted for three months, in randomly monitored periods. At that moment, there were used the direct observation together with a photographic record and the participant observation technique, assuming in the latter, the interaction between researcher and researched. Simultaneously, the Collective Subject Discourse Technique (CSD) was applied, through semi-structured interviews. With regard to the verifications obtained in this research, it was observed that the negligent action towards the collective living environment embodies all the parties involved in the urban dynamics of the cited city, be them linked to the City Administration, to the commercial and provision of services institutions and to the citizens who consume the services delivered in that space. There was evidence, in that case, that a shortfall in the conjugation of a sense of belonging, associated to the inexistence of a city territorial identity brought on some deficiencies towards the sharing of the citizenship notion. Consequently, the garbage in the public spaces in downtown Palmas, presents itself as a trivial problem that is still in the scene.

Key words: garbage, urban solid residues, abandoning, citizenship, belonging.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Palmas: localização da área de estudo, 2012.....	22
FIGURA 2	Palmas: localização e croqui do sítio urbano do projeto urbanístico, 1988.....	27
FIGURA 3	Palmas: área macroparcelada e áreas de expansão do plano urbanístico inicial, 2002.....	28
FIGURA 4	Palmas: área macroparcelada do plano urbanístico, 2002.....	29
FIGURA 5	Palmas: Mosaico de Ortofotocartas da Prefeitura Municipal, 2003.....	34
FIGURA 6	Tocantins: matéria de capa do Jornal do Tocantins, 2011.....	44
FIGURA 7	Palmas: núcleo central conforme croqui do projeto original, 1988.....	73
FIGURA 8	Palmas: área de comércio e serviço central (AC), 2003.....	75
FIGURA 9	Palmas: fases da ocupação do solo previsto no Plano Diretor Urbanístico, 1994.....	76
FIGURA 10	Palmas: mapa da Ocupação Territorial, 1990 a 2006.....	78
FIGURA 11	Palmas: mapa de Ordenamento do Solo Urbano no Município, 2007.....	79
FIGURA 12	Núcleo central de Palmas: Quadra 204 Sul (ARSE 21), 2005.....	84
FIGURA 13	Praça José Gomes Sobrinho e o Espaço Cultural: condição do mobiliário urbano, 2012.....	103

LISTA DE FOTOS

FOTO 1	Porto Alegre: sistema de coleta mecanizada com contêiner, 2011.....	55
FOTO 2	Palmas: instalação de contêiner próximo a estabelecimento de alimentação em avenida do núcleo central da cidade, 2012.....	57
FOTO 3	Palmas: instalação de contêiner em frente a condomínio residencial no núcleo central da cidade, 2012.....	57
FOTO 4	Palmas: lixo oriundo de residências abandonados nas calçadas públicas do núcleo central, a espera de recolhimento, 2012.....	61
FOTO 5	Palmas: RSU oriundo do comércio em geral abandonado nos passeios públicos da cidade, 2011.....	62
FOTO 6	Palmas: lixo descartado sem o devido acondicionamento oriundo de uma farmácia integrante de rede nacional de comércio, 2012.....	62
FOTO 7	Palmas: espaço utilizado pelo comércio ambulante de água de coco, 2012.....	63
FOTO 8	Palmas: situação das calçadas públicas da cidade após queima de lixo, 2011/2012.....	63
FOTO 9	Palmas: sofás abandonados nas áreas verdes da cidade, 2011/2012.....	64
FOTO 10	Palmas: lixo residencial depositado em área verde pública, 2012.....	65
FOTO 11	Palmas: lixo depositado em lote baldio particular, 2011/2012.....	65
FOTO 12	Palmas: entulhos abandonado de forma irregular nas calçadas públicas, 2011/2012.....	66
FOTO 13	Palmas: materiais da construção civil dispostos de forma irregular nos jardins dos canteiros centrais e nas calçadas das principais avenidas da cidade, 2011/2012.....	67
FOTO 14	Palmas: caixas de papelão, em época de chuvas, usadas para acondicionar lixo para a coleta, 2011.....	68
FOTO 15	Palmas: lixo solto sem o devido acondicionamento, em estado de apodrecimento, servido de atrativos para animais se alimentarem, 2012.....	68
FOTO 16	Palmas: embalagens de lixo solto nas calçadas sendo deterioradas por ação de animais de rua, 2011.....	68
FOTO 17	Palmas: detritos sólidos nos canteiros centrais de avenidas da cidade causando mau cheiro e atraindo insetos e outros animais, 2012.....	68
FOTO 18	Palmas: Palácio do Araguaia e a Praça dos Girassóis, 2005.....	81
FOTO 19	Palmas: Espaço Cultural, 2011.....	82
FOTO 20	Palmas: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, 2009.....	85
FOTO 21	Av. JK. : trecho compreendido entre as Quadras 104 Sul e 104 norte, 2012.....	86
FOTO 22	Núcleo central de Palmas: variedade de resíduos abandonados nas calçadas e jardins públicos, 2011.....	89

LISTA DE FOTOS (continuação)

FOTO 23	Palmas: tipos de lixeiras encontradas no núcleo central da cidade, 2012.....	92
FOTO 24	Av. JK.: ausência de lixeiras e lixo depositado em locais inadequados, 2011.....	94
FOTO 25	Av. JK.: RSU acumulados nos jardins das rotatórias camuflados por entre as plantas, 2011.....	94
FOTO 26	Av. JK.: RSU acumulados nas calçadas públicas, no trecho de maior movimento diário, 2012.....	94
FOTO 27	Av. JK.: RSU acumulados durante o dia nos canteiros das calçadas públicas e desmanchados à noite pela ação da chuva, 2012.....	95
FOTO 28	Av. JK.: área de alimentação com resíduos orgânicos e embalagens em geral abandonados nas calçadas e estacionamentos, 2012.....	95
FOTO 29	Núcleo central: trailers usados para venda de lanches nos estacionamentos públicos, 2012.....	96
FOTO 30	Av. Teotônio Segurado: configuração das grandes distâncias, 2011.....	97
FOTO 31	Av. Teotônio: pontos de ônibus e acúmulo de resíduos, 2012.....	98
FOTO 32	Núcleo central: RSU acumulados após um dia normal de funcionamento, 2011...	100
FOTO 33	Praça José Gomes Sobrinho e o Espaço Cultural: resíduos acumulados em dia após exposição e feira de venda de carros promovida por concessionárias particulares, 2011.....	104
FOTO 34	Praça José Gomes Sobrinho e o Espaço Cultural: resíduos acumulados em dia de evento promovido pela esfera pública, 2011.....	104
FOTO 35	Praça dos Girassóis em dia normal de funcionamento: resíduos normalmente encontrados (galhadas e folhas secas) e o uso do espaço para prática de esporte, 2011/2012.....	105
FOTO 36	Praça dos Girassóis à noite: situação de abandono de lixo após desfile cívico em comemoração ao dia 7 de setembro, 2011.....	106
FOTO 37	Praça dos Girassóis: o não uso de lixeiras disponíveis em evento temporário enquanto o lixo é espalhado pelos espaços públicos, 2011.....	108
FOTO 38	Palmas: algumas das feiras livres cobertas, 2012.....	119
FOTO 39	Palmas: Centro de Comércio Popular Mário Bezerra Cavalcante ou Feira da Quadra 304 Sul, 2012.....	120
FOTO 40	Feira da quadra 304 Sul: situação atual, 2012.....	123
FOTO 41	Feira da Quadra 304 Sul: falta e improvisação de lixeiras, 2012.....	124
FOTO 42	Feira da Quadra 304 Sul: área de estacionamento interno, 2012.....	127
FOTO 43	Feira da Quadra 304 Sul: entrada de acesso pelo estacionamento interno, 2012.	128

LISTA DE FOTOS (continuação)

FOTO 44	Feira da Quadra 304 Sul: praça de hortifrúti, 2012.....	129
FOTO 45	Área de estacionamento da Feira da Quadra 304 Sul: resíduos orgânicos, 2012.	130
FOTO 46	Feira da Quadra 304 Sul: resíduo orgânico embaixo da rampa de acesso ao pavimento superior, 2012.....	131
FOTO 47	Feira da Quadra 304 Sul: praça de alimentação antes e após ocupação, 2012....	133
FOTO 48	Praça de alimentação da Feira da 304 Sul: excrementos de pombos urbanos, 2012.....	135
FOTO 49	Feira da Quadra 304 Sul: situação após término da feira e caçamba de recolhimento do lixo produzido, 2012.....	136
FOTO 50	Feira da Quadra 304 Sul: trabalhadores da limpeza, próximo ao horário do meio dia, em períodos de seca, 2012.....	137
FOTO 51	Feira da Quadra 304 Sul: trabalhadores da limpeza em períodos chuvosos, 2012.....	138
FOTO 52	Espaços públicos do núcleo central de Palmas: o lixo em cena, 2011 – 2012.....	152

LISTA DE ESQUEMAS, GRÁFICOS E QUADROS

ESQUEMA 1	Palmas: caracterização das feiras livres, 2012.....	117
ESQUEMA 2	Feira da Quadra 304 Sul: organização espacial do pavimento térreo, 2012..	121
ESQUEMA 3	Feira da Quadra 304 Sul: organização espacial do pavimento superior, 2012.....	122
ESQUEMA 4	Etapas da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, 2012.....	142
<hr/>		
GRÁFICO 1	Tocantins: evolução demográfica, 1991 – 2010.....	33
GRÁFICO 2	Tocantins: destinação final RSU (ton./dia) 2010-2011.....	51
<hr/>		
QUADRO 1	Palmas: evolução demográfica, 1991 – 2010.....	33
QUADRO 2	Tocantins: comparativo de geração e coleta de RSU, em 2010 e 2011.	51
QUADRO 3	Palmas: localização, dia e horário de funcionamento das Feiras Livres Municipais, 2012.....	118
QUADRO 4	Feira da Quadra 304 Sul: riscos ambientais envolvendo a questão dos resíduos sólidos, 2011.....	139
QUADRO 5	Distribuição do número de ideias centrais diante do primeiro questionamento: “Qual a sua opinião a respeito do lixo acumulado durante um dia de funcionamento da feira?”.....	144
QUADRO 6	Ideia central e discurso do sujeito coletivo em relação ao primeiro questionamento: “Qual a sua opinião a respeito do lixo acumulado durante um dia de funcionamento da feira?”	144
QUADRO 7	Distribuição do número de ideias centrais frente ao segundo questionamento: “Qual é o motivo que faz com que o lixo fique espalhado pela feira?”.....	145
QUADRO 8	Ideia central e discurso do sujeito coletivo em relação ao segundo questionamento: “Qual é o motivo que faz com que o lixo fique espalhado pela feira?”.....	146
QUADRO 9	Distribuição do número de ideias centrais frente ao terceiro questionamento: “Sendo um espaço público, de quem é a responsabilidade de manter este espaço sem lixo espalhado ou acumulado?”	147
QUADRO 10	Ideia central e discurso do sujeito coletivo em relação ao terceiro questionamento: “Sendo um espaço público, de quem é a responsabilidade de manter este espaço sem lixo espalhado ou acumulado?”	147
QUADRO 11	Distribuição do número de ideias centrais frente ao quarto questionamento: “O que o Sr.(a) entende por espaço público”.....	148
QUADRO 12	Ideia central e discurso do sujeito coletivo em relação ao quarto questionamento: “O que o Sr.(a) entende por espaço público”.....	149

LISTA DE SIGLAS

AA	-	Área Administrativa
ABNT	-	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRELPE	-	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais
AC	-	Área de comércio e serviço central
ACSE	-	Área Comercial Sudeste
AGESP	-	Agência de Serviços Públicos
APM	-	Área Pública Municipal
ARNE	-	Área Residencial Nordeste
ARNO	-	Área Residencial Noroeste
ARSE	-	Área Residencial Sudeste
ARSO	-	Área Residencial Sudoeste
Av. LO	-	Avenida Leste - Oeste
Av. NS	-	Avenida Norte - Sul
CETESB	-	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CIAM	-	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CODETINS	-	Companhia de Desenvolvimento do Tocantins
COEDA	-	Coordenadoria de Educação Ambiental
DSC	-	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	-	Expressão - Chave
FELC-TO	-	Fórum Estadual lixo e cidadania do Tocantins
GTE	-	Grupo técnico executivo
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	-	Ideia Central
IPCC	-	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPDSC	-	Instituto de Pesquisa do Sujeito Coletivo
IPUP	-	Instituto de Planejamento Urbano de Palmas
JK	-	Juscelino Kubitschek
Kg./hab./dia	-	Quilograma por habitante por dia
Kg./hab./ano	-	Quilograma por habitante por ano
Ltda	-	Limitada
MPE/TO	-	Ministério Público Estadual / Tocantins
NATURATINS	-	Instituto Natureza do Tocantins
NBR	-	Norma Brasileira
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PDUP	-	Plano Diretor Urbanístico de Palmas
PMP	-	Prefeitura Municipal de Palmas
PNMA	-	Programa Nacional de Meio Ambiente
P.O.	-	Procedimentos Operacionais
RS	-	Resíduos Sólidos
RSU	-	Resíduos Sólidos Urbanos
S/A	-	Sociedade Anônima
S/E	-	Sem escala
S/P	-	Sem página
SAGRI / PMP	-	Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município de Palmas
SEDUH/PMP	-	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Município de Palmas
SEMADS/TO	-	Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMASP/PMP	-	Secretaria de Meio Ambiente e Serviço Público do Município de Palmas
SEPLAN	-	Secretaria Estadual de Planejamento e Meio Ambiente
SIGPALMAS	-	Gerência de Informações Urbanísticas de Palmas
SIRES	-	Sistema de informações sobre Resíduos Sólidos
SMA	-	Secretaria do Meio Ambiente Estado de São Paulo
T.P.A	-	<i>Town Planning Associates</i>
TAC	-	Termo de Ajuste de Conduta
Ton./ dia	-	Tonelada por dia
Ton./ mês	-	Tonelada por mês
Ton./ano	-	Tonelada por ano
UHE	-	Usina Hidroelétrica
USP	-	Universidade de São Paulo
VISA/PMP	-	Vigilância Sanitária do Município de Palmas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1.....	24
1 OS RESÍDUOS SÓLIDOS EM PALMAS: DA GERAÇÃO À BANALIZAÇÃO DO ABANDONO INADEQUADO.....	25
1.1 Palmas: a Capital projetada do Estado do Tocantins.....	25
1.1.1 Palmas: a cidade real e seu espaço urbano contemporâneo.....	31
1.1.2 Palmas: a questão da cidadania e do pertencimento.....	35
1.2 O cenário dos resíduos sólidos na capital do Tocantins.....	40
1.2.1 Políticas Públicas: a legislação vigente sobre Resíduos Sólidos Urbanos	41
1.2.2 Os Resíduos Sólidos: um panorama geral.....	50
1.2.3 Palmas: o serviço de coleta e a tentativa de implantação de um novo sistema.....	53
1.2.4 Palmas: da geração à disposição inadequada do lixo.....	60
CAPÍTULO 2.....	70
2 A BANALIZAÇÃO DO ABANDONO DE LIXO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO NÚCLEO CENTRAL DE PALMAS.....	71
2.1 Palmas: o núcleo central de negócios.....	72
2.1.1 Os espaços públicos do núcleo central de Palmas.....	81
2.2 Os Resíduos Sólidos nos espaços públicos do núcleo central de Palmas.....	87
2.2.1 JK. e Teotônio: o acúmulo de lixo nas principais avenidas do núcleo central da cidade.....	93
2.2.2 Praça dos Girassóis e Espaço Cultural: os resíduos nos principais espaços públicos da cidade.....	101

CAPÍTULO 3.....	110
3 DA GERAÇÃO AO ABANDONO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA FEIRA DA QUADRA 304 SUL, EM PALMAS.....	111
3.1 As feiras livres municipais: seu espaço no contexto urbano de Palmas.....	114
3.1.1 As legislações que regem as feiras livres municipais da capital do Tocantins.....	114
3.1.2 As feiras livres municipais da capital do Tocantins.....	118
3.2 A feira da quadra 304 sul: características e funcionamento.....	120
3.3 Os Resíduos Sólidos na feira da quadra 304 sul: da geração ao abandono.....	127
3.4 O Discurso do Sujeito Coletivo: a coletividade que fala.....	141
3.4.1 O Discurso do Sujeito Coletivo e a feira da quadra 304 sul: a coletividade que fala sobre o lixo	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158

INTRODUÇÃO

O crescimento e a longevidade da população aliados à intensa urbanização e à expansão do consumo de novas tecnologias acarretam a produção de imensas quantidades de resíduos.

(JACOBI; BENSEN, 2011, p. 136)

INTRODUÇÃO

A discussão sobre cidades traz à tona o tema meio ambiente urbano. Nesse universo, os desafios para entender e resolver o acúmulo de lixo (resíduos sólidos) no cenário urbano tornaram-se fatores prioritários para a maioria das cidades brasileiras. O tema ganhou visibilidade mundial a partir da Conferência Rio 92, quando foram discutidas as primazias da gestão sustentável. Tal visibilidade deve-se ao fato de que houve uma significativa alteração nos padrões de consumo, aumentando a descartabilidade e modificando a relação entre geração e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU). No documento denominado de *Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (ONU, 1992, s/p), elaborado na citada conferência, afirma-se, no oitavo princípio, que, para alcançar melhor qualidade de vida para todas as pessoas, “os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo”.

Em Palmas, a cidade projetada para ser a capital do Tocantins, entre os muitos problemas ambientais, está o crescente acúmulo de lixo ou resíduos sólidos urbanos. Constata-se que essa urbe, com apenas 23 anos de existência, tem o fator lixo abandonado e acumulado nos espaços públicos como um dos problemas agravantes no que diz respeito à qualidade do meio ambiente urbano. Analisando a prática vivenciada na cidade, observa-se uma banalização em relação ao lixo em tais espaços, tornando-se cena comum. Não é raro andar pelas principais avenidas, frequentar feiras livres e espaços livres e culturais (onde ocorrem *shows*, exposições, encontros) e deparar-se com um volume significativo de lixo, na sua grande maioria reciclável (como papéis, plásticos, latas, vidros etc.).

Outro fator que colabora como agravante na problemática do lixo em Palmas diz respeito à sazonalidade climática local (SOUZA, 2010). Essa afirmação explica-se ao constatar que, em época de chuvas, o lixo largado e acumulado em espaços públicos é transportado pelas águas, aumentando ainda mais os problemas decorrentes desse período, como exemplo: entupimento de parte do sistema de captação de águas pluviais (bueiros), que acaba contribuindo com o alagamento de ruas e avenidas, e comprometimento dos canais hídricos (poluição e assoreamento). Em época de seca, o lixo é espalhado pela cidade em função da intensidade dos

ventos, colaborando com a poluição do ar, com a proliferação de vetores, como moscas, baratas e ratos, e com a degradação da paisagem urbana.

De tal forma, a prática de geração e de descarte de lixo em locais inadequados em Palmas torna-se, visivelmente, um fator depreciativo no que tange à qualidade da vida urbana, causando impactos socioambientais, como sugerem Jacobi e Besen (2011). Além disso, o lixo urbano, quando não recebe o tratamento e a destinação adequada, pode trazer prejuízos tanto do ponto de vista social quanto sanitário e ecológico (PHILLIP; AGUIAR, 2005).

Para entender o significado de resíduos sólidos, habitualmente chamado de lixo, é preciso apreender algumas noções relativas ao assunto. De acordo com Fagundes (2008), a palavra lixo tem origem do latim *lix*, que significa cinza, vinculada às cinzas dos fogões, e, também, de *lixare* (polir, desbastar), na qual lixo seria a sujeira, os restos, o supérfluo que a lixa arranca dos materiais. No estado de São Paulo, a Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) entendem por resíduo sólido, ou simplesmente lixo, “todo e qualquer material sólido proveniente das atividades diárias do homem em sociedade, cujo produtor ou proprietário não o considere com valor suficiente para conservá-lo” (SÃO PAULO, 1998, p. 45).

Em uma visão mais técnica, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) trata de resíduos sólidos, na NBR 10.004/2004, aplicando a seguinte definição:

Resíduos sólidos: resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos, nesta definição, os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004, p. 1).

Nessa mesma norma, dá-se a classificação dos resíduos envolvendo a identificação ou a atividade de origem, seus constituintes e características, para que depois sejam distribuídos em duas classes: resíduos classe I, considerados os perigosos, e resíduos classe II, para os não perigosos. Como resíduos não perigosos, incluem-se: “restos de alimentos, sucatas de metais ferrosos ou não, minerais não metálicos, papel, papelão, plástico polimerizado, borracha, madeira,

materiais têxteis, areia de fundição, bagaço de cana, entre outros”, desde que não contenham em sua composição substâncias classificadas como perigosas (ABNT, 2004, p. 77). Já os resíduos perigosos são aqueles que apresentam as características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade ou patogenicidade, entre outras¹.

Na classificação dada por Rodrigues (1998, p. 129), os resíduos podem ser qualificados, de acordo com a origem, em: “domiciliar, comercial, de varrição e de feiras livres, serviços de saúde e hospitalares, industriais, agrícolas e entulhos”.

O enfoque do lixo tratado neste trabalho é daquele classificado, de acordo com a norma NBR 10.004 (ABNT, 2004), como não perigoso, caracterizado por ser um lixo pós-consumo, de descarte imediato, oriundo das atividades presentes nos setores de prestação de serviço e de consumo da cidade. Nesse contexto, a classificação adotada engloba: o lixo comercial (com fortes componentes de restos de alimentação não característicos de lixo domiciliar, papel, plástico e embalagens em geral); o lixo público (originado de serviços de varrição de ruas, podas de árvores, limpeza de feiras livres etc., sob responsabilidade do poder local); e os entulhos que são resíduos da construção civil. A escolha dessa classificação deve-se ao fato de ser frequente o abandono desse tipo de lixo em locais públicos do núcleo central de Palmas.

Assim, sob a perspectiva da sustentabilidade urbana e da cidadania, surgem as seguintes inquietações: há, em relação à produção e ao abandono de lixo em espaços públicos em Palmas, uma situação de simples descaso com o ambiente de vivência coletiva? Ou, numa outra perspectiva, vêm ocorrendo problemas na relação habitante-lugar, sobretudo, em função da dificuldade, por parte da população, de estabelecer um sentimento de pertencimento, por sua vez, capaz de sensibilizar ações individuais ou coletivas em prol de uma melhoria da qualidade do meio ambiente urbano?

Desse modo, o objetivo geral desta dissertação é compreender, em uma perspectiva interdisciplinar, o abandono e o conseqüente acúmulo de lixo (resíduos sólidos) na paisagem urbana de Palmas, especificamente em espaços públicos do núcleo central, de modo a tornar inteligível sua gradativa incorporação e banalização no cenário urbano da referida cidade.

¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 10.004 (2004).

Esse estudo foi feito tendo por base um recorte delimitado pelos seguintes espaços (FIGURA 1):

- a Avenida Juscelino Kubitscheck (JK), trecho localizado no lado leste da Praça dos Girassóis (entre as Quadras 104 Sul e 104 Norte);
- a Praça dos Girassóis;
- a Avenida Joaquim Teotônio Segurado, no trecho compreendido entre a Praça dos Girassóis e o Espaço Cultural;
- o denominado Espaço Cultural (na Praça José Gomes Sobrinho) e, finalmente;
- a feira livre coberta da quadra 304 Sul, espaço projetado especialmente para abrigar uma das feiras públicas mais conhecidas e frequentadas da cidade.

Tratando-se, assim, da área de ocupação inicial² da cidade (GRUPO QUATRO, 1988)³, a escolha desse recorte se deu de maneira intencional como forma de ressaltar uma das características marcantes impressas no projeto urbanístico de Palmas: a grandiosidade dos seus espaços públicos. Além disso, tais espaços escolhidos são amplamente reconhecidos como ponto de referência dentro da malha urbana e são os principais arquétipos da categoria de espaço público do núcleo central em questão.

A pesquisa tem como foco identificar a situação do lixo nos espaços públicos da área de estudo, desde a geração até o descarte final, buscando entender o abandono desses resíduos motivados por ações dos cidadãos. Também busca identificar a relação entre as características dos resíduos gerados e o tipo de atividade relacionada (fontes geradoras). Além disso, a pesquisa analisa as condições dos mobiliários urbanos e dos serviços de limpeza e coleta urbana nesses espaços selecionados, buscando os fatores que contribuem com o abandono irregular de lixo, ou seja, considerando os fatores motivantes que resultam na ação de abandono de lixo em locais inadequados. Por fim, o trabalho procura entender como a vivência cotidiana urbana molda padrões habituais de atitudes, especificamente no que diz respeito ao lixo e sua deposição em lugares

² O assunto que diz respeito à ocupação inicial da cidade será discutido no capítulo 2 desta pesquisa.

³ Segundo a equipe técnica contratada para projetar Palmas, a cidade deveria ser ocupada a partir do centro urbano, tendo a Praça dos Girassóis como ponto principal (GRUPO QUATRO, 1988).

inadequados, utilizando como estudo de caso a feira livre da quadra 304 Sul, por intermédio da análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

FIGURA 1 - Palmas: localização da área de estudo, 2012.



Fonte: Google Maps (2012). Organização: Denardi (2012).

Para compreender e avaliar melhor essa problemática, o ponto de partida foi o levantamento de dados bibliográficos em livros, teses, dissertações, artigos de periódicos e textos institucionais. Posteriormente, foram identificados os órgãos públicos municipais ligados à problemática, nos quais foram feitos levantamento de dados quantitativos (caracterização da área, composição do lixo gerado, equipe responsável pela limpeza urbana etc.).

A segunda fase da investigação diz respeito à pesquisa de campo. Esta foi realizada por meio da observação direta e participante, em diferentes épocas do ano (chuva e seca), nos locais pré-definidos para tais atividades e para a elaboração de material fotográfico. Nessa etapa, foram analisadas as condições urbanas nos espaços públicos com relação à presença dos fatores mobiliários, limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU), de modo a estabelecer relações entre o abandono inadequado de lixo por parte dos cidadãos e a presença de tais fatores.

A etapa final consistiu de investigação, por meio de estudo de caso, no recorte urbano escolhido: a feira livre da quadra 304 Sul, que se deu ao longo de três meses, em períodos monitorados. Foram utilizados, nessa fase, a observação direta com registro fotográfico e a técnica da observação participante que pressupõe

a interação pesquisador/pesquisado. Simultaneamente, foi usada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), por intermédio da aplicação de entrevistas semiestruturadas.

A técnica do DSC é uma ferramenta utilizada em pesquisas qualitativas, cujo objetivo final é, segundo Silva e Ramires (2009, p. 337), “captar a soma de pensamentos individuais sobre determinado tema materializados na consciência coletiva”. Assim, sua finalidade é apreender como se dá a transformação de um dado espaço amparada não apenas na materialidade física, mas também no conjunto de subjetividades presentes no processo.

Finalmente, a materialização da investigação científica ficou dividida em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta a questão dos resíduos sólidos urbanos em Palmas desde a sua geração até a sua disposição final. Inicialmente, neste capítulo, é apresentada, de forma sucinta, a discussão sobre Palmas enquanto cidade projetada para ser a capital do Tocantins. Na sequência, o segundo capítulo delinea o panorama do núcleo central da cidade, discutindo seus espaços públicos e analisando a situação dos RSU nessa área específica. Por fim, o terceiro capítulo apresenta o estudo de caso específico feito na feira livre da quadra 304 Sul associado à aplicação da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo.

CAPÍTULO 1

O avanço da urbanização, sua escala e velocidade não constituem problema em si, não fosse o modo como ocorreu.

(GROISTEIN, 2011, p. 14)

OS RESÍDUOS SÓLIDOS EM PALMAS: DA GERAÇÃO À BANALIZAÇÃO DO ABANDONO INADEQUADO

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama a respeito do processo de formação de Palmas enquanto cidade projetada para ser a capital do estado do Tocantins. Nesse sentido, será apresentada, de forma sucinta, a discussão a respeito dessa cidade projetada como processo teórico de criação. Posteriormente, como contraponto, será exposta a cidade real, que servirá de base para compreender a problemática socioambiental contemporânea em seus aspectos de gestão administrativa e distorções do projeto original.

Em um segundo momento, na apresentação do cenário dos resíduos sólidos urbanos na capital do Tocantins, primeiramente será tratada a questão das políticas públicas, associada ao discurso da gestão atual do lixo na cidade, para que, depois, seja caracterizado o cenário, propriamente dito, dos resíduos sólidos urbanos, desde a geração até sua disposição final.

1.1 PALMAS: A CAPITAL PROJETADA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palmas, cidade projetada para ser a capital do estado do Tocantins, teve o projeto urbanístico elaborado em 1988, pelo denominado Grupo Quatro Arquitetura Sociedade Simples Ltda.⁴, e implantado, a partir de 1989, em sítio inserido entre a encosta da serra do Lajeado e a margem direita do rio Tocantins, hoje margem do reservatório artificial da UHE Luiz Eduardo Magalhães (Lajeado) (FIGURA 2).

Sua concepção inicial foi baseada nos conceitos modernistas, agregando, em seu desenho urbano, uma malha viária em forma de tabuleiro de xadrez, com eixos viários orientados no sentido Norte-Sul e Leste-Oeste. Segundo os autores responsáveis pelo projeto da nova capital, Palmas foi concebida como um exemplo de aplicação dos princípios funcionalistas do Conselho Internacional de Arquitetura

⁴ Formado pelos arquitetos Luiz Fernando Cruvinel Teixeira, Solimar Damasceno, Walfredo Antunes de Oliveira Filho e Walmyr Aguiar (VASCONCELLOS, 2006).

Moderna⁵, já que o traçado urbano proposto respeitaria as características regionais como o clima e a topografia.

A equipe responsável pela concepção urbanística da cidade elaborou, junto com o projeto urbanístico, propriamente dito, um documento denominado *Termo de Referência do Plano Diretor Urbanístico de Palmas* (GRUPO QUATRO, 1988). Nesse documento, dez Princípios Orientadores da Elaboração do Plano Diretor (GRUPO QUATRO, 1988) foram apontados. O primeiro deles ditava a seguinte configuração para a cidade:

Ter características de cidade tradicional, estruturada por Macro Malha Viária que garanta acessibilidade a toda cidade através da continuidade e conexão dos corredores e espaços públicos. A malha viária principal, com dimensão que varia entre 600 X 700 metros, estrutura o tecido urbano e define o bairro. As avenidas Leste/Oeste foram desenhadas para permitir visuais do Lago e da Serra do Lajeado, elementos geográficos referenciais da paisagem da cidade (GRUPO QUATRO, 1988, s/p).

Nesse sentido, foi adotado um modelo fragmentado em quadrículas subdivididas em quadras internas, com setores para indústria, comércio, moradia e equipamentos urbanos, além das áreas de lazer, preservação ambiental e expansão futura.

Entre as características previstas pelos projetistas da nova capital do Tocantins, a cidade, além de ser estruturada por macro malha viária, de modo a garantir a acessibilidade através da continuidade e da conexão dos corredores e espaços públicos, deveria apresentar as seguintes peculiaridades: ter os parques lineares (que preservariam os fundos de vale dos ribeirões e córregos) como os principais elementos definidores do desenho da urbe; os custos de implantação da infraestrutura urbana deveriam ser viáveis e compatíveis com as condições econômicas do mais jovem Estado federativo do País; e a flexibilidade impressa ao projeto deveria garantir expansão ordenada da superfície, sempre considerando a minimização do impacto do microclima local (GRUPO QUATRO, 1988).

⁵ O Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em 1933, teve como resultado final o documento denominado *Carta de Atenas*. Neste documento, a geografia, a topografia, o sol, a água e a terra são apontados como fatores primordiais em qualquer tipo de empreendimento urbanístico. Nesse sentido, o documento propunha que houvesse o planejamento regional e intraurbano, limitando o tamanho e a densidade das cidades, além de padronizar e dispersar as construções a fim de garantir melhores condições ambientais (CIAM, 1933).

FIGURA 2 – Palmas: localização e croqui do sítio urbano do projeto urbanístico, 1988.

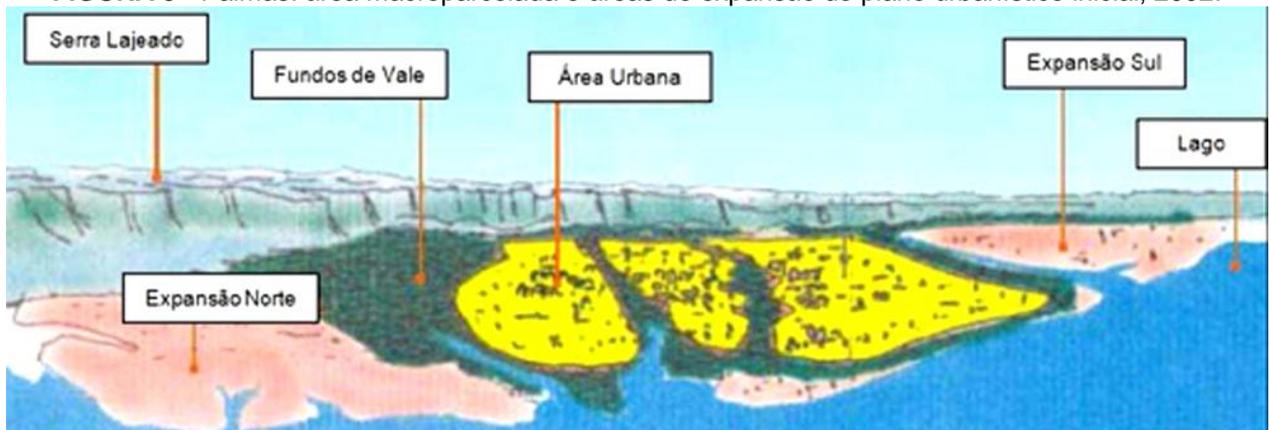


Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Palmas – IPUP (2002). Organização: Souza (2010).

Ainda de acordo com documento denominado *Termo de Referência do Plano Diretor Urbanístico de Palmas* (GRUPO QUATRO, 1988), a cidade foi dividida em três grandes áreas: uma área central macroparcelada denominada, segundo Lei Municipal Complementar nº 155 (PALMAS, 2007, s/p.), “Região Central da Área Urbana da Sede do Município de Palmas”, localizada entre ribeirões Água Fria, ao Norte, Taquaruçu Grande, ao sul, bem como uma área de expansão Norte e outra de expansão Sul (AMARAL, 2009; CARVALHÊDO; LIRA, 2009) (FIGURA 3).

A área designada para implantação do plano diretor está situada entre os ribeirões Água Fria ao norte e Taquaruçu Grande ao sul delimitando o desenho da área urbana, com 11.085 hectares e capacidade para abrigar cerca de 1.200 mil habitantes. Outras duas áreas - ao norte do Água Fria, com 2.625 hectares, e ao sul do Taquaruçu Grande, com 4.869 hectares - foram reservadas à futura expansão da cidade, fazendo com que Palmas tenha potencial para conter uma população superior a 2 milhões de habitantes (IPUP, 2002, s/p).

FIGURA 3 - Palmas: área macroparcelada e áreas de expansão do plano urbanístico inicial, 2002.



Fonte: IPUP (2002).

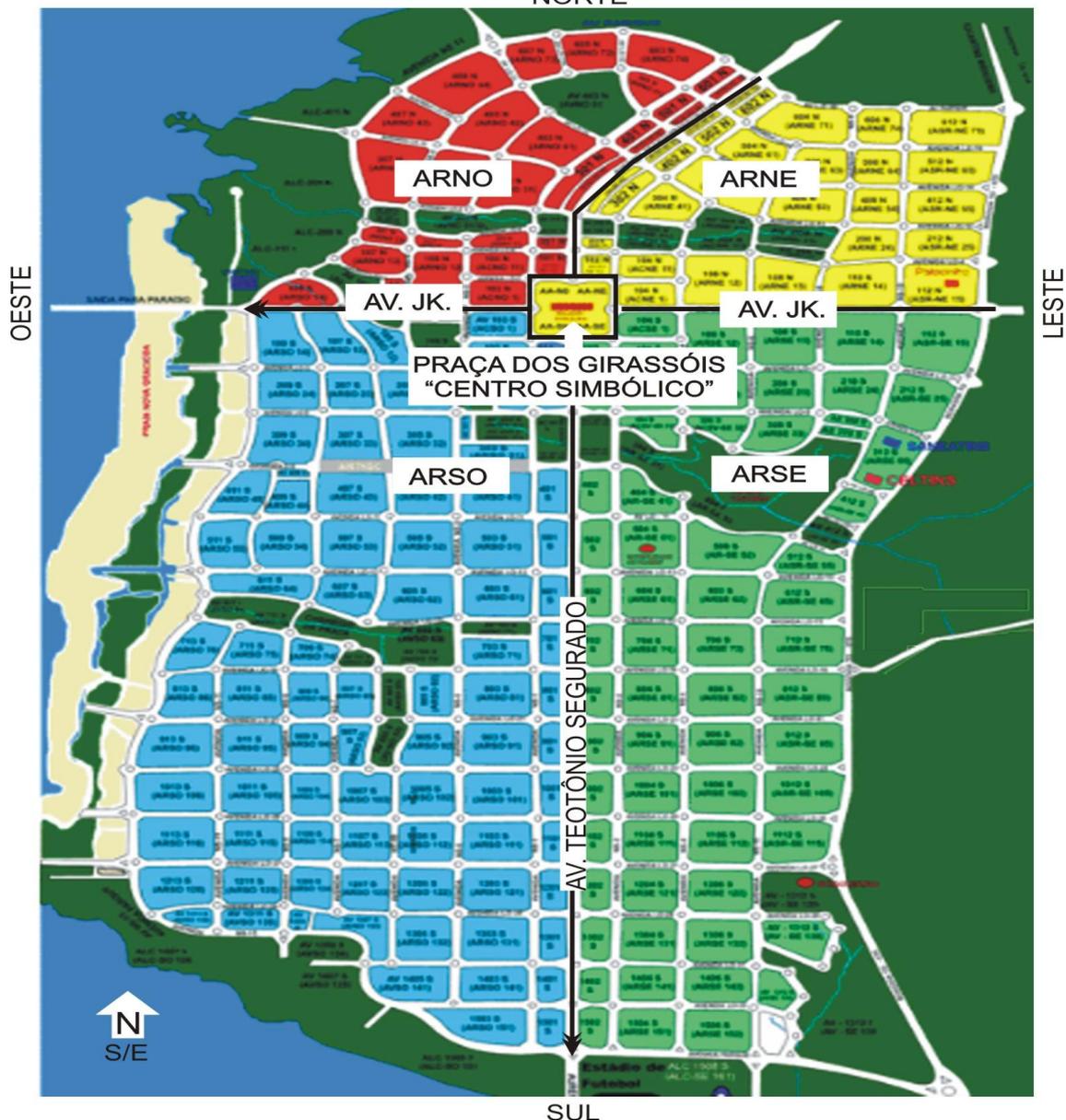
Segundo Vasconcellos (2006, p. 24), na área central macroparcelada da cidade, ocorreu a divisão entre “a área administrativa (AA) e as quatro áreas residenciais: ARNE, ARSE, ARNO e ARSO, sendo, respectivamente, áreas residenciais Nordeste, Sudeste, Noroeste e Sudoeste” (FIGURA 4). Nessa mesma área central, foram projetadas duas principais avenidas: a Juscelino Kubitschek (JK) e a Joaquim Teotônio Segurado. No encontro dessas duas avenidas, foi concebida a Praça dos Girassóis como o centro cívico da capital do Tocantins (GRUPO QUATRO, 1988)⁶.

⁶ A discussão a respeito da Praça dos Girassóis como centro cívico da capital do Tocantins será apresentada no capítulo 2 ao se abordar, especificamente, o núcleo central urbano de Palmas.

O centro urbano deverá ter múltiplos usos. O centro cívico e as atividades comerciais, articulados entre si, completam as funções urbanas do público e do privado. A Praça dos Girassóis, centro cívico da cidade, está situada na interseção das Avenidas JK e Teotônio Segurado, ponto de convergência de Palmas. (GRUPO QUATRO, 1988, s/p)

Salienta-se que, nessa praça, encontram-se os principais edifícios administrativos do poder público estadual (Sede do Governo, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça e Secretarias Estaduais). No seu entorno, localizam-se grande parte do comércio, da prestação de serviços e outros órgãos públicos.

FIGURA 4 - Palmas: área macroparcelada do plano urbanístico, 2002.



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2011). Organização: Denardi (2012).

Em relação à concepção projetual, ao adentrar na discussão sobre a organização e a composição estrutural da cidade, vale lembrar que, no entendimento de Villaça (1998, p. 12), a estrutura territorial é formada por “um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”. Associado a esse contexto, o autor insere a questão da localização. Tal localização é uma relação que depende de outros objetos ou conjuntos de objetos, sendo que, no caso da localização urbana, se apresenta um tipo particular de contato, caracterizando a estrutura urbana própria de cada cidade.

Assim, ao avaliar a relação da divisão das áreas e da localização do centro cívico, adotada no Plano Urbanístico de Palmas e reforçada pelos Princípios Norteadores no *Termo de Referência do Plano Diretor Urbanístico* (GRUPO QUATRO, 1988), nota-se que houve uma intenção impressa no sentido de localizar e hierarquizar os espaços intraurbanos da capital do Tocantins. A finalidade era garantir que a cidade tivesse “a escala do pedestre, centro identificável, diversidade de uso e espaços públicos bem caracterizados”, como afirma a equipe responsável pela concepção projetual da cidade (GRUPO QUATRO, 1988, s/p).

No entanto, mesmo contando com uma estrutura formal, indicada no projeto urbanístico, que dividiu os setores e promoveu a hierarquização dos espaços, a ocupação e a expansão da cidade desvirtuaram-se do modelo original. Com isso, agregou-se, em seu desenho, grande quantidade de vazios, espalhamento da malha urbana e altos custos de manutenção, dificultando a implantação de infraestrutura básica e transporte na cidade.

Para Vasconcellos (2006), a configuração espacial da cidade gerou enormes distâncias que acabaram por separar as atividades sociais, oneraram o sistema de transporte para quem mora longe do centro, além de provocarem dispersão das relações sociais. Como consequência advinda da contraposição da concepção original do projeto, a consolidação da área urbana de Palmas não ocorreu como previsto e acabou por acarretar impactos conflitantes vividos na atualidade, conforme discussão a seguir.

1.1.1 PALMAS: A CIDADE REAL E SEU ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

Seguindo na interpretação do processo de concepção e implantação de Palmas, percebe-se que, se por um lado houve um cuidado, por parte dos projetistas responsáveis pela concepção original da cidade, em tratar, ainda na fase de prancheta, das escalas que envolvem um projeto urbanístico, por outro lado, as sucessivas desvirtuações das gestões administrativas governamentais distanciaram a implantação prevista para a cidade de sua concepção original (SOUZA, 2010). Nesse processo, imprimiu-se certo tipo de valorização estética⁷ em detrimento das reais necessidades de qualidade de vida urbana e das questões relacionadas aos problemas ambientais urbanos. Nessa perspectiva, encontra-se “toda sorte de usos indevidos do solo urbano, de estacionamentos irregulares à má destinação de áreas públicas no interior das quadras, o que inviabilizaria a construção de equipamentos de uso coletivo no futuro” (SOUZA, 2010, p. 168).

A ação do governo, que se encarregou de ser o principal loteador e gestor do plano, proporcionou uma situação de desenvolvimento na cidade que mesmo os mais hábeis planejadores urbanos não poderiam evitar – a cidade era um ideário político e não urbano. Independente do plano, provavelmente essas ações ocorreriam de qualquer maneira (COCOZZA et al., 2009, p. 78).

Carvalhêdo e Lira (2009, p. 55) lembram que, “ao contrário de muitas cidades brasileiras criadas no passado por razões religiosas, militares ou comerciais, Palmas foi fundada por razões político-administrativas, como Brasília, outrora”. Assim, contrariamente ao previsto, os governos acabaram por atuar, na prática, como os principais responsáveis pela geração de contradições no processo de implantação da nova capital. Para Amaral (2009, p. 27), “os fenômenos verificados no município de Palmas não são aleatórios, mas decorrem de um modelo de gestão territorial autoritário e centralizador adotado pelo Estado”.

Nesse processo, ao analisar a linha do tempo da cidade (desde sua criação até o momento atual), nota-se que as sucessivas gestões governamentais aumentaram a distância entre o projeto idealizado e o realmente concretizado, como afirma Souza (2010, p. 168):

⁷ A dimensão estética em Palmas é reiterada pela busca e pelo reconhecimento do prazer visual, o fundo de vale e o encaixe entre a serra e o lago foram vistos como convites do olhar para o desenho da cidade (SILVA, 2008, p. 99).

Por sua vez, as soluções encontradas distanciam-se gradativamente do plano inicial do assentamento urbano, levando ao que o urbanista Walfredo Antunes, um dos responsáveis pelo projeto de Palmas, denominou de *tinkering*, em recente conferência na Universidade Federal do Tocantins. A expressão, em inglês, denota a ideia de remendo ou bricolagem, fazendo referência à soma de intervenções pontuais que desvirtuam a concepção original dos projetistas.

Associado ao processo de desvirtuação do projeto original por parte das esferas governamentais, o elevado movimento migratório, ocorrido principalmente na década de 1990, colaborou para que a ocupação territorial de Palmas não se desenvolvesse como o previsto em seu plano urbanístico. Tal fluxo migratório, segundo Vasconcellos (2006), foi impulsionado, principalmente, por pessoas atraídas para a mais nova cidade projetada do País, vindas de outras cidades do próprio estado do Tocantins, de outras unidades da federação e, até mesmo, de países estrangeiros.

Segundo o autor, verifica-se que o processo de migração para a região central do Estado acentuou-se devido à implantação da nova capital. Essa afirmação é confirmada nos dados apresentados pelo IBGE (1991, 2000, 2010), que analisa a evolução demográfica do estado do Tocantins em comparativo com a cidade de Palmas. Nesses dados, evidencia-se que, entre 1991 e 2000, enquanto o Estado teve acréscimo de sua população de 25,9%, Palmas aumentou 464,5%, sendo responsável por 48% da nova população do Tocantins. Já, entre 2000 e 2010, enquanto o Estado crescia 19,5%, Palmas apresentou um crescimento de 65,5%, representando um total de 40% da nova população contabilizada no Tocantins (QUADRO 1, GRÁFICO 1). Como consequência, com a chegada desses diversos moradores, as contradições urbanas se acentuavam enquanto a ocupação territorial da cidade se distanciava ainda mais do seu projeto original, conforme ilustra o Mosaico de Ortofotocartas da Prefeitura Municipal de Palmas de 2003 (GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS - SIGPALMAS, 2003) (FIGURA 5).

Amparado nos fatores discutidos, como resultado desse processo, criaram-se vários tipos de contradições urbanas (KRAN; FERREIRA, 2006), sobressaindo os espaços segregados e os grandes vazios urbanos (AMARAL, 2009), as deficiências infraestruturais e de equipamentos de consumo coletivos (CARVALHÊDO; LIRA, 2009), assim como o acúmulo dos mais diversos fatores agravantes no que diz respeito à problemática ambiental urbana.

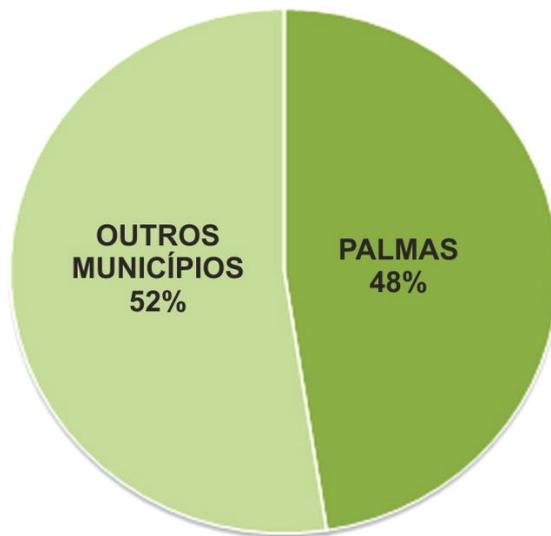
QUADRO 1 – Palmas: evolução demográfica, 1991-2010.

MUNICÍPIO	1991	2000	% de evolução 1991-2000	2010	% de evolução 2000-2010
PALMAS	24.334	137.355	464,5	227.285	65,5
TOCANTINS	919.863	1.157.690	25,9	1.383.453	19,5

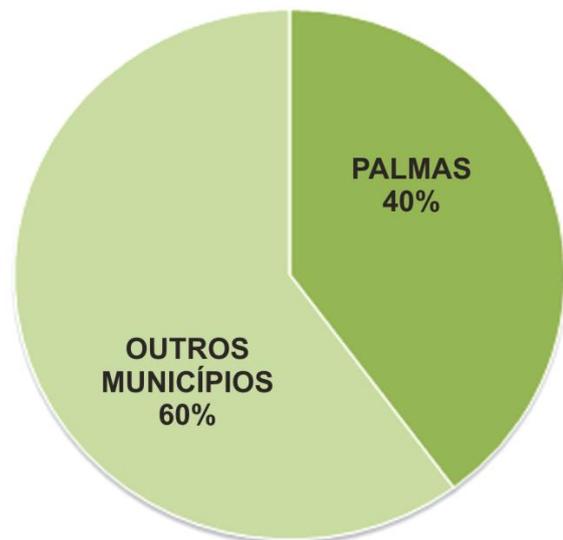
Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010).

GRÁFICO 1 – Tocantins: evolução demográfica, 1991-2010.

TOCANTINS
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA
ENTRE OS ANOS DE 1991 - 2000.



TOCANTINS
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA
ENTRE OS ANOS DE 2000-2010.

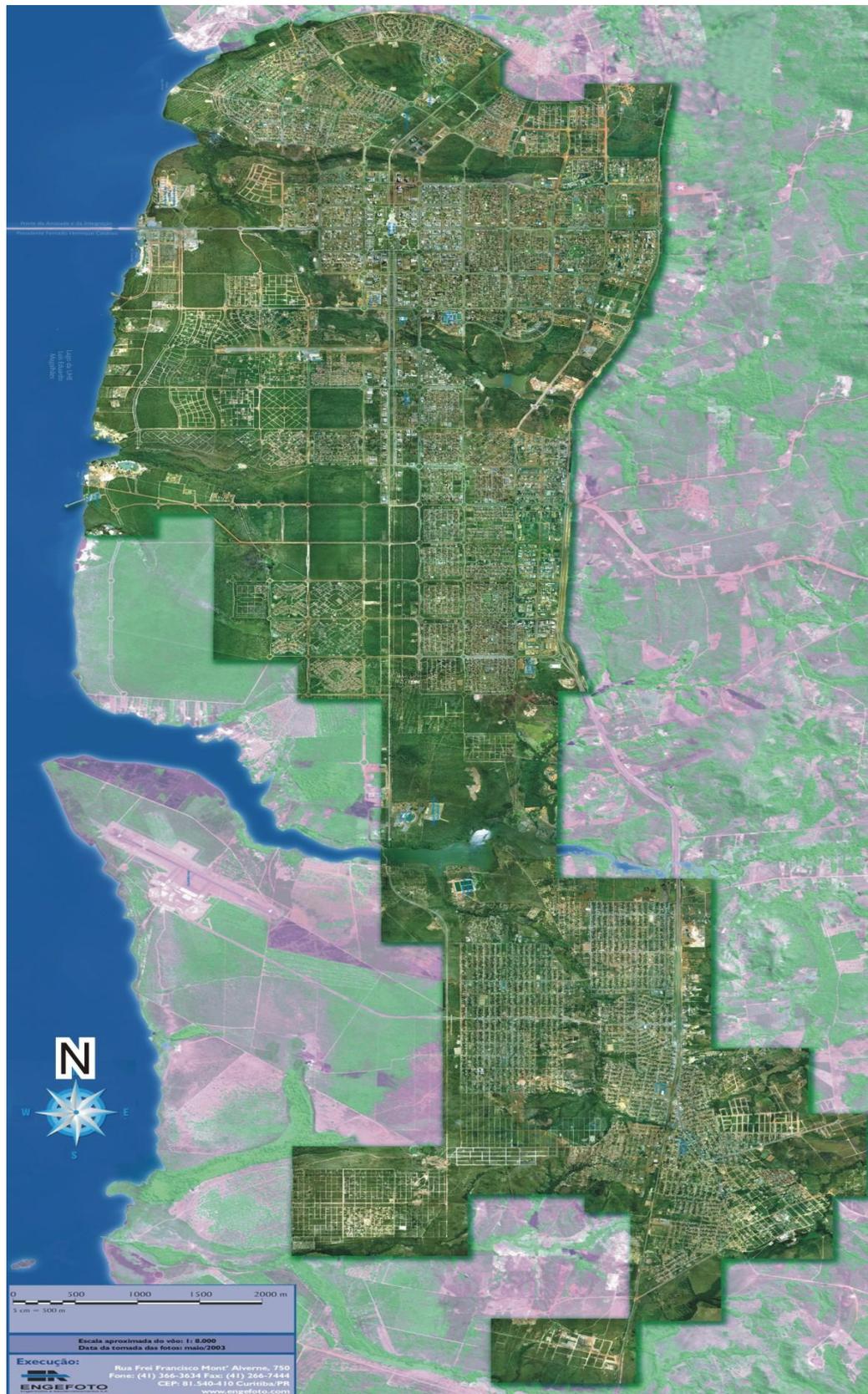


Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010).

Em Palmas, na avaliação dessa problemática, destacam-se, sobretudo, ineficiência dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana, problemas relacionados à circulação viária (com elevado índice de acidentes de trânsito), transportes coletivos deficientes, bem como dificuldade de coleta e condição da deposição inadequada do lixo urbano (KRAN; FERREIRA, 2006; AMARAL, 2009; CARVALHÊDO; LIRA, 2009; SOUZA, 2010).

No entanto, as questões referentes à ocupação da cidade vão além das questões físicas e estruturais, envolvem também a questão do sentimento de pertencimento e da identidade territorial que culmina no processo de cidadania conforme discussão apresentada na sequência.

FIGURA 5 - Palmas: Mosaico de Ortofotocartas da Prefeitura Municipal, 2003.



Fonte: SIGPALMAS (2003).

1.1.2 PALMAS: A QUESTÃO DA CIDADANIA E DO PERTENCIMENTO

Em Palmas, a construção de novos valores do imaginário urbano deu-se pela inclusão de elementos de diversas culturas. Tais elementos povoaram a cidade na tentativa de formação de uma identidade própria. Nesse processo de transformação do espaço para a implantação da mais nova capital do País, os conflitos apareceram enquanto se buscavam soluções rápidas, nem sempre previstas pelos seus idealizadores, conforme lembra Coccozza et al. (2009, p. 76) ao afirmar que na capital do Tocantins:

Os impactos causados pela consolidação de sua área urbana são conflitantes quando analisados pelo discurso e pela prática, pois onde a transformação do cerrado foi mais intensa, os espaços se configuraram distantes dos valores culturais existentes no ecossistema. Esses impostos, pela ação antrópica, adquiriram novos valores e imaginários construídos com a inserção de elementos de diferentes culturas que povoaram a cidade [...].

Segundo Silva (2008), nas cidades projetadas, é possível perceber ausência de temporalidade justificada pelo processo de criação simultânea entre o surgimento do espaço e do tempo. Em Palmas, tal processo desencadeou, por consequência, constante busca pela criação de um imaginário social que deveria ser conjugado na cidade, ou seja, a busca por uma espécie de criação de uma identidade territorial ainda não existente.

Quando essa “ausência de temporalidade” é identificada em cidades projetadas, a batalha pelos símbolos e a relação estabelecida entre imagem e imaginário urbano se intensifica, ressemantizando valores culturais e estéticos. A cidade “em busca do tempo” forja uma memória para o futuro, ao mesmo tempo em que produz um denso e significativo imaginário social. (SILVA, 2008, p. 11)

Assim, como um quebra-cabeça de diferentes culturas trazidas por pessoas vindas das mais diversas regiões, associado a um modelo de urbanização incomum aos padrões encontrados na maioria das cidades brasileiras, a capital do Tocantins era fisicamente construída ao mesmo tempo em que a tentativa de constituição de uma identidade territorial era impulsionada por um imaginário social, muitas vezes, erguido por agentes políticos. Tal fato é exemplificado na pesquisa de campo realizada por Silva (2008, p. 49):

No lançamento da pedra fundamental de Palmas... eu achei impressionante porque é imaginável assistir o surgimento de uma cidade... E o curioso é que o governador organizou shows com artistas e havia panfletos anunciando que teria prêmios para as pessoas, sorteio de fogão, bicicletas, etc. Eles davam bilhetes premiados e no palanque principal do evento ficava o locutor dizendo o número vencedor. A gente não imaginava o porquê ter isso, eu acho que o governador imaginou que não iria ter muita gente, então fez isso para atrair as pessoas e realmente teve muita gente.

Na visão política, tal imaginário precisava, necessariamente, ser construído no intuito de fixar sentimento de pertencimento naqueles que aqui chegavam a fim de permanecer. A cidade que, em termos de estruturação projetiva, se encontrava pronta precisava agora endossar a ideia de que esse espaço precisava dos novos moradores para povoar e progredir. Assim, para Silva (2008), por meio de fortes impulsos publicitários, mais pessoas eram atraídas para a nova capital em busca de boas oportunidades. No entanto, nesse processo emaranhado de criação do espaço físico estrutural e do espaço subjetivo de pertencimento, alguns fatores ligados à cidadania e à coletividade ficaram prejudicados, resultando em um processo de degradação urbana e agravando, conseqüentemente, a problemática ambiental na capital do Tocantins, como lembra a autora:

Palmas é uma “colcha de retalhos” [...] no qual se identificam tendências plurais coexistindo. [...] A cidade não é espontânea. É o resultado de ideais difusos, onde o coletivo esvaziou o seu sentido, tornando-se a soma de indivíduos em busca oportunidade ou oportunização (SILVA, 2008, p. 50).

Ao levantar a questão do esvaziamento do sentido coletivo e da soma de indivíduos em busca de oportunidades, torna-se necessário uma breve análise da relação entre indivíduo e sociedade *versus* sentimento de pertencimento e cidadania.

Segundo Weiszflog (1998-2007, s/p), para a sociologia, “sociedade representa uma organização dinâmica de indivíduos autoconscientes que compartilham objetivos comuns e são, assim, capazes de ação conjugada”. Nesse sentido, tais indivíduos compartilham de um sentido de coletividade que torna a vida em comunidade possível. Quando se refere ao surgimento da comunidade, Weber (1987) afirma que o seu aparecimento se dá por uma relação em que as ações sociais individuais são orientadas por um sentimento de solidariedade mútua. Nesse caso, ao valorizar o papel de cada pessoa dentro de um conjunto de pluralidades, criam-se formas coletivas de empatias que reforçam o encontro de interesses complementares envolvidos por um mesmo laço social.

Essa identidade, geradora de pertencimento e que dita as relações que o indivíduo mantém com o espaço, segundo Quaresma (2005, p. 86), deve estar na base da criação de comunidades que resultam de “um processo de integração cujo fundamento do grupo é um sentimento de pertencimento experimentado pelos participantes e cuja motivação baseia-se em qualquer espécie de ligação emocional ou afetiva [...]”. Tal sentimento, ainda, faz com que os sujeitos pensem em si mesmos como membros de uma coletividade⁸ pertencentes a um lugar, acreditando que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse lugar, em prol de uma melhoria que beneficie a todos, e conjugando palavras-chave como cidadania, envolvimento, cuidado, zelo e respeito.

Assim, ao fortalecer a manifestação do coletivo, segundo Jacobi (1996, p. 14) citando Putnam (1994), a construção da cidadania se faz, estando necessariamente pautada, em “práticas sociais envolvidas de responsabilidade pessoal, obrigação mútua e cooperação voluntária”.

Para Benevides (1994, p. 9), a noção de cidadania deve estar ligada ao cidadão que, “além de ser alguém que exerce direitos, cumpre deveres ou goza de liberdades em relação ao Estado, é também titular, ainda que parcialmente, de uma função ou poder político”. Nesse sentido, a dimensão da cidadania inclui,

De um lado, a constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos, e, de outro lado, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente (DAGNINO, 1994, p. 109).

Nesse processo, a dimensão da cidadania está ancorada nas responsabilidades individuais que levam à construção coletiva do espaço. Tais responsabilidades surgem à medida que os fatores subjetivos conferem um sentido de identidade que, ao passar de individual a coletivo, gera, conseqüentemente, pertencimento e sentido de comunidade.

O processo de construção da cidadania perpassa pelo reconhecimento e a construção de identidades dos diferentes sujeitos envolvidos. Sentimento de pertencimento apoiado nas identidades coletivas, ou seja, sujeitos sociais identificados por objetivos comuns na transformação da gestão da coisa pública. (JACOBI, 1996, p. 24)

⁸ Definição dada pela Procuradora da República, Ana Lúcia Amaral, apresentada no dicionário de direitos humanos da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU (2006).

Assim, por meio de mecanismos de corresponsabilização, que ampliam a capacidade crítica da população e fortalecem a noção de cidadania, criam-se condições para que o cidadão reflita sobre os impactos dos problemas ambientais vivenciados em seu cotidiano, a fim de se apresentar não somente como responsável pela solução do agravo, mas também responsável, enquanto membro da comunidade, pela diminuição de tais impactos, como lembra Jacobi (1996, p. 216):

A questão da cidadania em sua dupla dimensão – direitos e responsabilidades – é um fértil campo para a construção de uma consciência ambiental, especificamente na esfera do cotidiano urbano a partir de uma somatória de práticas que tem como contraponto a ruptura com atitudes individualistas e interesses particularizados.

Tal cidadania, como sugerida por Jacobi (1996), deve levar a comunidade a assumir o papel de participação responsável na operacionalização de políticas sociais capazes de reverter o processo de degradação ambiental. Nesse ponto, vale ressaltar que, para Giovancarli e Mendes (2012, p. 22), o crescimento desordenado das cidades e os interesses econômicos privatizados criam abismos entre a teoria sobre a necessidade de preservação ambiental e a prática observada nas urbes. Para eles, a distância criada por esse abismo apresenta-se como uma grave barreira para a “superação de problemas estruturais, como a destinação adequada de lixo nas cidades brasileiras, a promoção do saneamento básico e a redução da poluição atmosférica”. Assim, os autores afirmam que, para interromper e reverter tal processo de degradação nas cidades, não basta somente ações pontuais, por parte de uma minoria, mas torna-se inevitavelmente necessário vontade política no sentido de investir em um planejamento urbano integrado.

Ao tratar de políticas públicas, Jacobi (1996, p. 224) lembra também que, em face da mudança de postura da comunidade, os órgãos responsáveis pela gestão urbana precisam ser redimensionados no intuito de “centrar em ações que dinamizem o acesso à consciência ambiental dos cidadãos a partir de um intenso trabalho de educação”. Esse trabalho deve ser voltado à construção de um cidadão crítico que analisa, entende e procura soluções para diminuir os fatores que levam à degradação ambiental.

No despertar de uma consciência ambiental ativa, a cidadania apresenta-se como forma balizadora de ações individuais na construção social coletiva. Na análise

de Albernaz (2007), o sujeito, ao passar de indivíduo a cidadão, com o fortalecimento da identidade territorial, transforma-se em agente de fiscalização e conservação, colaborando para a preservação local. Ao passar de uma atitude passiva individual para uma atitude ativa de cidadão, o sujeito começa a se sentir parte da construção social que leva, automaticamente, a uma postura crítica e política em relação aos rumos da qualidade ambiental urbana.

Por fim, Jacobi e Besen (2001), ao analisarem o Fórum Mundial Urbano (*Urban World Forum*, 2002), afirmam que o papel da cidadania se apresenta como fator diretamente interligado à questão da sustentabilidade urbana⁹, sendo capaz de proporcionar mudanças significativas em prol de uma melhoria da qualidade do meio ambiente urbano e trazendo fortalecimento tanto na esfera social quanto cultural (IPCC, 2007).

Ao associar a cidadania à sustentabilidade urbana, os autores também lembram que o ritmo da urbanização contemporânea traz consequências muitas vezes irreversíveis ao meio ambiente urbano. Tais consequências só serão amenizadas por intermédio de uma consciência coletiva que impulsiona ações em prol de uma melhoria conjunta. Essa consciência deve ser construída por meio da implementação efetiva de políticas públicas voltadas para a realidade urbana contemporânea e por cidadãos corresponsáveis na busca de melhor qualidade ambiental da cidade que escolheram para viver.

O avanço da urbanização, sua escala e velocidade não constituem problema em si, não fosse o modo como ocorreu. Deve-se estar atento para esse processo, pois a sustentabilidade do aglomerado urbano/metropolitano, em sua componente físico-urbanística, relaciona-se com as seguintes variáveis: a forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento (disponibilidade de água); **a descarga de resíduos (destino e tratamento de esgoto e lixo)**; [...]; e **a qualidade dos espaços públicos**. Dessa forma, as políticas que sustentam o parcelamento, o uso e ocupação do solo e as práticas urbanísticas que viabilizam estas ações têm papel efetivo na meta de conduzir as cidades no percurso do desenvolvimento sustentado. (GROISTEIN, 2011, p. 14, grifo nosso)

Dessa forma, Jacobi (1996) ensina que a perspectiva da sustentabilidade introduz, inevitavelmente, a avaliação dos alcances e dos limites das ações destinadas a reduzir o impacto dos agravos, das omissões e das convivências de

⁹ Segundo os mesmos autores, a sustentabilidade urbana pode ser delineada a partir de “um conjunto de prioridades, tais como a superação da pobreza, a promoção da equidade, a melhoria das condições ambientais e a prevenção da sua degradação” (JACOBI; BENSEN, 2001, p. 135).

práticas que levam à degradação ambiental urbana, como: poluição dos rios, sobretudo com descarga de esgotamento sanitário sem tratamento adequado, poluição do ar, sonora e visual, abandono de lixo em locais inadequados, entre outros.

Nesse universo, adentra-se a temática dos resíduos sólidos urbanos, um dos fatores mais influentes na problemática ambiental urbana na maioria das cidades. Para Romão (2012, p. 22), um dos principais problemas no meio urbano é a destinação do lixo, uma vez que “os municípios do Brasil carecem de políticas públicas para lidar com seus resíduos sólidos”. Para ela, “os municípios simplesmente não sabem lidar com essa questão [...] e cerca de 60% das cidades brasileiras não têm destinação adequada para o seu lixo”.

Cabe lembrar que os resíduos urbanos gerados, quando não recebem a devida atenção, tornam-se um problema coletivo (mesmo partindo de uma ação individual), pois acabam acarretando graves problemas à sociedade e não somente ao responsável pela sua geração e inadequada disposição. A captação da ideia de superficialidade em relação ao produto que está sendo descartado é um fator que colabora para a ação de descaso e banalização do lixo abandonado em locais indevidos no cenário urbano. Em muitos casos, o lixo é considerado um produto sem valor suficiente para ser conservado e receber a atenção devida.

Assim, nesse processo de geração e inadequada disposição de lixo no espaço urbano, impulsionado por ações individuais, que, em muitos casos, demonstram fragilidade nos fatores ligados à cidadania e ao pertencimento, é que a discussão a respeito do cenário dos resíduos sólidos na capital do Tocantins vem à tona.

1.2 O CENÁRIO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA CAPITAL DO TOCANTINS

Inicialmente, ao discutir a questão dos resíduos sólidos urbanos (RSU), torna-se necessário conhecer o cenário das legislações vigentes em todas as esferas administrativas envolvidas no processo. Desse modo, apresenta-se, primeiramente, análise no cenário nacional (Brasil), passa-se pela perspectiva estadual (Tocantins) e finaliza-se no patamar municipal (Palmas).

1.2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: A LEGISLAÇÃO VIGENTE SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU)

Em termos de Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), posterior à Lei Federal de Saneamento Básico (BRASIL, 2007a), tem por objetivo impor aos municípios brasileiros a busca de melhora da capacidade institucional e operacional que garanta a gestão dos serviços referentes aos resíduos sólidos, atendendo as responsabilidades estabelecidas pela legislação. Os prazos definidos por essa lei e apresentados nos seus artigos 16 e 18 estabelecem que, após agosto de 2012, Estados e municípios que não tiveram aprovados seus planos locais de resíduos sólidos urbanos (RSU) não podem mais acessar os recursos da União “destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade” (BRASIL, 2010, s/p). Também, para a legislação em tela, tornaram-se obrigatórias as coletas seletivas dos diversos resíduos, que devem ter a responsabilidade compartilhada entre o poder público e o setor privado envolvido em todo o ciclo de vida dos materiais.

Ainda em termos da legislação federal, o Decreto Federal nº 6.514 (BRASIL, 2008), que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas, traz em seu texto, no artigo 62, as multas relativas àquele que “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade” (BRASIL, 2008, s/p). Nesse sentido, a multa pode variar de R\$ 5.000,00 a R\$ 50.000.000,00. Ressalta-se que, conforme o mesmo artigo, incisos V e VI, incorre nas mesmas multas aquele que “lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos ou detritos, óleos ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos” e também aquele que tem obrigação de “dar destinação ambientalmente adequada a produtos, subprodutos, embalagens, resíduos ou substâncias quando assim determinar a lei ou ato normativo” (BRASIL 2008, s/p). Assim, vale lembrar a importância da publicação das leis e dos atos normativos que fixem condutas para que as responsabilidades sejam apontadas.

Contrário ao estabelecido em normativa nacional, em termos de legislação, o Tocantins ainda não conta com um Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Segundo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADS/TO (trabalho de campo, fev. 2012), em 2002, foi elaborado pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN) com o apoio do Ministério do Meio Ambiente/Programa Nacional de Meio Ambiente II (PNMA), a minuta da Política Estadual de Resíduos Sólidos, o Sistema de Informações sobre Resíduos Sólidos (SIRES) e o Diagnóstico sobre a Situação dos Resíduos Sólidos no Tocantins (TOCANTINS, 2002 - 2004). No entanto, tal minuta não foi regulamentada pela Assembleia Legislativa por não se apresentar, naquele momento, como prioridade.

Posteriormente, em dezembro de 2011, segundo a SEMADS/TO (trabalho de campo, fev. 2012), foi aprovado um projeto de lei para elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que aguardava, em 2012, o empenho contábil administrativo para prosseguir com a elaboração. Em termos de valores, o Tocantins esperava por um repasse federal financeiro na ordem de R\$ 1.500.000,00 para iniciar a elaboração do referido plano. Tal repasse federal viria do Ministério do Meio Ambiente. Para Pacheco (2012), o repasse desses valores só seria possível depois de terminado o período eleitoral. Já o prazo definido em edital para a elaboração do plano seria de vinte meses a partir desse repasse. Segundo tal Secretaria, enquanto se esperava a verba federal, em outubro de 2012, já estava criado o Grupo Técnico Executivo (GTE). Sua competência está em analisar e monitorar a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins, assim como acompanhar a sua execução e tomar todas as medidas gerenciais e administrativas necessárias ao andamento dos trabalhos.

No que diz respeito às políticas públicas estaduais, a partir do Decreto nº 866 (TOCANTINS, 1999), foi criada uma comissão de educação ambiental cuja finalidade é coordenar a formulação de políticas e programas de educação ambiental, além de desenvolver e propor ações voltadas para esse fim em todo o Estado. Já a Lei nº 1.374 (TOCANTINS, 2003) estabeleceu a Política Estadual de Educação Ambiental, na qual, por meio do poder público em níveis estadual e municipal, deveria ser incentivada, entre outras ações, a inserção da educação ambiental nas atividades de gerenciamento de resíduos sólidos.

Junto à Autarquia Estadual Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), cuja competência está na “execução de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais, propiciando o seu aproveitamento de forma a assegurar sua disponibilidade para a atual e futura geração” (NATURATINS, 2012, s/p), está vinculado o Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Tocantins (FELC-TO). Esse Fórum se configura como uma congregação de instituições governamentais, não governamentais e do terceiro setor que tem atuação direta e indireta sobre a questão de resíduos, possuindo caráter aberto e colegiado. Sua missão é

Articular todas as instituições, governamentais, não governamentais, de caráter acadêmico e de representação social, necessárias a uma adequada orientação e ao fortalecimento de ações na área de gestão de resíduos, para que sejam desenvolvidas de forma integrada, descentralizada e participativa (NATURATINS, 2012, s/p).

A Coordenadoria de Educação Ambiental (COEDA) – pertencente à NATURATINS – é uma das entidades que tem como responsabilidade promover a ampla participação no Fórum, principalmente das entidades ligadas à gestão dos resíduos no Estado, além de “preparar e conduzir as reuniões do Fórum, sistematizar e registrar os resultados dessas reuniões, acompanhar a implementação dos encaminhamentos propostos em assembleia e identificar e divulgar outras informações de interesse” (NATURATINS, 2012, s/p).

Tal Fórum, já no seu 2º Seminário de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (TOCANTINS, FELC/TO, 2007), ocorrido em 2007, propunha que a Assembleia Legislativa do estado do Tocantins retomasse as discussões sobre o anteprojeto de lei referente à Política Estadual de Resíduos Sólidos. Indicava também que os governos estaduais e municipais incluíssem ações referentes à educação ambiental e à gestão de RSU em seus planejamentos plurianuais na gestão de 2008-2011. Além disso, em uma carta denúncia, publicada em agosto de 2007, tal fórum sugeria haver negligências, por parte de órgãos e instituições de direito, no que se refere à gestão de resíduos. Especificamente no município de Palmas, as denúncias apontavam a falta de publicidade das estratégias e das ações relativas à implementação da coleta seletiva no município e a presença de resíduos da construção civil de forma difusa, entre outros problemas (TOCANTINS, FELC/TO/CARTA DENÚNCIA, 2007).

O diagnóstico sobre a situação dos RSU no Tocantins apontava uma situação indesejável ao que se refere a gestão de resíduos sólidos urbanos naquele ano, conforme exemplifica o parágrafo exposto na sequência.

De acordo com diagnóstico sobre a situação dos RS, foi [sic] levantado [sic] questões problemáticas sobre o assunto. Dentre as questões levantadas, demonstrou[-se] que [...] a maioria dos municípios tocaninenses não possuía um planejamento para a operação do sistema de limpeza urbana e nem um quantitativo de custos relativos aos serviços prestados; eles nem mesmos sabiam o volume de lixo gerado no município e onde eram depositados os resíduos. (TOCANTINS, DIAGNÓSTICO FINAL DE RSU, 2002/2004, p. 12)

Mesmo assim, em dezembro de 2011, o problema da destinação do lixo nos municípios tocaninenses tornava-se capa do principal jornal da mídia local (FIGURA 6). Neste, apontavam-se os problemas encontrados pelo Ministério Público Estadual (MPE/TO) em vistorias pelo Estado (JORNAL DO TOCANTINS, 2011, CAPA).

FIGURA 6 – Tocantins: matéria de capa do Jornal do Tocantins, 2011.



Fonte: Jornal do Tocantins (2011).

De tal modo, até 2012, o Estado manteve-se tímido no que diz respeito à elaboração de políticas públicas que regem o assunto, dificultando sistematização e padronização das regras de condutas adequadas que dizem respeito aos resíduos sólidos urbanos e que serviriam de base para todos os municípios do Estado.

No patamar municipal, Palmas também não conta com plano municipal de resíduos sólidos e nem plano de seu gerenciamento. Em termos gerais, sobre a política ambiental, a Lei Municipal nº 1011 (PALMAS, 2001), que dispõe sobre a

Política Ambiental, Equilíbrio Ecológico, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, afirma, em seu art. 2º, inciso XVIII, que impacto ambiental é

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultantes das atividades humanas que direta ou indiretamente afetem: a) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; [...] d) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente (PALMAS, 2001, s/p).

A mesma lei, entre os Instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, adverte a necessidade de que o município fixe critérios e parâmetros que indiquem os padrões de qualidade ambiental desejável a fim de se estabelecerem normas de controle e fiscalização ambiental (PALMAS, 2001). Detecta-se, na interpretação dessa legislação, que os fatores saúde, bem-estar da população, condições estéticas e sanitárias estão intimamente relacionados com a questão dos RSU. No entanto, para que um efetivo controle de condutas seja tomado, é primordial haver normatização a respeito dos padrões desejáveis e, como consequência, controle e fiscalização para que os parâmetros sejam realmente atendidos.

Sobre a questão dos resíduos sólidos urbano, o Código de Posturas do Município (PALMAS, 1992) é o documento que rege algumas questões pontuais sobre o assunto, estabelecendo a Prefeitura Municipal como órgão competente para zelar pela higiene pública, visando à melhoria do ambiente, da saúde e do bem-estar da população.

O mesmo código também elege a Prefeitura Municipal para exercer a função de fiscalização a respeito da higiene dos passeios e logradouros públicos, dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços em geral, da existência de vasilhame apropriado para coleta de lixo e sua manutenção e higiene, assim como a limpeza dos terrenos (PALMAS, 1992). Na sequência, a legislação em tela, em seus artigos 7º e 8º, orienta que, em cada inspeção feita pelo órgão fiscalizador, se verificadas irregularidades em relação à geração e à disposição de resíduos sólidos, deverá ser apresentada, pelo servidor público municipal, orientação sanitária adequada para que providências sejam tomadas. E, no caso de encontradas infrações, o mesmo servidor deverá lavrar um auto de infração que servirá de fundamento para um processo administrativo de contravenção (PALMAS, 1992).

A respeito da geração, manuseio e forma de disposição dos resíduos sólidos na área urbana do município, o Código de Postura de Palmas (PALMAS, 1992) estende o dever de conservação e limpeza da cidade a toda a população que tem por obrigação cooperar com a Prefeitura. Entre as proibições descritas na normativa, são listadas algumas das principais condutas irregulares, passíveis de punição que, muito comumente, são presenciadas na rotina diária em Palmas. Entre essas proibições, encontram-se:

Fazer varreduras do interior de prédios, terrenos ou veículos para vias ou praças; lançar quaisquer resíduos, papéis, anúncios, reclames, boletins, pontas de cigarros, líquidos, impurezas e objetos em geral ou cuspir através de janelas, portas de veículos para passeios ou logradouros públicos e queimar, mesmo que seja nos próprios quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em qualidade capaz de molestar a vizinhança (PALMAS, 1992, s/p).

Também, a respeito das proibições referentes à limpeza pública de Palmas, a mesma lei traz, nos artigos 12, 15 e 17, a seguinte redação:

A limpeza dos passeios e sarjetas fronteirios aos prédios será de responsabilidade de seu ocupante. É vedado, em qualquer caso, varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para as bocas-de-lobo dos logradouros públicos. É proibido atirar detritos ou lixo de qualquer natureza nos jardins públicos. Durante a execução de qualquer natureza, o construtor responsável deverá providenciar para que o leito do logradouro, no trecho compreendido pelas obras, seja mantido permanentemente em perfeito estado de limpeza (PALMAS, 1992, s/p).

Por sua vez, o Código de Postura do Município prevê, em seu artigo 144, que “os terrenos situados nas áreas urbanas e de expansão urbana deverão ser obrigatoriamente mantidos limpos, capinados e isentos de quaisquer materiais nocivos à vizinhança e à coletividade” (PALMAS, 1992, s/p). Nesse sentido, a Coordenação de Saúde da Vigilância Sanitária Municipal – VISA/PMP (trabalho de campo, mar. 2012) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviço Público – SEMASP/PMP (trabalho de campo, mar. 2012) lembram que o acúmulo de resíduos sólidos urbanos em locais indevidos acaba agravando o quadro de saúde pública municipal, pois torna vários pontos da cidade em locais que servem de criatórios para animais e insetos indesejáveis e transmissores de doenças.

Por fim, o referido código proíbe que, além do alinhamento do tapume das construções, seja feita ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção. Aqueles que foram descarregados fora do estabelecido deverão ser

obrigatoriamente removidos para o interior da obra dentro do prazo estabelecido (PALMAS, 1992). No entanto, cumpre-se registrar que tal legislação não estabelece o tempo a ser considerado para esse prazo.

Em termos de adequado acondicionamento do lixo para posterior coleta, o Código de Postura (PALMAS, 1992) também prevê, em seu artigo 136, que, “em cada edifício habitado ou utilizado, **é obrigatório existência de vasilhame apropriado para coleta de lixo**, provido de tampa, bem como a sua manutenção em boas condições de utilização e higiene” (PALMAS, 1992, s/p, grifo nosso).

Além dessas indicações, a Lei Municipal nº 700 (PALMAS, 1997) dispõe, em seu art. 1º, sobre a obrigatoriedade da embalagem do lixo para a coleta. Aos moradores da cidade (abrangendo tanto a área residencial quanto comercial, como também os órgãos públicos, escolas e diversões itinerantes, como *shows*, exposições, entre outras), fica obrigatório utilização de “embalagens plásticas para recolhimento do lixo que, posteriormente, deverá ser depositado para coleta em vasilhames que obedeçam às conformidades impostas pelo Código de Postura da Capital” (PALMAS 1997, s/p).

Na mesma linha, a Lei Municipal nº 1084 (PALMAS, 2002a) dispõe sobre a obrigatoriedade a todas as empresas de ônibus coletivo que fazem transporte de passageiros em Palmas a colocarem recipientes de lixo no interior de seus veículos, sendo no mínimo dois recipientes. Tal lei torna-se específica a ponto de prever, em seu art. 2º, que todos os recipientes devem ser acompanhados da seguinte mensagem: “jogue lixo no lixo” (PALMAS, 2002a, s/p).

Em 2007, a aprovação da Lei Complementar nº 155 (PALMAS, 2007) trouxe, em seu art. 50, a obrigatoriedade do município instituir um Plano Municipal de Resíduos Sólidos que deveria conter no mínimo: diagnóstico de avaliação das condições socioambientais a respeito do tema; metas e diretrizes para um programa de gestão dos resíduos sólidos; localização de centros de recepção de lixo e material reciclável (incentivando criação de indústrias de reciclagem de lixo); destinação de áreas para deposição específica de resíduos da construção civil (com incentivo à implantação de usinas de reciclagem desse material e técnicas alternativas de seu uso); comunicação social educativa, como elemento integrante e fundamental do plano municipal de resíduos sólidos urbanos (PALMAS, 2007). O prazo estabelecido, no parágrafo único do mesmo artigo, definia que o município teria, no máximo, um ano da publicação de tal lei para implantar o sistema de coleta

seletiva na cidade. Contrariando a legislação vigente, esse sistema não foi implantado, funcionando apenas como um projeto piloto conforme será apresentado mais à frente.

Posterior às legislações supracitadas, o Decreto Municipal nº 219 (PALMAS, 2011a) veio tratar da utilização de embalagens e sacolas plásticas nos estabelecimentos comerciais em Palmas. Em seu art. 2º, é vedada a “utilização de saco plástico de lixo e de sacola plástica para acondicionamento, empacotamento, armazenamento ou transporte de resíduos [...]” (PALMAS, 2011a, s/p). No mesmo sentido, a Lei nº 1165 (2002b,s/p), que institui “em partes” a coleta seletiva de lixo, já previa, nos artigos 16 e 17, que “o lixo dos estabelecimentos comerciais e industriais deverá ser acondicionado em vasilhames adequados e projetados pelo órgão competente da Prefeitura” e que não poderá ser colocado “em sacos ou caixas e depositados nas calçadas”. Para os infratores, serão aplicadas “advertência e multa, sem prejuízo de outras sanções” (PALMAS, 2002b, s/p). Nesse ponto, é preciso lembrar que junto à Prefeitura Municipal da cidade (trabalho de campo, mar. 2012) não há registro de penalidades aplicadas aos infratores que agem em desacordo com o estabelecido.

No que tange à coleta seletiva em Palmas, a Política Ambiental, Equilíbrio Ecológico, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente (PALMAS, 2001), em seu art. 94, prevê, sob responsabilidade do Município, a implantação

[...] de um adequado sistema de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos, incluindo coleta seletiva, segregação, reciclagem, compostagem e outras técnicas que promovam a redução do volume total dos resíduos sólidos gerados (PALMAS, 2001, s/p).

Já, de forma específica, a Lei Municipal nº 1165 (PALMAS, 2002b) instituiu a Coleta Seletiva de Lixo no Município de Palmas. Essa lei autoriza o poder Executivo a promover o aproveitamento do lixo coletado na cidade e nos seus distritos, separando, conforme característica, em lixo orgânico, para transformação em fertilizantes, lixo reciclável, para encaminhamentos às indústrias de reciclagem, e, por fim, os resíduos da construção civil, para utilização em pavimentação e construção de encostas, produção de areia, pedriscos e brita, entre outros que seriam utilizados na construção de casa populares.

Apesar de haver previsão legal de coleta seletiva desde 2001, sendo sua obrigatoriedade apontada desde 2007, e de tal prática estar elencada como parte de sistema de infraestrutura para o saneamento ambiental na Lei Complementar nº 155, que dispõe sobre a Política Urbana em Palmas (PALMAS, 2007), até 2012 o processo não tinha sido implantado de forma abrangente e se apresentava somente no formato de projeto piloto, conforme afirma a Diretoria de Meio Ambiente Municipal (trabalho de campo, mar. 2012).

Tal projeto piloto foi implantado em 2011, por meio do Decreto Municipal nº 227 (PALMAS, 2011b), a partir do qual se iniciou a Coleta Seletiva de Lixo nas Escolas Municipais e nas Quadras 404 Sul e 904 Sul da área central macroparcelada. O objetivo desse projeto, segundo mesma lei, seria subsidiar informações para a continuidade de agregação das próximas quadras até alcançar a cidade toda.

Para a Diretoria de Meio Ambiente Municipal (trabalho de campo, mar. 2012), a escolha dessas duas quadras, na área central macroparcelada, deu-se a partir das características peculiares de cada uma delas. Segundo mesma fonte, a primeira (quadra 404 Sul) é uma das quadras com maior renda per capita da cidade, alto poder aquisitivo e não possui nenhum ponto comunitário instalado no seu interior. Já a segunda (quadra 904 Sul) é uma quadra de uso misto que, além de sua ocupação ter ocorrido bem antes do que outras quadras da cidade, o padrão de poder aquisitivo é bem diversificado (não há um tipo definido). Também a quadra conta com muitos pontos comunitários instalados, como, por exemplo, a escola Darcy Ribeiro, que foi a primeira unidade escolar a receber o Projeto da Coleta Seletiva nas Escolas (trabalho de campo, mar. 2012).

Diante desses fatores, o órgão municipal responsável pela gestão ambiental da cidade, ou seja, a Diretoria do Meio Ambiente pôde perceber que o programa de coleta seletiva se tornou mais eficiente à medida que a população se sente mais envolvida e pertencente ao espaço. Nesse caso, sendo a quadra 904 Sul mais antiga e tendo nela maior número de pontos comunitários, a sensibilização e o cuidado tornaram-se mais eficientes, confrontando a ideia de que a quadra com maior poder aquisitivo e, por consequência, com mais acesso à informação seria uma quadra que colaboraria mais com o programa (trabalho de campo, mar. 2012).

No delinear do contexto legislativo, é percebível que, nos diferentes níveis administrativos, a legislação específica a respeito de resíduos sólidos urbanos

(tratando desde a sua geração até a sua destinação final) existe, mas apresenta lacunas.

No caso de Palmas, a maioria das legislações municipais vigentes aponta a importância de uma fiscalização efetiva por parte da Prefeitura, cujo objetivo principal seria evitar as transgressões e aplicar as penalidades. No entanto, tal fiscalização não ocorre de forma efetiva por falta de um órgão municipal capaz de gerenciar a questão, aplicando as penalidades e exigindo uma postura adequada (trabalho de campo, mar. 2012). Também entre as lacunas, percebe-se que o assunto sobre a padronização do mobiliário urbano, que dá apoio ao sistema de limpeza urbana, é prematuro, citado apenas de modo *en passant* pelas normativas em vigor (trabalho de campo, mar. 2012), não apontando direcionamentos nem ditando regras mínimas, conforme será estudado no capítulo a seguir.

Por fim, o abismo entre a legislação e a prática a respeito dos resíduos sólidos urbanos, na capital do Tocantins, é impulsionado pela falta de implementação efetiva das normas regulamentares existentes. Percebe-se, assim, que leis existem, porém, enquanto as boas condutas ficarem apenas no papel e não serem levadas à prática, por meio de providências concretas, a tendência será o agravamento da problemática ambiental urbana.

1.2.2 OS RESÍDUOS SÓLIDOS: UM PANORAMA GERAL

O *Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil* é um documento elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Seu objetivo é “disponibilizar uma visão global e atualizada sobre o setor de resíduos sólidos no país, por meio da divulgação de informações consolidadas” (ABRELPE, 2010, p. 30).

Em sua última publicação, o documento indica que a geração de RSU no Brasil registrou aumento de 1,8% entre 2010 e 2011. Esse índice percentual é “superior à taxa de crescimento populacional urbano do país, que foi de 0,9% no mesmo período” (ABRELPE, 2011, p. 30). Registra-se também, na mesma publicação, que a geração de RSU per capita passou de 378,4 kg/hab./ano, em 2010, para 381,6 kg/hab./ano, em 2011, representando aumento de 0,8% (ABRELPE, 2011). Além disso, o documento informa que, na relação entre quantidade total de RSU produzidos e quantidade total de RSU coletados, em 2011,

“6,4 milhões de toneladas de RSU deixaram de ser coletados” e, por consequência, “tiveram destino impróprio” (ABRELPE, 2010, p. 30).

No patamar estadual, o cenário da geração e coleta de RSU, na comparação entre 2010 e 2011, segundo pesquisa citada, teve valores que apontam crescimento tanto na geração quanto na coleta. Tal pesquisa assinala que, em 2010, o Tocantins contava com 1.090.241 habitantes que geravam 1.068 ton./dia, sendo coletado um total de 804 ton./dia. Já em 2011, o Estado passou a contar com 1.105.197 habitantes que geravam 1.075 ton./dia, sendo coletados 912 ton./dia (ABRELPE, 2011) (QUADRO 2). Tais números também revelam que a soma de RSU não coletados passou de 264 ton./dia, em 2010, para 163 ton./dia, em 2011, representando uma diferença de 38,26% (ABRELPE, 2011).

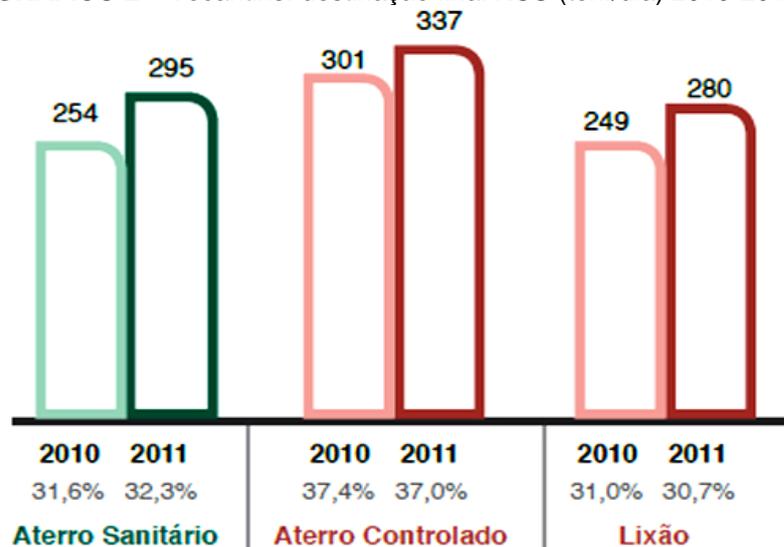
Da parte coletada, considerando o volume de toneladas/dia, em 2011, a destinação final desses resíduos configurou-se da seguinte forma: 32,3% foram depositados em aterros sanitários, 37,0% ficaram depositados em aterros controlados, e 30,7% seguiram para os lixões (ABRELPE, 2011) (GRÁFICO 2).

QUADRO 2 – Tocantins: comparativo de geração e coleta de RSU, em 2010 e 2011.

População Urbana		RSU Gerado (t/dia)		RSU Coletado			
				(t/dia)		(kg/hab/dia)	
2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1.090.241	1.105.197	1.068	1.075	804	912	0,737	0,825

Fonte: ABRELPE (2011, p. 59). Reedição: Denardi (2012).

GRÁFICO 2 – Tocantins: destinação final RSU (ton./dia) 2010-2011.



Fonte: ABRELPE (2011, p. 59).

Na esfera municipal, entre janeiro e dezembro de 2011, o quantitativo de resíduos sólidos depositado no Aterro Sanitário Municipal de Palmas totalizou, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos (SEMASP/PMP), 82.993,301 toneladas, que equivale a uma média mensal de 7.544,846 ton./mês e uma média diária de 248,483 ton./dia (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012).

Desse quantitativo citado, os resíduos recolhidos são classificados em cinco tipos: os domésticos (que fornecem o maior valor/ano de coleta, girando em torno de 73 mil ton./ano), os resíduos de sistema de saúde, os resíduos da construção civil, as galhadas e outros (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012). Vale lembrar que, em Palmas, a única forma de classificação do tipo de resíduo sólido recolhido é feita conforme pesagem do material na entrada do aterro sanitário para descarregamento.

Em comparação com o cenário nacional, cuja média de geração de resíduos sólidos urbanos gira em torno de 1,223 kg/hab./dia (ABRELPE, 2011), percebe-se que a geração de resíduos sólidos urbanos na capital do Tocantins está dentro das projeções nacionais, apresentando valor de 1,12 kg/hab./dia. Registra-se que, para obtenção de tal valor, foram considerados apenas os registros oficiais de coleta e disposição final no aterro sanitário municipal, além dos valores apresentados como média diária (ton./dia) medida em 2011 no quantitativo de recolhimento do aterro sanitário (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012), além do número de 221.727 habitantes (IBGE, 2010), medido em 2010, para a população urbana da cidade.

Porém, mesmo os documentos oficiais apresentando um panorama de geração de RSU dentro dos padrões nacionais, o aterro sanitário da capital teve de passar por ampliações em 2012, recebendo uma nova trincheira para armazenamento do lixo produzido, com projeção para os próximos três anos. Segundo a Prefeitura Municipal de Palmas (2012), um dos fatores que levou à expansão do aterro está ligado ao aumento significativo da produção de lixo na capital que, por sua vez, se relaciona com o crescimento populacional e com a melhoria do poder aquisitivo. Para o engenheiro responsável pelo aterro sanitário, Palmas teve aumento significativo da produção do lixo, visto que “a geração dos resíduos sólidos saltou, no período de 2008 a 2012, de 100 ton./dia para 250 ton./dia, em média” (MARQUES, 2012, s/p).

1.2.3 PALMAS: O SERVIÇO DE COLETA E A TENTATIVA DE IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA

Na capital do Tocantins, o serviço de limpeza pública urbana é prestado por empresas terceirizadas contratadas por meio de processo de licitação pública municipal. Em termos de coleta de lixo, esse serviço foi prestado, no período compreendido entre 2006 e 2012 (até o primeiro semestre deste último ano), pela empresa terceirizada Delta Construções S/A. Cumpre registrar que, em 2012, tal empresa tornou-se alvo de investigações policiais e denúncias junto ao Ministério Público Estadual (MPE/TO), por causa de suspeitas de fraude em documentação que permitiu o seu acesso às licitações municipais. São listadas, entre outras irregularidades, o direcionamento de licitação, o enriquecimento ilícito e a improbidade administrativa (TOCANTINS/MPE, 2012).

No segundo semestre de 2012, por uma decisão da 1ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos, foi determinada a suspensão do contrato com a empresa Delta Construções S/A pelos motivos de irregularidades apontados. Após essa decisão, em caráter emergencial, foi contratada, em agosto de 2012, nova empresa para prestar os serviços de coleta de lixo e limpeza urbana para a Prefeitura de Palmas: Litucera Limpeza e Engenharia Ltda. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos de Palmas (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012), a empresa prestaria o serviço até 31 de dezembro de 2012, pelo valor de R\$ 1.151.056,54 por mês. Após esse período, seria feita uma nova licitação.

Independente da empresa contratada, a mecânica de execução dos serviços de coleta de lixo e limpeza urbana na capital do Tocantins é feita de forma ininterrupta 24 horas por dia, a partir de um roteiro diário de serviço, estipulado pela empresa terceirizada e fiscalizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviço Público (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012).

De acordo com a descrição da SEMASP/PMP (2012), a coleta, segundo a rotina diária de obras, é feita três vezes por semana, em dias alternados, nas áreas residenciais e todos os dias da semana em áreas comerciais de maior fluxo. Para o controle da varrição dos espaços públicos, também é elaborado um diário com o roteiro de trabalho. Nesse ponto, vale lembrar que, como aponta a SEMASP/PMP (2012), o serviço de coleta acontece, de modo particular, no núcleo central urbano

(ou nas áreas comerciais de maior fluxo), preferencialmente, no período noturno, evitando que a movimentação dos caminhões coletores atrapalhe o trânsito durante os horários de pico nas alamedas e nas avenidas.

Em termos de limpeza e recolhimento das galhadas, esse processo acontece de forma alternada, sendo que, na primeira quinzena do mês, o trabalho é feito nas quadras do setor Sul e, na última quinzena, nas quadras do setor Norte (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012). Saliencia-se, nesse ponto, que a distribuição de dias de trabalho nos dois setores da cidade (Norte e Sul) não leva em consideração a diferença de área, uso e ocupação local. Essa diferença se torna relevante, conforme discussão que será apresentada no capítulo a seguir, uma vez que o setor Sul encontra-se atualmente mais adensado, tendo maior extensão em termos de área ocupada se comparado com o setor Norte.

Em decorrência desse assunto, cabe também lembrar que a questão do acúmulo de galhadas em locais indevidos torna-se um problema de saúde pública, segundo a engenheira responsável pela fiscalização na SEMASP/PMP (trabalho de campo, fev. 2012). Tais resíduos, principalmente embaixo de folhas úmidas, tornam-se um *habitat* ideal para o inseto *Lutzomyia longipalpis* transmissor da doença conhecida como Calazar (*Leishmaniose*), comum no Tocantins. Assim, mais uma vez se reforça a questão de que “limpeza urbana é principalmente prevenção no setor de saúde pública” (SILVA, 2012, s/p).

Ainda relativo ao acordo fixado em contrato entre a Prefeitura Municipal e a empresa responsável pela limpeza urbana da cidade, está estipulado que, em termos de coleta, só é carregado pelo gari o material que estiver devidamente ensacado (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012). Essa regra segue o indicado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), que estabelece, em seu artigo 28, que “o gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a **disponibilização adequada para a coleta [...]**” (BRASIL, 2010, s/p, grifo nosso).

Tal exigência se faz necessária para tornar o serviço de limpeza pública mais eficiente e evitar que o funcionário responsável pela coleta se exponha a constantes contatos com agentes biológicos prejudiciais à saúde (oriundos da má destinação do lixo urbano). No entanto, contrário ao almejado, a prática vivenciada na capital do Tocantins se apresenta fora desses padrões estipulados na lei municipal e federal, conforme discussão que será apresentada na seção a seguir.

Esse fator de exposição do funcionário da limpeza pública, associado à questão da utilização de equipamento de coleta de resíduos (o caminhão-coletor) como meio de transporte desses trabalhadores foram os objetos que levaram a um Termo de Interdição do serviço de coleta de lixo feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego da Superintendência Regional em Tocantins (em outubro de 2011) contra a Delta Construções S/A (empresa terceirizada responsável, na época, pela limpeza pública da cidade de Palmas) (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012).

Tal interdição tinha como objetivo sugerir como medidas de proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores do setor que fossem adotadas a desconstituição do sistema caminhão-coletor convencional e a utilização de mecanismos basculantes disponíveis em caminhões (contêiner) para acondicionamento e transporte dos resíduos, seguindo modelos já em funcionamento em outras capitais do país, como exemplo a cidade de Porto Alegre, capital rio-grandense (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012) (FOTO 1A e 1B).

A utilização desse novo modelo de coleta teria como principal característica a completa mecanização do sistema, evitando, assim, expor o trabalhador da área de limpeza urbana ao contato com os fatores desfavoráveis à sua saúde, conforme exemplificado.

FOTO 1 - Porto Alegre: sistema de coleta mecanizada com a utilização de contêiner, 2011.



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2011).

Assim, no início de 2012, foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a Prefeitura Municipal, o Ministério Público Estadual e a Delta Construções S/A, dando início aos estudos de viabilidade para implantação do sistema de coleta semimecanizada na cidade.

Segundo a Diretoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal Palmas (trabalho de campo, mar. 2012), atualmente, no município só há possibilidade de implantação do sistema semimecanizado (que ainda necessita de uma parte de mão de obra direta), pois a mecanização por completo não seria viável financeiramente, uma vez que o município ainda não tem arrecadação pública suficiente. Ainda, conforme a Diretoria em tela, o prazo para implantação dessa semimecanização seria de dois anos para as áreas comerciais (uma vez que maior acúmulo de lixo, espalhado indevidamente pelas calçadas públicas sem o correto acondicionamento se encontram, principalmente, nas áreas ligadas à alimentação). Após esse período, começariam os estudos para implantação do sistema nas áreas residenciais.

O modelo do contêiner a ser utilizado seria padronizado pela própria Diretoria de Meio Ambiente (trabalho de campo, fev. 2012), facilitando a correta operação da máquina que faria a descarga do lixo acumulado no seu interior. No entanto, até 2012, apesar de já existirem vários contêineres sendo utilizados em alguns pontos da cidade, entre eles em áreas de Shopping Center, alguns condomínios residenciais, hotéis e restaurantes (FOTOS 2 e 3), não havia estudo específico publicado a respeito dos parâmetros urbanísticos que esses equipamentos deveriam seguir e, por consequência, a influência da implantação de tais equipamentos na dinâmica da cidade, como afirma a Diretoria de Planejamento Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (PALMAS, SEDUH/PMP, 2012).

Para tal Diretoria, entre os problemas urbanísticos que deveriam permear o estudo de viabilidade de implantação desse novo sistema listam-se: a preocupação com o impacto visual causado pela sequência desses volumes, principalmente nas avenidas comerciais (como é o caso da JK) e o estudo do local de sua implantação, a fim de não prejudicar a visibilidade do trânsito e a acessibilidade, evitando acidentes tanto para motoristas, quanto para pedestres (principalmente aos portadores de necessidades especiais como cadeirantes e pessoas com capacidade visual reduzida). Além disso, seria necessário verificar, principalmente, a questão da forma de manutenção dos contêineres, uma vez que poderiam se tornar local de concentração de odores impróprios, atração de insetos e roedores, além da geração de ruídos quando operados pelos caminhões de descarga.

FOTO 2 - Palmas: instalação de contêiner próximo a estabelecimento de alimentação em avenida do núcleo central da cidade, 2012.



Foto e organização: Denardi (2012).

FOTO 3 - Palmas: Instalação de contêiner em frente a condomínio residencial no núcleo central da cidade, 2012.



Foto e organização: Denardi (2012).

Nos casos apresentados nas fotos 2 e 3 e frequentemente presenciados na cidade, observa-se a fragilidade da tentativa de implantação inicial de um sistema que se encontra desamparado de normas regulamentares ainda não existentes. Nas imagens, mostra-se o modelo de contêiner (volume metálico marrom) que está

sendo utilizado em alguns pontos da cidade por indicação da Diretoria de Meio Ambiente (trabalho de campo, fev. 2012) e alguns dos problemas mais recorrentes envolvendo a má destinação do lixo nesses pontos de coleta. Entre esses problemas, pode-se destacar: capacidade de armazenamento do volume extrapolada, não sendo possível seu correto fechamento com tampa superior; exposição das embalagens degradadas pela ação de animais soltos na rua (como o caso de embalagens rasgadas que derramam os resíduos soltos nas calçadas); além da ação de intempéries que acabam por degradar tais embalagens (com ressecamento por causa do sol, acúmulo de água na época das chuvas). Além desses, outro problema que se torna recorrente no uso de tal sistema é a má localização para implantação do volume do contêiner, que é colocado na calçada pública de alamedas e avenidas, atrapalhando a circulação de pedestres e expondo o transeunte ao mau cheiro causado pelo derramamento de chorume acumulado no fundo do seu volume.

Ao tratar dos custos para implantação do contêiner, conforme a Diretoria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Palmas (trabalho de campo, fev. 2012), essa primeira fase de locação do sistema nas áreas comerciais correria por conta dos comerciantes da cidade. Essa obrigação estaria vinculada à obtenção de licenciamentos e alvarás de funcionamento. Nesse ponto, um questionamento vem à tona: como seria feita a padronização desse processo e desses equipamentos, cobrando do proprietário dos espaços urbanos à custa de instalação dos contêineres e vinculando essa obrigação à emissão de licenciamentos e alvarás, se na cidade dita como “capital ecológica”¹⁰ não há diretrizes que regem o formato, o tamanho, o local, a forma e responsabilidade de manutenção e conservação, entre outros fatores urbanísticos de nenhum tipo de mobiliário urbano na cidade? Esse problema apresenta-se como um das principais dificuldades enfrentadas em relação à cobrança de uma conduta correta por parte do cidadão: a falta de normatização específica para determinados assuntos (como a questão do mobiliário urbano em

¹⁰ Moraes et. al. (2011, p. 84) lembram que “a criação de Palmas/TO foi marcada por um discurso modernista que buscava unir no mesmo lugar condições para seus residentes habitar, trabalhar e recrear-se tudo isso em consonância com os paradigmas ecológicos da época”. Segundo mesmos autores, a idéia era que “seu modelo modernista” dispusesse de condições favoráveis para integrar novos parâmetros de qualidade ambiental evitando “replicar os processos de degradação ambiental observados em outras cidades brasileiras” (MORAES ET. AL., 2011, p.86).

Palmas) e, por consequência, uma efetiva fiscalização do processo (PALMAS, SEDUH/PMP, 2012).

Prosseguindo no assunto de coleta urbana de resíduos sólidos em Palmas, ao tratar da logística de funcionamento, independentemente do sistema a ser adotado (convencional, semimecanizado ou mecanizado), uma dificuldade se destaca, como aponta a engenheira responsável pela fiscalização na SEMASP/PMP (trabalho de campo, fev. 2012): a grande distância existente entre o Aterro Municipal e determinadas regiões da cidade.

O aterro municipal está localizado, segundo a Prefeitura Municipal (2012), a 26 km do centro da cidade em uma área chamada de assentamento São João. Como exposto no início deste capítulo, a área central macroparcelada da cidade configura-se pela inserção de uma malha viária ortogonal mais estreita no sentido Leste-Oeste, apresentando, por consequência, maiores distâncias no sentido Norte-Sul. Carvalhêdo e Lira (2009, p. 55) lembram que a opção de uma malha viária ortogonal na implantação da cidade “apresentou-se mais econômica e adequada à superfície aplainada do sítio urbano, mas, contraditoriamente, aumentou as distâncias latitudinais que dificultam a locomoção e acessibilidade entre os extremos da cidade”.

Essa configuração do desenho urbano de Palmas associado à localização do aterro sanitário municipal faz com que, segundo a secretaria responsável pelo processo (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012), dependendo do local de coleta, o caminhão-coletor e, por consequência, os funcionários que operam o veículo percorram, em cada viagem (de carga e descarga), distâncias que podem ir além de 80 km por vez. Tal situação, conforme afirma a Secretaria em tela, confere morosidade ao sistema, além de onerar os custos do processo.

Para Silva (2012), o ideal seria ter uma área de transbordo que ficasse mais bem localizada dentro do sítio urbano (preferencialmente, próximo ao centro da cidade). Nessa área de transbordo, seriam descarregados todos os resíduos coletados no núcleo central que passariam por uma triagem, separando os resíduos que efetivamente iriam para o aterro. As galhadas seriam encaminhadas para moagem na seção de parques e jardins da prefeitura municipal, servindo de adubo orgânico, e os recicláveis seriam encaminhados para as cooperativas cadastradas.

Assim, nesse processo, além de serem evitadas as longas viagens por todos os caminhões-coletores da cidade, ficando apenas uma linha exclusiva que faria o

trajeto da área de transbordo até o destino final no aterro municipal (PALMAS, SEMASP/PMP, 2012), estar-se-ia cumprindo o indicado pelo artigo 50 da Lei Complementar Municipal nº 155 (PALMAS, 2007, s/p.). Esse artigo obriga o Município a instituir uma “localização dos centros de recepção de lixo e material reciclável, bem como incentivo à criação de indústrias de reciclagem de lixo e outras formas de aproveitamento”, além de indicar a “destinação de áreas para deposição específica de resíduos da construção civil, com incentivo à implantação de usinas de reciclagem desse material e técnicas alternativas de seu uso”.

Porém, para os responsáveis desse setor municipal, a implantação desse novo processo de coleta esbarra na dificuldade de locação da área de transbordo uma vez que, no plano urbanístico da cidade, não foi prevista a situação em tela, dificultando, dessa maneira, a escolha do local. Além disso, sua efetiva implantação demandaria de um cuidadoso estudo de impacto ambiental, impacto na vizinhança, consequência para a área de entorno, licenciamento em todos os órgãos oficiais envolvidos, equipe técnica especializada para normatizar o funcionamento de tal área e orçamento necessário para correta estruturação do espaço. Por esses e outros motivos (abrangendo também interesses políticos), esse sistema se torna ideal somente na teoria, não sendo possível até o presente momento a sua efetiva implantação.

1.2.4 PALMAS: DA GERAÇÃO À DISPOSIÇÃO INADEQUADA DO LIXO

Em Palmas, observa-se que, entre a legislação (conforme exposto no início deste capítulo) e a prática (vivenciada no cotidiano da cidade), há grande distanciamento que faz com que a qualidade ambiental urbana fique prejudicada quando vista pelo panorama da geração, disposição inadequada e destinação final do lixo urbano.

Ao acompanhar a dinâmica da cidade, tomando como espaço de observação o seu núcleo central, constantemente se presenciavam (em alamedas, avenidas, espaços públicos e lotes baldios) ações que vão de encontro às exigências mínimas ditadas nas legislações de todas as esferas governamentais.

Em uma análise mais específica, em termos de legislação municipal, a conduta ideal esperada é de que os moradores se sintam corresponsáveis pela

manutenção de um ambiente urbano ecologicamente saudável, participando, assim, da manutenção com ações práticas que, somadas à coletividade, permitiriam melhora na qualidade urbana. Porém, na rotina urbana, detecta-se que esse sentimento de corresponsabilização ainda não está fixado no cotidiano de uma parcela da população que acaba por colaborar para a exposição de condutas que ferem diretamente a legislação municipal vigente, conforme ilustrado na discussão a seguir.

Tomando como base o Código de Postura da Cidade (PALMAS, 1992), que é, como dito anteriormente, a lei que trata mais especificamente das condutas a respeito do lixo urbano, pôde-se presenciar durante a fase estipulada para o monitoramento do espaço urbano no núcleo central da cidade as manifestações expostas na sequência.

1. Há proibição expressa sobre fazer varredura do interior de prédios, terrenos ou veículos para vias ou praças (PALMAS, 1992). No entanto, diariamente, há flagrantes de moradores fazendo a limpeza de suas residências, trazendo todo o lixo, sem o devido acondicionamento, que se encontra em seu pátio particular para as vias públicas e depositando tais resíduos em locais inadequados, transferindo a responsabilidade de recolhimento de tais resíduos para o poder público local (FOTO 4A e 4B).

FOTO 4 - Palmas: lixo oriundo de residências abandonado nas calçadas públicas do núcleo central à espera de recolhimento, 2012.



Foto: Denardi (2012).



Foto: Denardi (2012).

2. Contrária a essa mesma proibição, comumente se presencia, principalmente nos finais de tarde, nas avenidas comerciais do núcleo central (tomando como

exemplo a Avenida JK no trecho compreendido entre as Quadras 104 Sul e 104 Norte), os comerciantes fazendo a limpeza de suas lojas, como lavagem de pisos, retirada do lixo gerado após um dia de funcionamento do estabelecimento, entre outros. Essa prática torna-se uma problemática a partir do momento em que toda a sujeira retirada do interior dos estabelecimentos é abandonada inadequadamente, segundo exigência do Código de Postura da cidade (PALMAS, 1992), nas calçadas públicas, tendo como resultado um cenário de total falta de respeito com o espaço coletivo comum. Além disso, nesse ponto, cabe ressaltar que a mesma legislação em questão (PALMAS, 1992) impõe a responsabilidade de limpeza dos passeios e sarjetas fronteiros dos prédios aos seus ocupantes (FOTOS 5 e 6).

FOTO 5 - Palmas: RSU oriundos do comércio em geral abandonados nos passeios públicos da cidade, 2011.



Foto: Denardi (2011).

FOTO 6 - Palmas: lixo descartado sem o devido acondicionamento oriundo de uma farmácia integrante de rede nacional de comércio, 2012.



Foto: Denardi (2012).

3. Ao se tratar da área comercial em Palmas, cabe registrar também que, na cidade, há uma popularidade dos comércios ambulantes, principalmente daqueles ligados à alimentação: espetinhos, lanches e salgados, água de coco, entre outros. Tais comércios normalmente funcionam ao longo das principais avenidas, aproveitando calçadas e estacionamentos como pontos de venda. Nesses locais, por meio do trabalho de campo (2011/2012), foi detectado que, após a utilização do espaço para venda de produtos, um volume significativo de lixo abandonado inadequadamente, sem o devido acondicionamento para coleta como manda a legislação municipal vigente (PALMAS, 1992) (FOTO 7A e 7B).

FOTO 7 - Palmas: espaço utilizado pelo comércio ambulante de água de coco, 2012.



Foto: Denardi (2012).



Foto: Denardi (2012).

4. Ao destacar a situação do abandono de lixo nas calçadas públicas, outra problemática se faz presente: a questão da queima de lixo. Em Palmas, é proibido queimar, mesmo que seja nos próprios quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança (PALMAS, 1992). No entanto tal prática se torna comum, principalmente, nos períodos de seca prolongada, em que a qualidade do ar já está comprometida pela umidade abaixo dos níveis desejáveis. Assim, muito habitualmente, encontram-se queimadas de resíduos varridos e acumulados nas calçadas públicas (como folhas secas, papéis, papelões, folhetos publicitários, plásticos, entre outros). Após a queima, as cinzas restantes não são recolhidas e acabam sendo espalhadas por toda a vizinhança pelos ventos característicos da região, principalmente em períodos de seca prolongada, agravando ainda mais a qualidade ambiental urbana (FOTO 8A e 8B).

FOTO 8 - Palmas: situação das calçadas públicas da cidade após queima de lixo, 2011/2012.



Foto: Denardi (2011).



Foto: Denardi (2012).

5. Seguindo na análise da legislação em questão, em termos de espaço público, tal norma destaca que é proibido atirar detritos ou lixo de qualquer natureza em jardins públicos (PALMAS, 1992). Todavia não é raro encontrar, em praças, parques, canteiros centrais de avenidas, entre outros espaços, um número significativo de resíduos sólidos abandonados de maneira inadequada. Nesse sentido, ressalta-se, principalmente, a situação das áreas verdes da capital do Tocantins: tais espaços que, na sua concepção original, foram projetados especialmente para garantir melhor qualidade de vida para a população estão se transformando em locais onde os cidadãos que ultrapassam os limites de seus espaços privados utilizam como depósito de lixo, colaborando, assim, para fixação de uma cena de total descaso com as áreas públicas da cidade. Entre os flagrantes mais comuns nas áreas verdes, estão o abandono de sofás que não têm mais utilidade (FOTO 9A e 9B), montanhas de lixo residencial e depósito de entulho da construção civil.

FOTO 9 - Palmas: sofás abandonados nas áreas verdes da cidade, 2011/2012.



Foto: Denardi (2011).



Foto: Denardi (2012).

6. Em relação a espaços livres ou desocupados na estrutura urbana, torna-se importante ressaltar que, segundo a legislação em discussão (PALMAS, 1992), os terrenos situados nas áreas urbanas deverão ser obrigatoriamente mantidos limpos, capinados e isentos de quaisquer materiais nocivos à vizinhança e à coletividade. Sendo Palmas uma cidade com poucos anos de existência, registra-se que, em seu meio urbano, há muitos lotes públicos ou privados ainda desocupados. Nesse ponto, a problemática se insere uma vez

que tais lotes baldios, assim como mostrado em relação às áreas verdes, vêm se transformando em locais de depósito de lixo. O problema ainda é agravado pela falta de fiscalização contínua que não aponta os responsáveis por tais abandonos irregulares (FOTO 10 e 11).

FOTO 10 - Palmas: lixo residencial depositado em área verde pública, 2012.



Foto: Denardi (2012).

FOTO 11 - Palmas: lixo depositado em lote baldio particular, 2011.



Foto: Denardi (2011).

7. Na capital do Tocantins, durante a execução de obras da construção civil, o construtor responsável deverá providenciar para que o leito do logradouro, no trecho compreendido pelas obras, seja mantido permanentemente em perfeito estado de limpeza (PALMAS, 1992). Mas o que se presencia está distante do ideário ditado pelas normas. No trabalho de campo (2011/2012), foi detectado que muitos cidadãos não fazem o correto recolhimento dos resíduos gerados pelas suas obras, alugando o contêiner de recolhimento específico para tal fim. Ao invés disso, muitos entulhos são abandonados inadequadamente na cidade. Entre as formas de abandono, detectaram-se dois tipos: quando se trata de volumes menores de entulho a ser descartados, eles são abandonados diretamente ao longo das calçadas públicas à espera da coleta pública; já quando se trata de volumes maiores de entulho, o abandono se dá, normalmente, em áreas verdes ou em lotes baldios. Registra-se que em Palmas, segundo especificação da SEMASP/PMP (trabalho de campo, fev. 2012), o serviço de limpeza pública diária não carrega tais entulhos no caminhão-coletor uma vez que essa prática não está prevista em contrato de licitação. Assim, tais entulhos abandonados ficam meses à espera que a

prefeitura, em um dado momento, mande um caminhão exclusivo para essa função. Enquanto isso não acontece, o entulho vai se deteriorando nos espaços públicos. Nesse ponto, também vale lembrar que a prefeitura não tem agente de fiscalização que faça o flagrante dessas práticas, conforme afirma a Secretaria de Meio Ambiente e Serviço Público (PALMAS, SEMASP/PMP, trabalho de campo, fev. 2012), e, por consequência, dificultando a responsabilização por tais abandonos (FOTO 12A, 12B, 12C e 12D).

FOTO 12 - Palmas: entulhos abandonados de forma irregular nas calçadas públicas, 2011-2012.



A

Resto de entulho retirado de reforma em estabelecimento religioso, abandonado há mais de seis meses nas calçadas públicas do núcleo central.



B

Porta retirada de reforma residencial, depositada em calçada pública e sendo deteriorada pela ação das intempéries.



C

Restos de telhas retiradas de reforma residencial, depositadas em calçadas públicas, misturando-se ao lixo de varrição.



D

Restos de madeira e pedregulho retirados de reforma comercial, depositados em calçadas, misturando-se ao lixo das campanhas eleitorais.

Fotos: Denardi (2011-2012).

8. Ainda em termos de construção civil, a norma regulamentar vigente (PALMAS, 1992) torna expressamente proibido que, além do alinhamento do

tapume das construções, seja feita ocupação de qualquer parte do passeio com materiais de construção. Aqueles que foram descarregados fora do estabelecido deverão ser obrigatoriamente removidos para o interior da obra. Porém, na prática, muito comumente são encontrados esses materiais da construção civil, obstruindo calçadas públicas nas principais avenidas da cidade ou depositados em jardins e espaços verdes, permanecendo nessa situação no período de duração da obra (FOTO 13).

FOTO 13 - Palmas: materiais da construção civil dispostos de forma irregular em jardins dos canteiros centrais e em calçadas das principais avenidas da cidade, 2011-2012.



Foto: Denardi (2011).



Foto: Denardi (2012).

9. Por fim, em termos de adequado acondicionamento do lixo para posterior coleta, a legislação vigente em Palmas (PALMAS, 1992) prevê a obrigatoriedade da existência de vasilhame apropriado, provido de tampa, para coleta de lixo, assim como se torna igualmente importante a manutenção de tais vasilhames para se alcançarem boas condições de utilização e higiene. No entanto, entre as práticas mais comuns encontradas durante o trabalho de campo (2011/2012), estão: deposição de lixo em caixas de papelão que se desmancham na época da chuva, uso de sacolas plásticas de supermercado para acondicionamento do lixo que acabam sendo rasgadas por animais ou ainda lixo solto (a granel) dentro das lixeiras nas calçadas públicas. Tal prática torna-se agravante, pois tais lixos, quando depositados sem o correto acondicionamento, não são recolhidos pelo serviço de coleta e limpeza urbana (seguindo orientações de normativas municipal e nacional). Assim, o lixo que não é recolhido pelo serviço de coleta também não é

retirado pelo responsável que fez a deposição incorreta, deixando para a cidade um cenário de piora da qualidade ambiental urbana, em função das calçadas sujas pelo lixo e pelo chorume que vaza das lixeiras, atraindo moscas e outros tipos de insetos (FOTOS 14, 15, 16 e 17).

FOTO 14 – Palmas: caixas de papelão, em época de chuvas, usadas para acondicionar lixo para a coleta, 2011.



Foto: Denardi (2011).

FOTO 15 – Palmas: lixo solto sem o devido acondicionamento, em estado de apodrecimento, servindo de atrativos para animais se alimentarem, 2012.



Foto: Denardi (2012).

FOTO 16 - Palmas: embalagens de lixo solto nas calçadas sendo deterioradas por ação de animais de rua, 2011.



Foto: Denardi (2011).

FOTO 17 - Palmas: detritos sólidos nos canteiros centrais de avenidas da cidade, causando mau cheiro e atraindo insetos e outros animais, 2012.



Foto: Denardi (2012).

Em Palmas, além das práticas apresentadas, outras ações apresentam-se contrárias ao estabelecido na legislação vigente. Detecta-se, pelo trabalho de campo (2011/2012), que a prefeitura (como gestor) e a empresa terceirizada (contratada

para tal fim) não disponibilizam um número efetivo de trabalhadores para o serviço de limpeza pública que abranja a cidade em sua totalidade, uma vez que o desenho urbano está configurado, como exposto no início deste capítulo, por longas distâncias e grandes vazios urbanos. Também, a prefeitura não usa da prerrogativa de ser o órgão fiscalizador municipal apto a fazer inspeção para verificar irregularidades em relação à geração e à disposição de resíduos sólidos e usar do direito que lhe confere a lei do poder punitivo diante das infrações encontradas, conforme lembra o Código de Postura da Cidade (PALMAS, 1992).

Assim, amparados pela falta de sensibilização por uma parcela da população em relação aos resíduos sólidos e pela ausência da prefeitura como órgão de gestão e fiscalização, o cenário de acúmulo indevido de lixo em Palmas tem se tornado uma realidade. Para Jacobi (1996), o enfrentamento ao desafio apresentado constitui-se, primeiramente, da necessidade de alteração na esfera pública no sentido de assumir o papel de gestor que intervém proativamente na definição do ordenamento político e jurídico das relações que abranjam desde a geração até a disposição final dos resíduos urbanos. Tal ordenamento, como lembra o autor, se faz necessário tanto em termos de conduta quanto em termos de punição, uma vez que os serviços urbanos de limpeza pública são altamente dependentes de tais normatizações, pois são elas que ditam as regras para que a limpeza urbana aconteça de forma adequada aos padrões preestabelecidos.

Também, em um segundo momento, vale lembrar que o efetivo envolvimento público inclui, necessariamente, a disseminação pública da informação e o fortalecimento da cidadania conjugada a ações de cuidado e zelo em relação ao espaço urbano. Esse entendimento enfatiza a necessidade de um envolvimento local da população em geral que ocorre por meio da sensibilização e, por consequência, da conscientização da comunidade, no sentido de minimizar ações cotidianas de degradação ambiental que poderão, coletivamente, ser somadas a um meio ambiente urbano mais saudável.

CAPÍTULO 2

Mesmo contemplando casos de agressões ao ambiente, os hábitos cotidianos concorrem para que o morador urbano não reflita sobre as consequências de tais hábitos, mesmo quando possui informações a esse respeito.

(MUCELIN; BELLINI, 2008, p. 13)

A BANALIZAÇÃO DO ABANDONO DE LIXO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO NÚCLEO CENTRAL DE PALMAS

De acordo com Corrêa (1989), são os diferentes usos que definem as diversas áreas na organização espacial da cidade ou, conforme o autor, no “espaço urbano”. Dessa forma, o centro da cidade caracteriza-se, pelo seu uso, como local de maior concentração das atividades de gestão pública ou privada, de comércio e de prestação de serviço, ou seja, maior concentração de atividades econômicas, principalmente do setor terciário. Normalmente, está marcado pelo intenso uso do solo e pela verticalização, que colaboram para elevar o preço da terra praticado nessas áreas. Também, ali se encontram os pontos centrais de transporte intraurbanos que fazem a ligação das diferentes áreas da cidade. Por ser um núcleo central, onde se localizam as principais sedes administrativas e governamentais, esse espaço caracteriza-se como centro de decisões, sendo foco da gestão territorial.

Para Garcia e Ribeiro Filho (2011), na área central da cidade, promove-se a proximidade física entre as pessoas, criando uma rede de contatos que interliga setores de negócios e órgãos públicos a outras diferentes atividades. Normalmente, nessas áreas, desenvolvem-se atividades culturais, como museus, teatros, bibliotecas, livrarias, cinemas, entre outras. Os autores, ao citarem Duarte (1967), lembram também que:

[...] é possível verificar a existência de uma hierarquia das funções centrais na Área Central. Isto porque, para determinadas funções, a localização no centro é imprescindível já que ele tem a capacidade de atrair toda a população urbana devido à variedade de atividades ali encontradas (GARCIA; RIBEIRO FILHO, 2011, p. 79).

Os estudos realizados pelos autores (2011, p. 81) indicam que “a área central possui diferenciações espaciais internas bastantes complexas” e podem ser caracterizadas, conforme Murphy e Vance (1954), por uma “área coração (*core area*), onde as funções principais que lhe caracterizam alcançam intensidade máxima, e uma zona periférica cujos limites não são permanentes e nem sempre são nítidos, mas imprecisos”.

Conforme Reis (2007, p. 8), o conceito de área central designa “o centro da moderna cidade capitalista”. Para ele, apoiado nos ensinamentos de Corrêa (1989), que, por sua vez, buscou contribuição em Horwood e Boyce (1959), reforça-se a ideia de que, entre outros atributos, a área central, na estrutura urbana, se caracteriza por ser um espaço de “uso intensivo do solo, com a maior concentração de atividades econômicas, sobretudo do setor terciário, onde se verificam os mais elevados preços do solo urbano”.

Além disso, o autor ressalta outras características desse espaço que vão desde “concentração diurna associada ao horário de trabalho, apresentando-se deserta à noite, foco de transportes intraurbanos, para o qual convergem o tráfego urbano” até a “área de decisões, porquanto aloja as sedes e escritórios regionais das principais empresas que atuam na cidade. Além disso, muitas instituições do estado estão localizadas nesta parte da área central” (REIS, 2007, p. 8).

Como consequência da dinâmica da urbanização contemporânea brasileira, surgiu um fenômeno que pôde ser conhecido, segundo Reis (2007), como expansão do núcleo central da cidade, transbordando os limites ditados nos planos urbanísticos e apontados nas legislações municipais vigentes. Esse fenômeno criou, então, um tipo de centro expandido dentro das cidades cujas características se igualavam àquelas ditadas para o núcleo central da urbe. Assim, tais características foram sendo fixadas conforme a população se apropriava do espaço e lhe atribuía os diferentes usos, seguindo a lógica de Corrêa (1989). Nesse sentido, o capítulo a seguir vem no intuito de caracterizar o núcleo central de Palmas, apresentando, nesse caso, os diferentes espaços públicos da área de recorte do estudo e discutindo a questão do lixo abandonado nesses espaços.

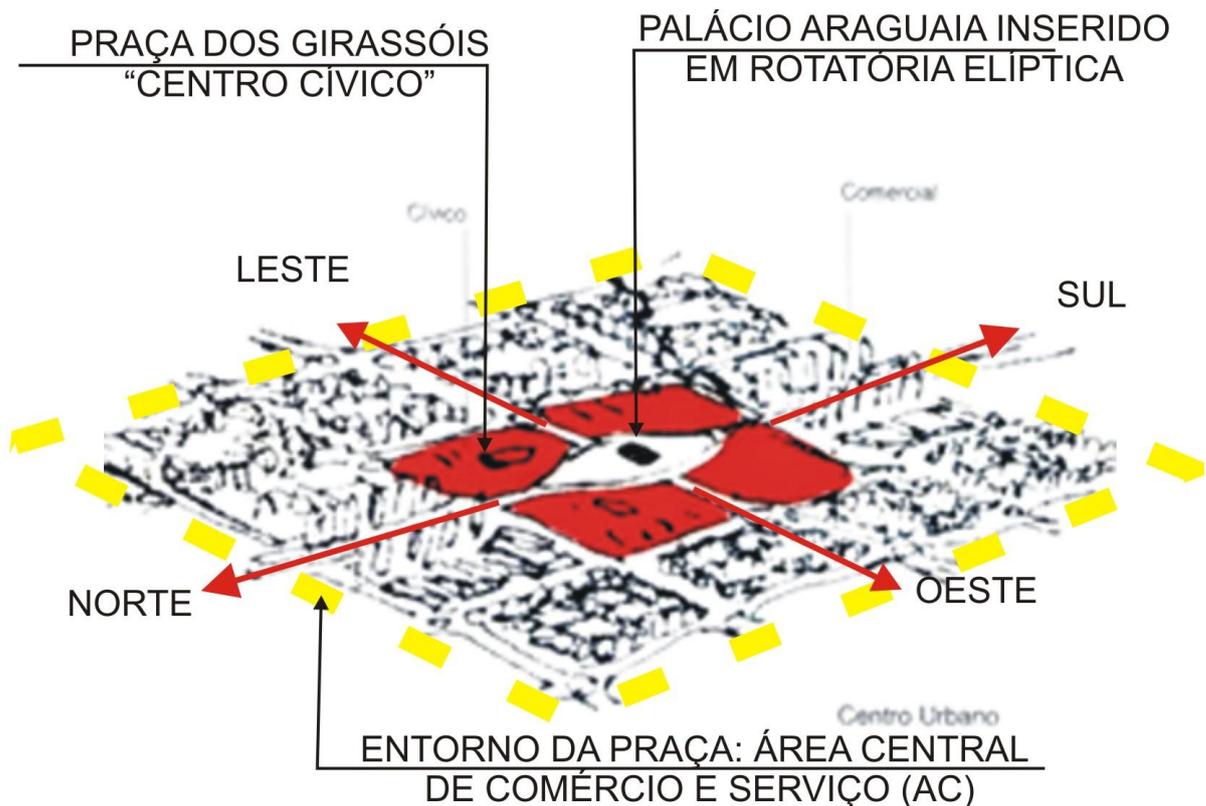
2.1 PALMAS: O NÚCLEO CENTRAL DE NEGÓCIOS

Em Palmas, no plano urbanístico original, a estrutura territorial deveria ser encadeada de forma a criar uma hierarquia entre os espaços públicos e privados, cívicos e comerciais, e o núcleo central deveria ser articulado a fim de promover múltiplos usos (GRUPO QUATRO, 1988). Para os idealizadores do projeto, tal núcleo serviria de elemento ordenador na expansão da superfície, uma vez que a nova capital seria organizada a partir do “centro urbano, em fitas de quadras no

sentido Leste/Oeste”, buscando, dessa forma, viabilizar a sua implantação e evitar o aparecimento dos vazios urbanos onerosos aos custos de urbanização (GRUPO QUATRO, 1988, s/p).

Na área macroparcelada de Palmas, segundo projetistas, foi concebido o núcleo central da cidade sendo denominada de *Área de Comércio e Serviço Central* (AC), que se instalaria nas quadras ao redor da Praça dos Girassóis (GRUPO QUATRO, 1988). Na concepção original do projeto, foi definido que o núcleo central dessa área seria uma grande rotatória em formato elíptico, que isolaria o Palácio do Araguaia e interligaria os dois principais eixos viários da cidade, a Avenida JK e a Avenida Teotônio Segurado¹⁰, como apontado no croqui original (FIGURA 7), presente no *Termo de Referência para Elaboração do Plano Diretor da Cidade* (GRUPO QUATRO, 1988).

FIGURA 7 - Palmas: núcleo central conforme croqui do projeto original, 1988.



Fonte: Grupo Quatro (1988). Organização: Denardi (2012).

¹⁰ Nesse caso, tais avenidas não teriam ponto de interrupção a fim de proporcionar melhor continuidade espacial e maior conectividade entre as quadras comerciais e as quadras residenciais desse entorno.

Nesse sentido, ressalta-se que a Praça dos Girassóis seria demarcada como centro cívico¹¹ da cidade (GRUPO QUATRO, 1988). Como aponta Carvalhêdo e Lira (2009, p. 55), em torno dela seriam localizados “usos e atividades urbanas capazes de gerar centralidade, como bancos, escritórios, clínicas médicas, restaurantes, cinemas e mesmo edifícios mistos, com apartamento a partir do primeiro andar”.

Contrariando a ideia almejada no projeto original, tal praça foi inserida como um conjunto único, tendo o Palácio Araguaia localizado no centro, interrompendo os principais eixos viários da cidade. Assim, o espaço que foi projetado para promover a continuidade espacial e interligar as diferentes quadras do entorno se transformou em uma interrupção que dividiu a Avenida Joaquim Teotônio Segurado e a JK. Dessa forma, esse espaço foi transformado em uma extensa área de espaço livre de difícil transposição pelos pedestres, principalmente quando associada às altas temperaturas e à falta de vegetação que proporcionaria o sombreamento do local.

Em termos de projeto urbanístico original de Palmas, segundo previsão para a primeira etapa de implantação da cidade, a *Área de Comércio e Serviço Central* (AC) ocuparia doze quadras, dispostas simetricamente em torno do setor administrativo central (FIGURA 8), conforme descreve Vasconcellos (2006, p. 35):

Além da descrição do projeto urbanístico de Palmas, ainda consta, no documento do Termo de Referência do PDUP, que a cidade foi prevista para ser implantada em etapas de ocupação previamente definidas, seguindo um cronograma de execução para infraestrutura básica, que também previa a construção gradativa dos equipamentos urbanos e das edificações públicas.

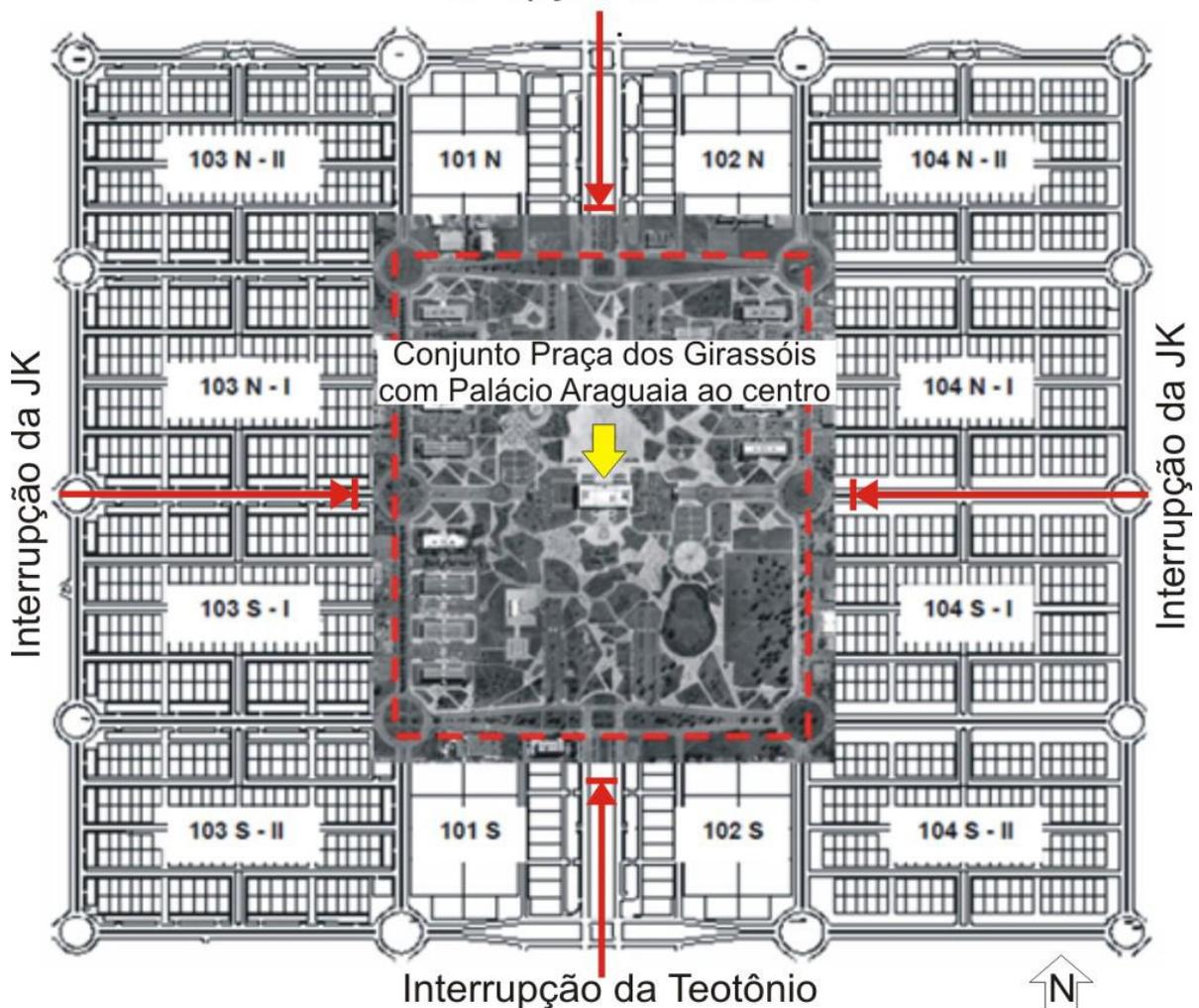
Ao falar da primeira etapa de implantação da cidade, torna-se necessário entender que, segundo os projetistas, o espaço urbano deveria ser ocupado por meio de cinco etapas sucessivas, divididas em faixas no sentido Leste-Oeste

¹¹ Segundo Gonçalves (2001), o conceito de centro cívico chegou à arquitetura moderna por meio da proposta do escritório americano Town Planning Associates (TPA), dos arquitetos Sert e Wiener, para a Cidade dos Motores, no Rio de Janeiro, na década de 1940. O uso de tal centro foi idealizado sob forma de uma área que teria características político-administrativas ou então se destinaria ao encontro de vários órgãos e entidades administrativas/culturais da urbe. Para a autora (2001, p. 3), vários são os exemplares de urbanização que utilizaram esse conceito. Em todos os modelos, as propostas tornaram comum a destinação da área “às atividades culturais, recreativas, administrativas e comerciais, com edificações dispostas em torno de uma praça de uso exclusivo de pedestres, com circulação e estacionamento dos veículos na sua periferia”, caracterizando, no sentido literal, um centro do cidadão. Diametralmente oposto, Carvalhêdo e Lira (2009, p. 55) afirmam que, no caso da capital do Tocantins, a inserção da Praça dos Girassóis, centralizada no cruzamento das duas principais grandes avenidas da cidade, apresentou-se como um “objetivo platônico de simbolizar a praça como centro de poder”.

evitando, dessa forma, formação de vazios urbanos, especulação imobiliária, grandes distâncias de circulação e onerosidade na implantação de infraestrutura urbana. Também, essa ocupação em Palmas, deveria acontecer de forma gradual, seguindo o critério de proximidade com o centro e o crescimento demográfico da cidade, como explica Amaral (2009, p. 28) (FIGURA 9):

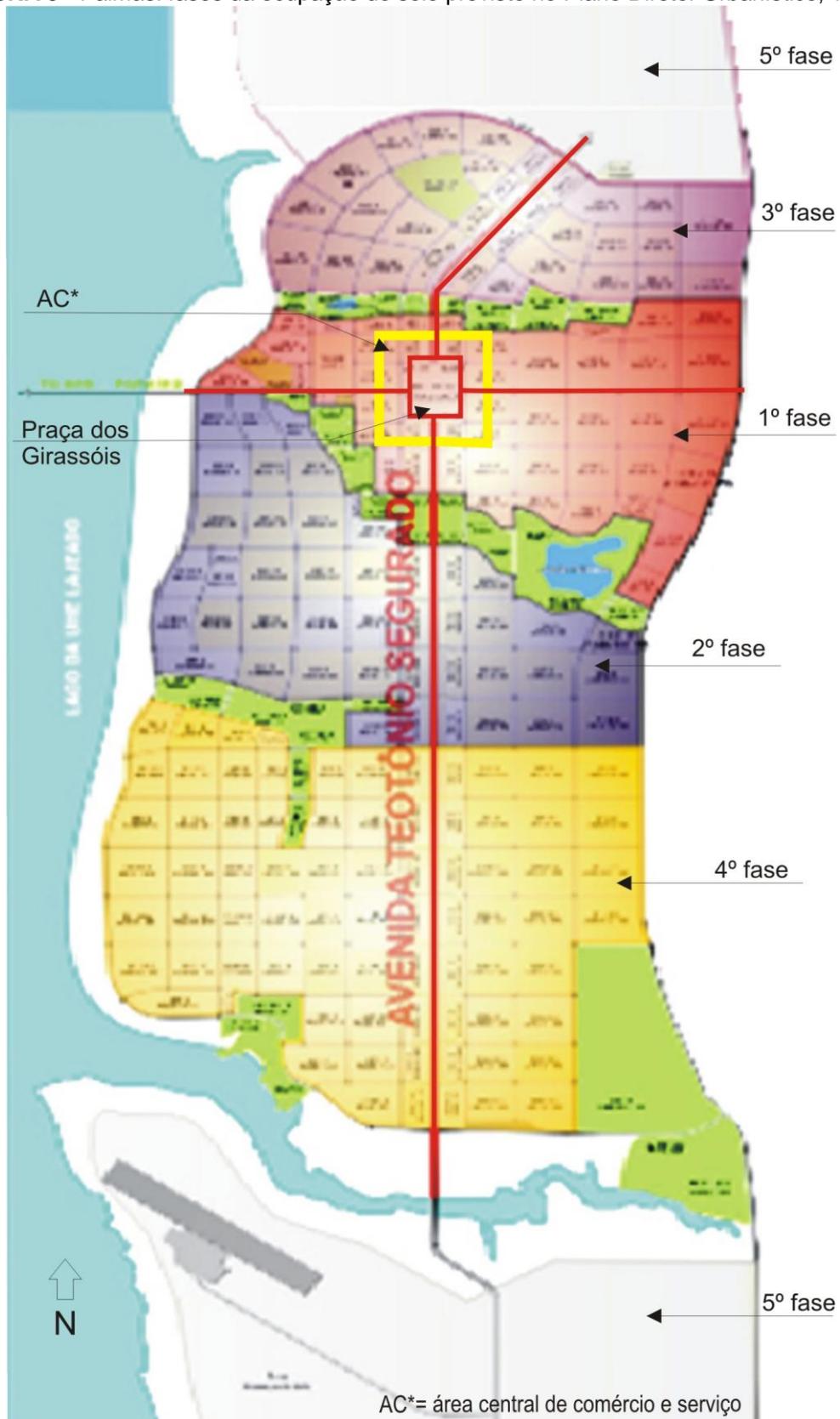
Na primeira fase, previa-se a ocupação de 2.500 hectares [...] atendendo uma população estimada de 30 mil habitantes nos dois primeiros anos, podendo alcançar 100 mil nos primeiros cinco anos (IPUP, 2002). Para a segunda fase, era prevista área de expansão de 1.600 hectares [...] para atender população superior a 100 mil habitantes, podendo alcançar cerca de 300 mil habitantes. Para a terceira e quarta fases, previu-se a ocupação de mais de 6.900 hectares [...] podendo a cidade abrigar cerca de um milhão e duzentos mil habitantes.

FIGURA 8 - Palmas: área de comércio e serviço central (AC), 2003.
Interrupção da Teotônio



Fonte: SIGPALMAS (2003). Organização: Denardi (2012).

FIGURA 9 - Palmas: fases da ocupação do solo previsto no Plano Diretor Urbanístico, 1994.



Fonte: Amaral (2009, p. 29). Reedição: Denardi (2012).

Como apresentado no primeiro capítulo, a ocupação do solo em Palmas, diferente do planejado, foi incentivada, principalmente, por motivos políticos e econômicos. De acordo com Amaral (2009, p. 41), por meio de leilões públicos promovidos pela antiga Companhia de Desenvolvimento do Tocantins (CODETINS), foram realizadas vendas de lotes na área macroparcelada central (FIGURA 4) sem a preocupação de seguir o Plano Básico de ocupação planejada em etapas, conforme descrição anterior (FIGURA 8). Ou seja, lotes localizados em etapas de ocupação posteriores foram vendidos sem que a ocupação da etapa anterior tivesse sido concluída, proporcionando, dessa maneira, distanciamento entre o desenho urbano projetado e o realmente concretizado, acarretando descaracterização na ordenação da cidade, aparecimento de muitos vazios urbanos e, conseqüentemente, aumento nas distâncias entre os seus extremos.

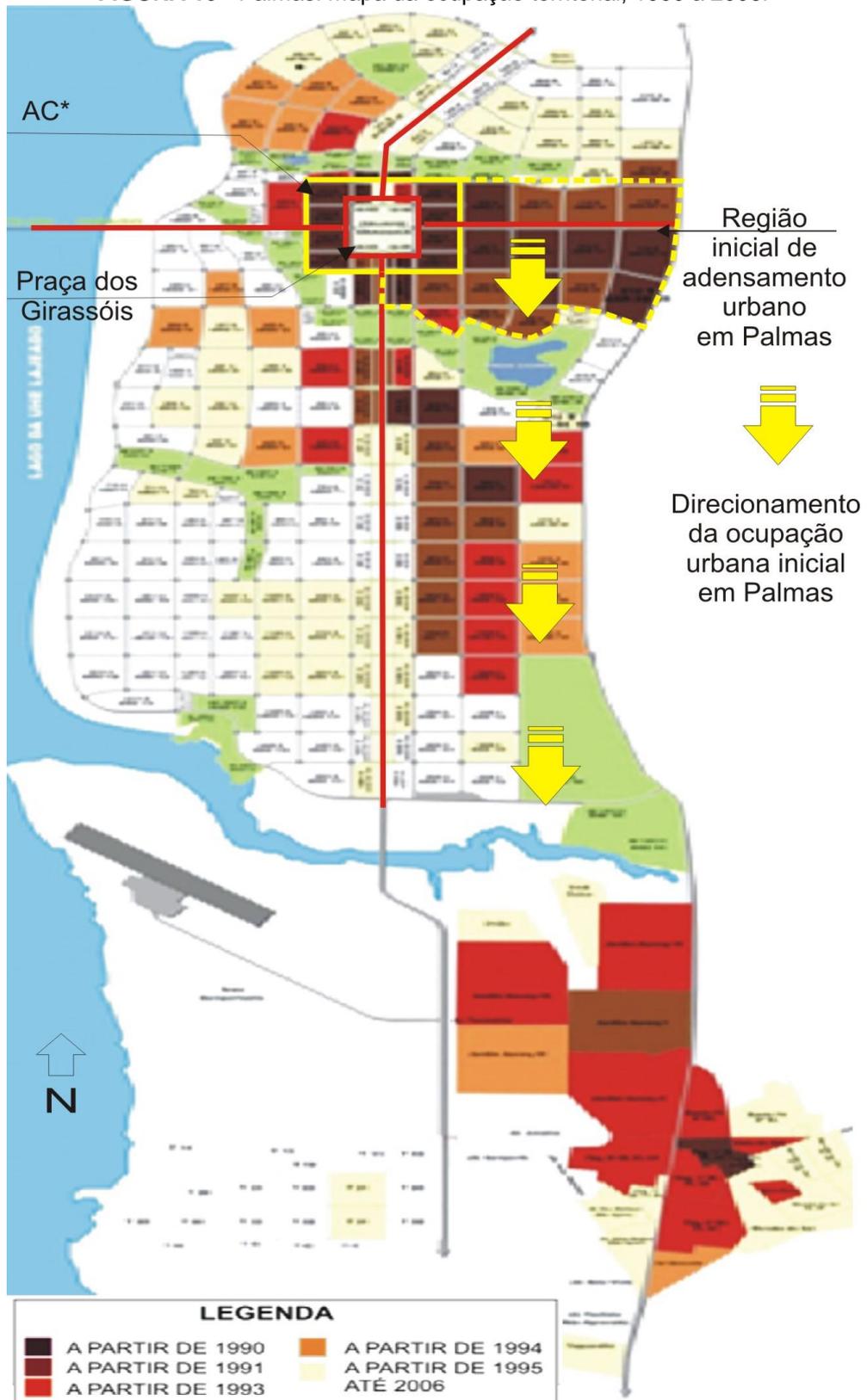
O desenho urbano, que teria característica da ocupação no sentido Leste-Oeste, simetricamente a partir do centro urbano, acabou configurando-se no sentido Norte-Sul, tendo maior adensamento na porção Sudeste, compreendida à Leste da Avenida Teotônio Segurado, ao Sul da Avenida JK e à Oeste da rodovia estadual TO 050 (FIGURA 10).

Em 2007, foi editada a Lei Complementar nº 155 (PALMAS, 2007) no intuito de ordenar a ocupação da cidade seguindo critérios de adensamento, localização e proximidade com o núcleo central (como indicado no projeto original), estabelecendo as áreas de ocupação prioritária, definidas como Áreas Estruturantes. Essas áreas estariam próximas aos eixos principais de deslocamento, buscando a maximização do aproveitamento da infraestrutura e integração dos eixos de transportes.

No artigo 23 da referida lei, entre outras áreas, ficou estipulado que a Avenida Teotônio Segurado seria uma área de ocupação prioritária, cuja característica se apresentaria como principal eixo estruturante do desenvolvimento e da integração das áreas central e sul da cidade, caracterizado como corredor de ocupação de alta densidade. Também, no mesmo artigo, a Avenida JK seria outra área de ocupação prioritária, configurando-se um eixo secundário de comércio, serviço e habitação, com incentivo para a ocupação de alta densidade, englobando todos os lotes lindeiros¹² a essa Avenida (FIGURA 11).

¹² A expressão “lindeiros”, presente na legislação em discussão, se refere aos lotes que fazem limites com a Avenida em questão, conforme apresentado no mapa de Ordenamento do Solo Urbano no Município, 2007 (FIGURA 11).

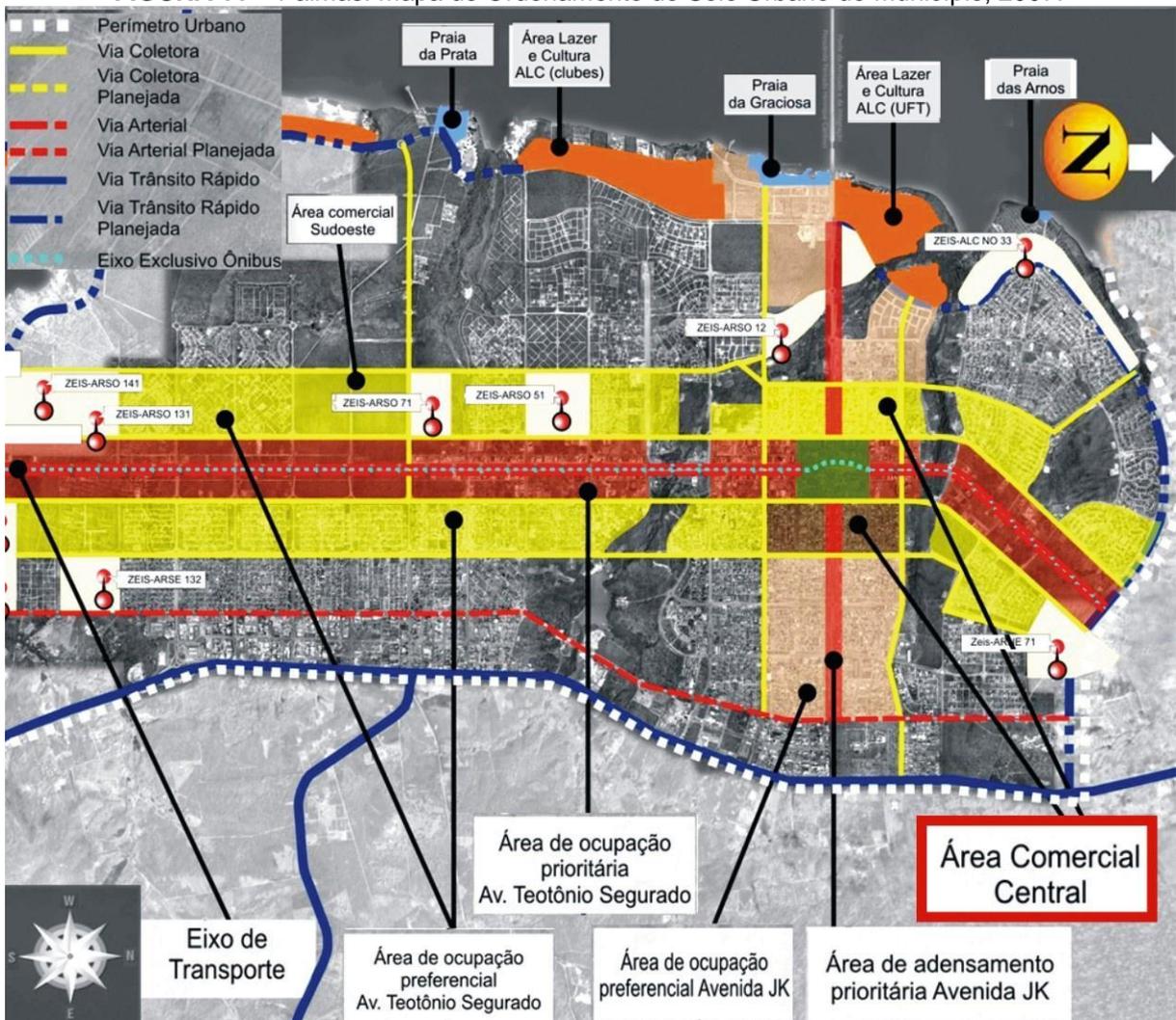
FIGURA 10 - Palmas: mapa da ocupação territorial, 1990 a 2006.



AC* = área central de comércio e serviço

Fonte: Amaral (2009, p. 57). Reedição: Denardi (2012).

FIGURA 11 – Palmas: mapa de Ordenamento do Solo Urbano do Município, 2007.



Fonte: SIGPALMAS (2003). Organização: Denardi (2012).

Assim, na edição do Plano Diretor da cidade (PALMAS, 2007), a área de comércio e serviço central, proposta no projeto original e que caracterizaria o núcleo central, manteve-se, sendo denominada Área Comercial Central. Vale lembrar que as particularidades dessa área estão em sintonia com as características apresentadas por Reis (2007) na caracterização do núcleo central de negócios. Entre elas, destacam-se: uso intensivo do solo, sendo o local onde são praticados os mais elevados preços do solo urbano; maior concentração de atividades econômicas, principalmente do setor terciário; concentração diurna associada ao horário de trabalho, apresentando-se deserta à noite; e foco dos transportes intraurbanos, para o qual converge o tráfego urbano. Ademais, trata-se da área onde se alojam sedes e escritórios regionais das principais empresas que atuam na

cidade, além de instituições públicas. Cumpre registrar que ainda é embrionário o processo de construção de grandes edifícios verticais na capital do Tocantins.

Como consequência desse primeiro adensamento estabelecido em Palmas, além da área conhecida como Área Comercial Central, criou-se um tipo de centro urbano expandido na capital do Tocantins, tendo as mesmas características peculiares do núcleo central da urbe. No entanto, como lembra Garcia e Ribeiro Filho (2011), tal centro não se apresentou e nem se apresenta na atualidade com seus limites totalmente estabelecidos. Dentro dessa realidade, salienta-se que, ao se indicar o centro urbano de Palmas, observado na dinâmica da cidade, nos documentos legislativos e nos estudos a respeito do tema, não se encontra, necessariamente, uma discussão exclusiva da área demarcada como *centro urbano* ou *área comercial central* apontada no projeto original ou na legislação vigente. Ao contrário, ao se discutir tal centro, normalmente se está abrangendo a área de primeira ocupação e adensamento que acabou por configurar o centro expandido da cidade, conforme ilustrado no Mapa de Ocupação Territorial de Palmas (1990 – 2006) (FIGURA 10).

Mesclando entre uso comercial (principalmente ao longo das avenidas e nas bordas das quadras) e residencial no interior das quadras, esse espaço se caracteriza por maior intensidade do uso do solo. Além disso, abriga características específicas da zona central da urbe, conforme apresentado anteriormente: grande concentração de instituições públicas, comércios, agências bancárias, prestadores de serviços, presença de *Shopping Center* e estabelecimentos ligados ao lazer (como bares, cinemas, biblioteca etc.), transporte público urbano e maior número de transeuntes em alguns pontos de ruas e avenidas.

Também, nessa área em questão, se localiza o recorte de estudo desta pesquisa (FIGURA 4), concentrando ali alguns dos principais espaços públicos da capital do Tocantins. Tais espaços, além de servirem como referencial dentro do desenho urbano, são, da mesma forma, conhecidos como alguns dos principais pontos turísticos da cidade. Assim, ao trazer à tona a questão dos espaços públicos, torna-se necessário uma sucinta explanação a respeito desses espaços no contexto da capital do Tocantins.

2.1.1 OS ESPAÇOS PÚBLICOS DO NÚCLEO CENTRAL DE PALMAS

O projeto urbanístico original consolidou, seguindo classificação apresentada por Coccozza et al. (2009), quatro categorias de espaços públicos para a cidade: o espaço iconográfico, a reserva mínima de cada loteamento que passaria a fazer parte da área pública municipal, conforme indicado em legislação (PALMAS, 1994), as áreas de preservação e proteção e, finalmente, os espaços livres utilitários.

Os espaços iconográficos seriam marcados pelos edifícios das esferas governamentais (estadual e municipal), que deveriam ser locados em grandes áreas onde os pedestres pudessem circular e conviver. De fato, seriam os espaços monumentais da cidade que se transformariam em marcos urbanos, cuja principal característica seria a singularidade, tendo aspecto único ou memorável no contexto, conforme lembra Lynch (1960). Nessa categoria, como principal ícone, destaca-se o conjunto Praça dos Girassóis com o Palácio do Araguaia (FOTO 18).

FOTO 18 – Palmas: Palácio do Araguaia e a Praça dos Girassóis, 2005.



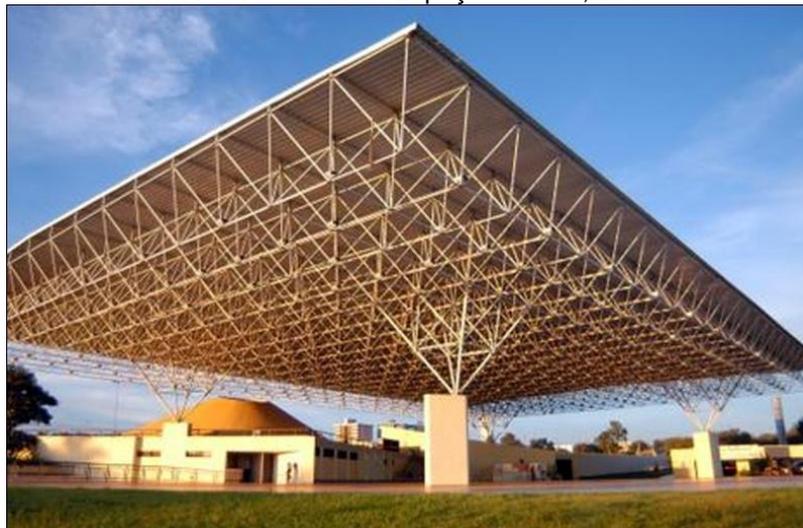
Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2011).

A Praça dos Girassóis é uma praça pública com área aproximada de 63 ha (VASCONCELLOS, 2006). Tal área chama a atenção pela proporção dimensional dentro do desenho urbano, figurando entre as maiores praças públicas do mundo (BRITO, 2010; CARDOSO, 2010), a exemplo da Praça Merdeka, na Indonésia, e da Praça da Paz Celestial, na China. Nessa praça, encontram-se os principais edifícios dos três poderes estaduais: o poder Executivo (Palácio Araguaia), o poder Legislativo (Assembleia Legislativa Estadual) e o poder Judiciário (Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins). Também, estão dispostas no seu interior as

Secretarias Estaduais, o Memorial Coluna Prestes e a Catedral Metropolitana da Capital (em fase de construção). Além disso, a referida praça abriga diversos monumentos distribuídos por entre os grandes espaços vazios: monumento à Bíblia, monumento dos 18 do Forte, monumento da Súplica dos Pioneiros, Relógio do Sol, além de diversos símbolos indígenas desenhados nas calçadas de *petit pavê* (mosaico português). Como resultado de sua grande extensão de área livre, frequentemente o local é utilizado para promoção de eventos culturais, como *shows* musicais, feiras literárias, congressos religiosos, além de comemorações de datas cívicas.

Outra área projetada que apresenta características marcantes dessa mesma categoria é o Espaço Cultural, inserido na Praça José Gomes Sobrinho. Localizado a 1 km da Praça dos Girassóis, foi delineado no formato retangular no qual se destaca, arquitetonicamente, sua cobertura metálica suspensa por treliça. Esse formato permitiu uma planta de edificação livre, na qual é possível manter a perspectiva geral do espaço que abriga um complexo cultural formado por teatro, biblioteca, sala de múltiplo uso (usada para ministrar cursos de pinturas, músicas, danças, entre outros) e parte administrativa. Nesse espaço, também, frequentemente são promovidos *shows*, feiras, exposições, entre outros movimentos culturais e de *standard* promocionais de vendas (FOTO 19).

FOTO 19 - Palmas: Espaço Cultural, 2011.



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2011).

Seguindo a análise, têm-se as áreas de reserva existentes em cada quadra residencial, comercial ou industrial que, a partir do parcelamento da gleba para fins

de loteamento, deveriam passar a ser áreas públicas municipais (APM), conforme indicado na Lei Federal nº 6.766 (BRASIL, 1979) e inserido na Lei Municipal nº 468 (PALMAS, 1994).

Essas áreas incluíam, principalmente, as praças públicas internas próprias de cada quadra, que deveriam ser equipadas com mobiliário urbano adequado para a prática de esporte e lazer dos moradores, bem como as inúmeras ruas centrais de pedestres (espaço exclusivo para circulação dos cidadãos), os fundos de lotes, as áreas de reserva do sistema viário, as calçadas dos lotes residenciais e comerciais e os estacionamentos. Assim, cada uma das quadras teria o seu próprio desenho, não havendo repetições sucessivas do mesmo modelo, sempre resguardando a proporção indicada no capítulo III, artigo 7º, inciso II, da Lei Municipal nº 468 (PALMAS, 1994) (FIGURA 12):

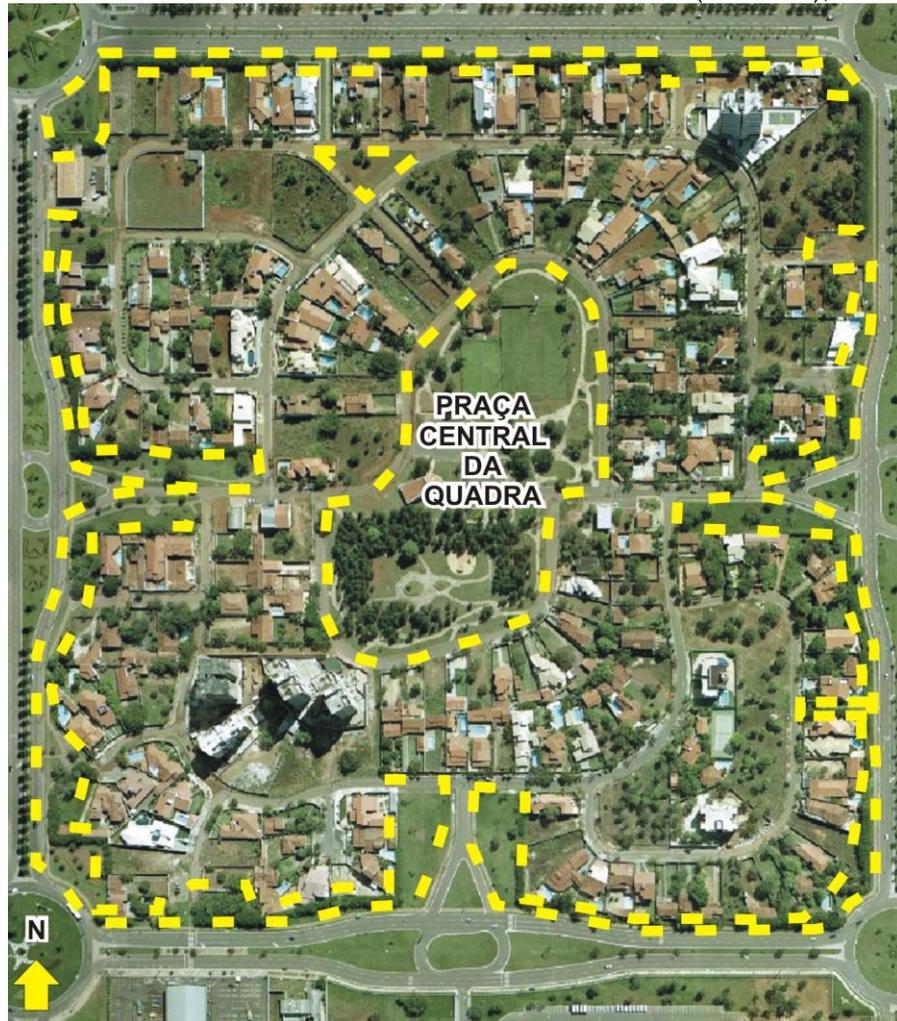
[...] II – prevalece para o microparcelamento, como facultado pelo art. 4º inciso I e Parágrafo 1º da Lei Federal 6.766, de dezembro de 1979, um mínimo de 15% (quinze por cento) para as áreas públicas municipais e um mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) para a soma destas com o sistema viário, computados sempre tendo como perímetro aquele definido pelos eixos das vias do sistema viário principal definidoras das glebas urbanas objeto de loteamento (PALMAS, 1994, s/p).

Para Carvalhêdo e Lira (2009, p. 56), essas áreas tinham um objetivo principal:

Dentro de cada quadra os loteamentos particulares progressivos foram definindo um sistema de arruamento vicinal com alamedas, que deveria garantir segurança aos pedestres e juntamente as áreas verdes indispensáveis ao conforto térmico e ao lazer da população.

Segundo Silva (2003), as quadras residenciais, contando com uma infraestrutura básica e pré-definida, foram projetadas para ser “bairros semiautônomos”. Assim, a reserva dos espaços que deveriam ser públicos garantiria implantação de equipamentos urbanos complementares, como praças de esporte, recreação e comércio local, creches, postos de saúde, entre outros, que viriam a funcionar como “instrumentos de integração social dentro da unidade de vizinhança” (SILVA, 2003, p. 60).

FIGURA 12 – Núcleo central de Palmas: Quadra 204 Sul (ARSE 21), 2005.



Legenda:

- Contorno tracejado demarca as áreas verdes formadas pela praça central, fundos de lotes e entradas de quadras, conforme previsto em lei.

Fonte: SIGPALMAS (2005). Organização: Denardi (2012).

O terceiro tipo de espaços públicos refere-se às áreas de proteção e preservação que configurariam os parques ecológicos e urbanos, garantindo uma qualidade ambiental à cidade.

Acompanhando a cota de enchente do lago, foi projetada uma via-parque junto à qual foram previstas amplas áreas verdes de lazer e recreação destinadas ao uso “público”. As matas ciliares junto aos ribeirões deveriam estar preservadas, formando faixas verdes entremeadas às quadras destinadas à edificação (CARVALHÊDO; LIRA, 2009, p.55).

Nessa categoria, por depender de uma condição natural que lhe proporcionasse sua criação, os espaços foram localizados em áreas espalhadas pela cidade. Entre eles, destacam-se as praias artificiais, criadas ao longo do Lago Artificial da UHE Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), e o Parque Cesamar.

Por fim, os espaços livres utilitários teriam uma função estrutural dentro da cidade, garantindo áreas de desenvolvimento futuro e manutenção do zoneamento aplicado (FOTO 20).

Esse é o caso da avenida Teotônio Segurado, eixo estrutural da cidade, que contém uma “ilha” de área verde destinada, inicialmente, ao transporte de massa, mas que se tornou, durante a construção de Palmas, num ícone do progresso, ao rasgar o cerrado existente e renegar a paisagem natural como elemento de composição de seu espaço. (COCOZZA et al., 2009, p. 77)

FOTO 20 – Palmas: Avenida Joaquim Teotônio Segurado, 2009.



Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2011).

A Avenida Joaquim Teotônio Segurado foi projetada com o intuito de transformar-se numa grande avenida demarcada pela verticalização das edificações e pela concentração de edifícios institucionais (sedes de conselhos regionais das diversas categorias), edifícios ligados à Justiça Estadual e Federal (Palácio da Justiça Federal, Ministério Público, Fórum), edifícios políticos (Prefeitura Municipal de Palmas e Câmara dos Vereadores).

Sendo o principal eixo viário de ligação no sentido Norte/Sul, a escala das distâncias projetadas foi maior e ditada, intencionalmente, pela hierarquização do sistema viário. A Avenida Joaquim Teotônio Segurado, com função ordenadora, foi delineada, segundo os arquitetos projetistas, para servir como uma linha expressa de integração na cidade:

A eficiência do transporte urbano e seu baixo custo operacional será garantida com a implantação da linha expressa na Avenida Teotônio Segurado, alimentada por linhas de sentido Leste/Oeste ou vice-versa. O sistema permitirá no futuro a implantação de transporte de massa [...] (GRUPO QUATRO, 1988, s/p).

Assim, no intuito de transformar-se numa via de integração, que seria alimentada por várias outras vias, a Avenida Teotônio Segurado foi configurada com quatro pistas em cada direção, além de contar com um jardim central, que, segundo Coccozza et al. (2009, p. 77), se tornou uma “ilha de área verde” que rasga a cidade.

Mesmo se objetivando uma intensa ocupação, em 2012, esse local ainda mantinha a característica de uma grande avenida pouco adensada. As edificações existentes ao longo desse eixo viário ficaram separadas por longas distâncias e muitos vazios, resultando em um tipo de uso com poucos comércios e, por consequência, com circulação de pedestre bem reduzida. Assim, o movimento habitual de tal Avenida é dado por veículos, sendo dispersa a presença de pedestres circulando pelas calçadas e pelos jardins centrais.

Outra avenida a ser destacada, que também se apresenta como eixo de função estrutural, é a Juscelino Kubitschek (JK) (FOTO 21). Tal Avenida é marcada pelos seus amplos estacionamentos, comumente apresentando-se com lotação total de ocupação durante dias úteis e nos horários comerciais. Ali se encontra a maior concentração e variedade de comércio aglomerado de forma sequencial, agências bancárias e correios, além da maior concentração de pedestres circulando nas calçadas públicas (o que não é comum em outros espaços da cidade devido às grandes distâncias e às altas temperaturas).

FOTO 21 - Av. JK: trecho compreendido entre as Quadras 104 Sul e 104 norte, 2012.



Foto: Denardi (2012).

Vale ressaltar que nessa Avenida o uso do solo se apresenta com maior intensidade, nos trechos localizados à leste da Praça dos Girassóis, tendo o seu ápice de ocupação no trecho compreendido entre as Quadras 104 Sul e 104 Norte.

Na sequência, após sucinta apresentação das classes dos espaços públicos em Palmas, uma pausa é introduzida para lembrar que, ao tratar desses espaços sob ótica da perspectiva urbanística, eles são entendidos como espaço físico constituído por um conjunto de formas características de determinada localidade. Para Valverde (2007), o espaço público é o local onde ocorre a prática e a interação social, proporcionando as inter-relações urbanas. O autor indica que, nesses espaços, o uso e a ocupação apoiam-se no coletivo e não devem ser apropriados de forma privativa para atender interesses individualizados.

O espaço público deve ser entendido, conforme Gomes (2002), como um local onde prevalece o interesse coletivo, restringindo-se a liberdade individual e estando intrinsecamente ligado à cidadania. A ação do indivíduo, diante de um espaço público, deve estar imbuída de responsabilidade pessoal que deve ir além de interesses próprios, colaborando para uma construção coletiva, interligada por uma cooperação mútua e voluntária, como lembra Jacobi (1996).

Contrário a isso, é preciso lembrar que, sendo os espaços públicos locais de pluralidades, os conflitos revelam-se destacando as problemáticas urbanas. Para Gomes (2002), tal problemática se mostra no momento em que há um recuo da cidadania e um retrocesso no acordo social estabelecido, conseqüentemente influenciando na relação de pertencimento e identidade do indivíduo x grupo x espaço. Nesse caso, aparecem as apropriações privadas nos espaços comuns, como é o caso da banalização do abandono indevido de lixo ao longo das praças, avenidas e ruas, vales e áreas verdes da cidade, como será apresentado a seguir.

2.2 OS RESÍDUOS SÓLIDOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO NÚCLEO CENTRAL DE PALMAS

O núcleo central de Palmas, como apresentado na seção anterior, chama a atenção por ser um espaço onde se concentram largas avenidas com jardins centrais, inúmeras rotatórias que recebem tratamento paisagístico diferenciado,

amplios estacionamentos e muitas áreas livres. Portanto, configura-se como uma área diferenciada em relação a outras áreas do espaço urbano.

Além do fator dimensional, outra questão relativa a esses espaços do núcleo central chama a atenção: o acúmulo indevido de lixo. Seja em avenidas, canteiros centrais, praças, jardins, áreas verdes, entre outros locais, é frequente a presença de lixo disposto de forma irregular que acaba por colaborar com a piora da qualidade do meio ambiente urbano.

Por meio do trabalho de campo (2011/2012), foi observada a questão que se apresenta em tela, sendo destacados, nesta seção, os principais pontos críticos presenciados em tais espaços.

Inicialmente, com relação à caracterização dos resíduos sólidos, observa-se que o lixo gerado e disposto irregularmente, no núcleo central de Palmas, está de acordo com a classificação estabelecida no início desta pesquisa. Ou seja, na sua totalidade, os resíduos encontrados são aqueles não perigosos¹³, de pós-consumo e descarte imediato, como: restos de alimentação não característico dos resíduos domiciliares (lanches, guloseimas industrializadas, frutas ligadas à fabricação de sucos naturais etc.), materiais recicláveis (embalagens, papéis, vidros, plásticos, entre outros), lixo de varrição (folhas secas, podas de árvores etc.) e entulho proveniente da construção civil.

Na sequência, ao observar o destino dado ao lixo por parte do cidadão¹⁴, registrou-se que a ação de disposição inadequada não acontece da mesma forma nos diversos espaços públicos do núcleo central. Afirma-se, nesse sentido, que a maneira e a quantidade dessa disposição estão diretamente ligadas à forma como o cidadão se apropria dos espaços.

Para tanto, apontar a forma como se dá o descarte irregular de lixo em Palmas e os respectivos envolvidos em tal descarte significa perceber que o processo de geração até a disposição final dos resíduos sólidos na capital do Tocantins é assimétrico, variando conforme o uso do local, como será exposto por meio de exemplos detectados no trabalho de campo.

¹³ Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 10.004 (2004).

¹⁴ Ressalta-se que, segundo definição dada por Weiszflog (1998-2007, s/p), cidadão é “o adjetivo dado àquele que pertence ou é relativo a uma cidade, tratando-se dessa forma do habitante da cidade”. Assim, ao apontar o uso e a apropriação do espaço público por parte desse indivíduo, engloba-se tanto o pedestre/transeunte/usuário (configurando a população em geral que circula diariamente pela cidade) quanto o trabalhador no sentido *lato sensu* (comerciantes, prestadores de serviços, profissionais autônomos e liberais, servidores públicos, entre outros).

Como primeira constatação feita em campo, uma realidade se tornou evidente: na capital do Tocantins, nos espaços públicos mais próximos aos pontos de maior concentração e circulação de pedestres associado a algum tipo de consumo, seja produtos em geral, alimentação ou bebidas, o volume e a variedade do lixo abandonado inadequadamente são maiores (FOTO 22). Entre esses pontos, podem-se destacar: avenidas ou alamedas com maior aglomeração de comércio e prestação de serviços, locais destinados à alimentação (como lanchonetes, bares, quiosques e pontos de comércio ambulante), além daqueles locais ligados a eventos cívicos ou promocionais (tanto promovidos pela esfera pública ou particular), como *shows*, exposições, feiras, entre outros.

FOTO 22 – Núcleo central de Palmas: variedade de resíduos abandonados em calçadas e jardins públicos, 2011.



Foto: Denardi (2011).

Na sequência, ao discutir a questão da disposição de lixo dada pelo cidadão, no núcleo central da capital do Tocantins, afirma-se que o fator mobiliário urbano, como parte da infraestrutura que dá apoio à limpeza pública, não se faz presente nos espaços públicos da cidade, nem em quantidade, nem em capacidade suficiente para atender a demanda de geração e disposição dos resíduos sólidos urbanos.

Para compreender a problemática apresentada, insere-se um intervalo necessário para apresentar, sucintamente, os conceitos que abrangem o mobiliário urbano. Na concepção de Mascaró (2008, p. 153),

Os elementos urbanos são objetos que equipam a cidade, por esse motivo são também chamados de mobiliário urbano, numa clara alusão ao

mobiliário doméstico, encontrado no interior das residências. Da mesma maneira que mesas, cadeiras, telefones e lixeiras atendem às necessidades de uma família e jarros, esculturas, luminárias e relógios decoram os seus lugares, quando no espaço urbano, esses mesmos elementos têm as suas funções multiplicadas, tanto quanto o número de pessoas que vão utilizá-los. [...] O mobiliário urbano contribui para a estética e para a funcionalidade dos espaços, da mesma forma que promove a segurança e o conforto dos usuários, merecendo a atenção dos planejadores preocupados com a qualificação do ambiente público, dos recintos urbanos, das vias de circulação, das praças e parques urbanos.

Para Calderón (2009), de forma específica, os elementos de limpeza urbana são aqueles mobiliários indispensáveis no espaço público que têm como objetivo principal a coleta de lixo produzido pelo cidadão, podendo ser desde simples lixeiras até pequenos depósitos. O autor lembra que a concepção e a disposição de tais elementos devem ter como base a funcionalidade e a racionalidade inseridas na dinâmica urbana.

Em uma visão mais técnica, a Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT/NBR 9283 (1986, p. 2) define¹⁵ mobiliário urbano como: “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público”. Para a mesma norma, ao classificar os diferentes mobiliários urbanos em categorias e subcategorias, as lixeiras são indicadas e enquadradas como mobiliário integrante do “sistema de saneamento” urbano (NBR 9283, 1986, p. 4).

Tal indicação encontra-se compatível com a Lei Nacional de Saneamento Básico (BRASIL, 2007a) que adverte, em seu texto, que a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos incluem um conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta e transporte de lixo. Estão inseridos nesse conjunto os mobiliários urbanos ligados à limpeza pública, sendo as lixeiras um deles.

Em termos de legislação municipal que trata pontualmente do assunto, encontra-se, no artigo 64 da Lei Complementar nº 155 (PALMAS, 2007), a obrigação, por parte do município, de regulamentar, em lei específica, a implantação de mobiliário urbano nas áreas públicas, logradouros e praças. Para isso, sempre se devem levar em consideração as características social, econômica e ambiental, contemplando desenho que se integre à paisagem urbana. No entanto, como afirmado no primeiro capítulo, o assunto aparece apenas de forma superficial na

¹⁵ Mesma definição é encontrada na Lei Complementar Municipal nº 155 (PALMAS, 2007).

legislação supracitada, sendo que, até 2012, nenhuma lei específica que regularizasse o caso tinha sido editada e vigorada no âmbito municipal (PALMAS, SEDUH/PMP, 2012).

Em Palmas, além do reduzido número de lixeiras distribuídas ao longo dos espaços públicos, a falta de padronização e a incompatibilidade em sua disposição se tornam fatores agravantes no processo de limpeza urbana. Nesse ponto, ressalta-se que, enquanto o acúmulo de lixo, abandonado indevidamente nos espaços públicos do núcleo central da cidade é observado, se registra um número muito pequeno de lixeiras, sendo parcialmente utilizadas devido a múltiplos motivos que tornam o seu uso incompatível, como será exemplificado na sequência.

Por meio do trabalho de campo (2011/2012), observou-se que, em geral, as poucas lixeiras do núcleo central de Palmas não recebem a manutenção apropriada para tornar o seu uso possível e adequado. Entre os principais fatores prejudiciais, encontra-se: volume com capacidade de depósito reduzido em relação à quantidade de lixo produzido (apresentando-se, dessa forma, sempre com lotação máxima); e estrutura depreciada por ação de intempéries e vandalismo, tornando o seu uso ineficiente (recipientes quebrados, sem estrutura de apoio, encostados em postes da iluminação pública, sendo paliativamente presos por arames, material inapropriado para o clima local, ressecados pelo sol ou enferrujados pelas águas das chuvas). Nota-se que, por unanimidade, todas as lixeiras metálicas se encontram enferrujadas e com o fundo destruído, perdendo sua principal função que é o depósito do lixo (FOTO 23A, 23B, 23C, 23D e 23E).

Outro fator agravante que diz respeito à disposição do mobiliário urbano no núcleo central de Palmas está relacionado às grandes distâncias conferidas ao desenho urbano e à questão da sazonalidade do regime climático da região (SOUZA, 2010). Ambos os fatores, quando associados, fazem com que a disposição atual de tais mobiliários se torne incompatível por obrigar o transeunte a percorrer grandes distâncias em situações climáticas adversas (intenso calor ou fortes chuvas), para encontrar uma lixeira onde possa depositar o seu lixo: panfleto, embalagens de guloseimas (balas, chicletes, chocolates, entre outros), recipientes em geral (lata de refrigerante, garrafinha de água mineral, caixas de suco, frutos do coqueiro etc.). Como resultado, o lixo que não é depositado em lixeiras acaba se acumulando ao longo dos espaços públicos, como calçadas, estacionamentos,

canteiros centrais de avenidas, rotatórias, dentro do sistema de captação de águas pluviais, lotes vazios, locais improvisados, entre outros.

Vale lembrar que, conforme previamente exposto, devido a um acordo fixado legalmente entre a Prefeitura Municipal e a empresa terceirizada responsável pela limpeza, o lixo sem o devido acondicionamento não é retirado pelo gari. Apresenta-se, nesse caso, mais uma problemática no que diz respeito à manutenção de tais lixeiras, uma vez que, comumente se encontram lixos soltos depositados dentro delas que não são retirados nem pela coleta pública, nem pelo responsável por tal deposição inadequada, mesmo após meses de acúmulo, mau cheiro e deterioração do lixo acumulado.

FOTO 23 - Palmas: tipos de lixeiras encontradas no núcleo central da cidade, 2012.



Foto e organização: Denardi (2012).

2.2.1 JK E TEOTÔNIO: O ACÚMULO DE LIXO NAS PRINCIPAIS AVENIDAS DO NÚCLEO CENTRAL DA CIDADE

Levando em consideração as observações feitas, em trabalho de campo (2011/2012), junto à Avenida JK (núcleo central da cidade), no trecho de maior concentração de comércio e circulação de pedestres nas calçadas públicas¹⁶, registra-se que casos como os levantados na discussão anterior são frequentemente encontrados.

Ao tratar, inicialmente, dos principais problemas relacionados ao mobiliário urbano dessa Avenida, ligados exclusivamente à limpeza pública (lixeiros), encontram-se os principais fatores:

- as lixeiras existentes, principalmente para uso do cidadão pedestre/transeunte, além de serem em número reduzido se levar em consideração a extensão da Avenida, não têm padrão de tamanho, formato ou local de fixação;
- todas as lixeiras encontradas no trecho delimitado pelo trabalho de campo contam com capacidade reduzida de armazenamento de resíduos, tanto que, em alguns casos, se encontra mais lixo acumulado ao redor delas do que em seu interior;
- pela escassez de lixeiras, é frequente o improvisado por parte dos transeuntes que, não encontrando lixeiras disponíveis, acabam fazendo de lixeiras locais inapropriados, como vasos de plantas, bueiros e caixas de passagens de fiação da rede elétrica (FOTO 24A, 24B e 24C);
- de forma geral, os estabelecimentos comerciais não dispõem de lixeiras ou qualquer outro tipo de depósito para os resíduos gerados pelo comércio de suas mercadorias.

Enquanto há pouco mobiliário urbano (lixeiros) no trecho em questão, o que se observa, em termos de geração e disposição final dos resíduos, é a seguinte realidade:

¹⁶ Como especificado na introdução desta pesquisa, o trabalho de campo restringiu-se à observação da Avenida JK no trecho compreendido à Leste da Praça dos Girassóis, entre as Quadras 104 Sul e 104 Norte, por ser o local de maior movimentação de pedestres e maior concentração de comércio e prestadores de serviços dispostos de forma sequencial.

Foto 24 – Av. JK.: ausência de lixeiras e lixo depositado em locais inadequados, 2011.



Foto: Denardi (2011).

- próximo aos estabelecimentos de comércio em geral e de prestação de serviço, encontra-se elevada presença de resíduos do tipo comercial caracterizado, principalmente, por material reciclável, como caixas de papelão e embalagens plásticas que são soltas, aleatoriamente, ao longo das calçadas públicas, sem receber nenhum tipo de acondicionamento para coleta (FOTOS 25 e 26). Esse lixo, quando não recolhido por catadores de materiais recicláveis, acaba sendo espalhado por calçadas, canteiros e camufladas por entre os jardins. No período das chuvas, deteriora-se pela ação das águas, misturando-se com outros tipos de resíduos, tornando-o impróprio para o processo de reciclagem (FOTO 27A e 27B);

FOTO 25 - Av. JK: RSU acumulados em jardins das rotatórias camuflados por entre as plantas, 2011.



Foto: Denardi (2011).

FOTO 26 – Av. JK: RSU acumulados nas calçadas públicas, no trecho de maior movimentação diária, 2012.



Foto: Denardi (2012).

FOTO 27 – Av. JK: RSU acumulados durante o dia nos canteiros das calçadas públicas e desmanchados à noite pela ação da chuva, 2012.



Foto: Denardi (2012).

- já próximo aos estabelecimentos de alimentação, como lanchonetes, bares e quiosques, o acúmulo frequentemente encontrado é de embalagens de guloseimas, recipientes como latas de refrigerante, garrafas pets, além de resíduos orgânicos, como restos de alimentação e frutos de coqueiros (FOTO 28A e 28B).

Foto 28 - Av. JK: área de alimentação com resíduos orgânicos e embalagens em geral abandonados nas calçadas e estacionamentos, 2012.



Foto: Denardi, 2012.

No último caso específico, registra-se que, na capital do Tocantins, um tipo de comércio ambulante tem se tornado muito comum: o uso de *trailers* (ou *motorhome*) usados como estabelecimento para venda de lanches e bebidas. Tais pontos, montados diariamente em estacionamentos das avenidas do centro urbano, têm seu funcionamento em um período específico (durante horário comercial ou à noite). Após esse período de funcionamento, o ponto ambulante de venda é retirado

deixando, em alguns casos, para trás lixo abandonado inadequadamente ao longo dos espaços públicos do núcleo central da cidade (FOTO 29).

Foto 29 – Núcleo central: trailers usados para venda de lanches nos estacionamentos públicos, 2012.

Trailer para venda de lanches sendo montado no final da tarde nos estacionamentos públicos



Foto: Denardi (2012).

Em uma segunda análise, diferente ao apresentado anteriormente, foi possível detectar, pelo trabalho de campo, que nas áreas usadas apenas como corredores de passagem do sistema viário, onde o comércio não se apresenta de forma diversificada e aglomerada e, por consequência, o fluxo de pedestres é menor ou, então, nos locais usados para práticas não ligadas diretamente ao consumo (como exemplo a prática de esportes), a intensidade e a variedade do lixo abandonado são menores. Nesse caso, enquadra-se o levantamento feito ao longo da Avenida Teotônio Segurado.

Estando essa Avenida configurada por longas distâncias, grandes jardins centrais e lotes vazios, observa-se que a circulação do cidadão acontece, normalmente, por meio de veículos automotores (FOTO 30). Dessa forma, a presença de pedestres circulando nesse espaço é inferior, se comparado com a circulação diária na Avenida JK. A baixa presença desses indivíduos também é apoiada pela pouca vocação da Avenida Teotônio Segurado para comércio em

geral, tanto em termos de quantidade quanto em termos de variedade (se comparado novamente com a JK.).

Foto 30 – Av. Teotônio Segurado: configuração das grandes distâncias, 2011.
Após esse limite começa a área de edificações



Foto: Denardi (2011).

Assim, levando em consideração as características descritas, percebe-se que o acúmulo de lixo mais comumente encontrado na Teotônio se apresenta em dois tipos:

- ao longo do canteiro central (o maior canteiro projetado para a cidade), os resíduos encontrados são provenientes do serviço de varrição e poda de árvores (de responsabilidade do órgão público municipal), como folhas secas e galhadas;
- já o lixo de pós-consumo é disposto, principalmente, no entorno dos pontos de ônibus existentes ao longo da avenida (FOTO 31). Em tais pontos, o lixo encontrado tem sua origem, principalmente, do consumo de algum produto alimentício do transeunte que ocupa esse espaço em um curto período de tempo. Entre os resíduos encontrados, estão principalmente embalagens de guloseimas, latas de refrigerantes e frutos do coqueiro. Registra-se também que, nos pontos em questão, o mobiliário urbano existente segue a mesma característica conferida a outros espaços da cidade: volume inapropriado, sem padronização, ausência de manutenção e em fase de deterioração.

Foto 31 - Av. Teotônio: pontos de ônibus e acúmulo de resíduos, 2012.
Padrão dos pontos de ônibus nesta Avenida



Foto: Denardi (2012).

Ao comentar a proporção dimensional conferida à Avenida Teotônio Segurado, assim como a outros espaços da capital do Tocantins, vale lembrar que o projeto urbanístico de Palmas imprimiu à malha urbana amplitude que resultou em espalhamento, distanciamento e descontinuidade espacial dos diferentes espaços públicos da cidade, como lembra Coccozza et al. (2009, p. 86):

O projeto, que foi generoso com a categoria de espaços livres, esbarra em um dos principais conflitos encontrados na cidade: a descontinuidade destes. Espaços que não se conectam, [...] a dificuldade de acessos e locomoção de pedestres, [...] e as grandes avenidas de difícil transposição exemplificam alguns dos conflitos gerados por essa descontinuidade espacial.

Nesse sentido, o próximo ponto observado na pesquisa de campo perpassa, sob uma perspectiva urbanística e geográfica, a escala dimensional do desenho urbano da capital do Tocantins.

O projeto de Palmas, como já registrado, configurado com largas avenidas, grandes praças e marcado pelas longas distâncias imprimiu um modo de vida facilmente detectado na cidade: a população, em sua grande maioria, se desloca em carros ou motos particulares. Associando também às grandes distâncias com as altas temperaturas comuns na região, detecta-se que muitos poucos pedestres ou

ciclistas se arriscam circular pela cidade (salvo exceções, como exemplo, os pontos de comércio concentrado apresentado pela Avenida JK).

Inserida no perfil desse cenário, a questão do acúmulo inadequado de lixo que se espalha pelos espaços públicos e que muitas vezes se mistura aos jardins entre as plantas, nas bocas de lobos ou em lotes baldios torna-se uma problemática presente, porém mascarada. Presente porque é possível encontrar um volume significativo de lixo abandonado na maioria dos espaços públicos do núcleo central. Mascarada porque a dinâmica da cidade, que distanciou o pedestre da circulação diária nos espaços públicos, incorpora esse processo de abandono, transformando-o em um fato normal para a população que, em sua vivência cotidiana, colabora para que o fato seja visível, contudo não perceptível, conforme os estudos apresentados por Mucelin e Bellini (2008).

Nesse sentido, Jacobi (1996, p. 215) salienta que, embora os problemas ambientais urbanos existam e sejam visíveis, “no geral os moradores aceitam a convivência com os agravos assumindo frequentemente uma atitude passiva” em face da existência deles. Nessa linha, Mucelin e Bellini (2008, p. 13) afirmam que:

Mesmo contemplando casos de agressões ao ambiente, os hábitos cotidianos concorrem para que o morador urbano não reflita sobre as consequências de tais hábitos, mesmo quando possui informações a esse respeito. [...]. As atividades cotidianas condicionam o morador urbano a observar determinados fragmentos do ambiente e não perceber situações com graves impactos ambientais condenáveis. Casos de agressões ambientais como poluição visual e disposição inadequada de lixo refletem hábitos cotidianos em que o observador é compelido a conceber tais situações como “normais”. [...]. No entanto, nem sempre tais circunstâncias são percebidas e o morador local, pela vivência cotidiana habitual, não reflete sobre o contexto onde vive.

Assim, em Palmas, a perspectiva visual da cidade é ampla e as informações se dispersam em um panorama de horizontalidade, fazendo com que questões impactantes ao ambiente urbano, como acúmulo indevido de lixo, passem despercebidas pelo campo visual do cidadão. Nessa mesma linha, vale registrar a dificuldade em termos de coleta de dados para essa etapa da pesquisa, uma vez que, ao se buscar, pelo levantamento fotográfico, uma perspectiva ampla do espaço urbano observado, tornava-se incompatível a obtenção de uma noção real do lixo espalhado por tal espaço devido à diferença de escalas e contrastes, conforme detalhado na sequência.

Na tentativa de exemplificar melhor a problemática descrita, ilustra-se uma situação detectada durante o trabalho de campo, em um dia normal de funcionamento em um dos locais de maior concentração de movimento comercial no núcleo central da cidade. Nesse espaço, registra-se que, ao final de um dia de expediente comercial, uma quantidade significativa de lixo fica espalhada pelos estacionamentos e ao longo das avenidas. Tal espaço, ao ser observado de dentro do carro em circulação (principalmente nos horários de picos ou *rush hour*), não mostra a real situação da quantidade de lixo abandonado indevidamente nas ruas e calçadas devido à distância estabelecida entre observador e objeto (FOTO 32A). Nesse caso, em quase a sua totalidade, o observador encontra-se isolado dentro do carro com os vidros fechados devido ao uso de ar-condicionado. Diferentemente, para o pedestre ou o ciclista que circula pelas calçadas e jardins desse local, a observação do acúmulo de lixo deixado para trás (após dia de funcionamento do comércio) mostra a problemática apresentada mais real por ser feita a uma distância menor, tornando a escala de observação entre espaço (avenida) e objeto (lixo) compatível, conforme ilustra a imagem abaixo (FOTO 32B e 32C).

FOTO 32 – Núcleo central: RSU acumulados após um dia normal de funcionamento, 2011.



Foto e organização: Denardi (2011).

Diante dessa situação, insere-se mais uma realidade observada: conforme exposto no primeiro capítulo, a limpeza pública do núcleo central da cidade acontece, preferencialmente, no período noturno, momento em que a população em geral não se faz presente. No dia seguinte de funcionamento do local, a população que não vivenciou o resultado do acúmulo de lixo deixado para trás no dia anterior encontrará a rua aparentemente limpa (se olhada de modo geral), porém com muitos resíduos camuflados. Esses resíduos vão se acumulando no sistema de captação de águas pluviais, em jardins, reentrâncias dos edifícios, lotes baldios, entre outros, se observados de forma detalhada.

Nesse ponto, lembra-se que para Benevides (1994) e Jacobi (1996), a formação de uma consciência crítica para a concepção de cidadãos participativos pressupõe uma vivência próxima e contínua. Em Palmas, estando esses dois fatores prejudicados pela dimensão urbanística, o cidadão que passa pelas *civitas* muitas vezes desenvolve apenas um tipo de observação geral do espaço (*en passant*) que, por ser muito amplo, interfere na observação detalhada daquilo que, por juízo próprio, não é importante. Estando o lixo na categoria de superficialidade, sendo frequentemente visto como “coisas não importantes que devem ser descartadas” (SÃO PAULO, 1998, p. 45), ele se acumula em locais indevidos, transformando-se em um fator comum no dia a dia do cidadão palmense.

2.2.2 PRAÇA DOS GIRASSÓIS E ESPAÇO CULTURAL: OS RESÍDUOS NOS PRINCIPAIS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE

Seguindo na interpretação dos dados coletados em campo, ao passar da análise das avenidas para a análise das praças eleitas para a pesquisa (Praça dos Girassóis e Praça José Gomes Sobrinho), uma mesma característica, comum para ambas, foi observada: na rotina diária, de forma geral, o lixo acumulado nessas áreas é proveniente do serviço de varrição e poda de árvores. Isso se deve ao fato de que tais espaços se configuram por uma grande extensão de área livre, e, conseqüentemente, a circulação diária de pedestres é mais restrita, salvo exceções. Entre as exceções, detecta-se que tais praças são as áreas mais utilizadas na cidade para a promoção de eventos temporários, como: *shows*, exposições, feiras, entre outros.

Assim, o evento promovido atrai para esses espaços um público maior do que em dias normais de funcionamento, aumentando substancialmente a circulação e a concentração de pedestres e trazendo, como consequência, um aumento visivelmente impactante no acúmulo de lixo abandonado em locais indevidos.

Tal fenômeno do acúmulo indevido de lixo provocado pelo uso do espaço público remete, necessariamente, aos fatores que dizem respeito ao mobiliário urbano. Na avaliação desse item, foi observado que tais espaços não estão equipados de forma adequada com o mobiliário urbano suficiente para a sua extensão de área total.

Detecta-se que, em ambas as praças, além de se contar com um número muito pequeno de lixeiras, as existentes estão em más condições de manutenção ou então têm capacidade muito reduzida e não suprem a demanda dos eventos promovidos. Além disso, sendo esses espaços públicos configurados por grandes áreas, a incompatibilidade das distâncias existentes entre lixeiras dificulta que a ação esperada por parte dos frequentadores se torne possível: a ação de jogar o lixo dentro das lixeiras ao invés de abandoná-lo indevidamente pelos jardins, pelas ruas e pelas calçadas (FIGURA 13).

Ao analisar o abandono dos resíduos após a utilização dos espaços com eventos temporários, observa-se que tal abandono se dá na mesma forma tanto em eventos particulares, quanto em eventos públicos promovidos pela esfera municipal, estadual ou federal, contrariando legislação municipal vigente.

Registra-se que, em Lei Municipal vigente (PALMAS, 1997), há conduta expressa de obrigatoriedade da embalagem do lixo para a coleta, abrangendo, inclusive, diversões itinerantes como *shows*, exposições, entre outros. Para tal legislação, fica obrigatório que os resíduos gerados no evento sejam recolhidos em embalagens adequadas e, posteriormente, depositados para coleta em vasilhames que obedeça ao Código de Postura da Capital (PALMAS, 1992). No entanto, a prática vivenciada encontra-se muito distante da teoria expressa em lei: o abandono de lixo nos espaços públicos, após eventos temporários ou itinerantes, está muito aquém de uma conduta ambientalmente desejável (FOTOS 33, 34A e 34B).

FIGURA 13 - Praça José Gomes Sobrinho e o Espaço Cultural: condição do mobiliário urbano, 2012.



Uma única lixeira encontrada em toda a área do Espaço Cultural que, apesar de ter capacidade reduzida de armazenagem e necessitar de manutenção, continua em condições parciais de uso.

Fonte: SIGPALMAS (2005).
Foto e Organização: Denardi (2012).

FOTO 33 - Praça José Gomes Sobrinho e o Espaço Cultural: resíduos acumulados em dia após exposição e feira de venda de carros promovida por concessionárias particulares, 2011.



Foto: Denardi (2011).

FOTO 34 - Praça José Gomes Sobrinho e o Espaço Cultural: resíduos acumulados em dia de evento promovido pela esfera pública, 2011.



Foto: Denardi (2011).

Para os casos descritos anteriormente, o ciclo de geração e abandono do lixo produzido divide-se entre os diferentes atores envolvidos no processo: os frequentadores em geral que abandonam o próprio lixo no chão, os vendedores e os organizadores do evento que não disponibilizam lixeiras para depósito dos resíduos produzidos e o poder público que, em muitos casos, não se faz presente dando infraestrutura adequada, fiscalizando e punindo excessos.

Ao tratar particularmente da Praça dos Girassóis, registra-se a repetição do mesmo fenômeno apresentado na Praça José Gomes Sobrinho (o Espaço Cultural de Palmas). De forma geral, devido às características conferidas à citada praça e discutidas anteriormente, não é frequente a presença de pedestres circulando em seu meio, pelas calçadas e jardins. A exceção encontrada está no curto trajeto entre estacionamento e interior dos edifícios públicos feitos pelos funcionários estaduais e usuários dos serviços prestados naquele local. Dessa forma, o lixo mais comumente encontrado nesse espaço, em dias de funcionamento normal, é o lixo público proveniente do serviço de varrição e poda de árvores (sob responsabilidade do serviço de limpeza urbana) além dos poucos resíduos recicláveis próximo as entradas das secretarias (FOTO 35A e 35B).

Também, para o mesmo espaço, uma peculiaridade se apresenta em comparação com a praça do Espaço Cultural. Fora do horário comercial, normalmente ao amanhecer ou ao anoitecer (quando as temperaturas ficam mais amenas), a população, em geral, utiliza o perímetro da Praça dos Girassóis para a prática de exercícios físicos como caminhada ou corrida (FOTO 35C e 35D).

FOTO 35 - Praça dos Girassóis em dia normal de funcionamento: resíduos normalmente encontrados (galhadas e folhas secas) e o uso do espaço para prática de esporte, 2011/2012.



POPULAÇÃO REUNIDA AO ANOITECER PARA PRÁTICA DE ESPORTES NO ENTORNO DA PRAÇA
Foto: Denardi (2011-2012).

Na observação feita no trabalho de campo, foi possível detectar que a ocupação do perímetro da tal praça para a prática de atividades físicas não colabora para o aumento do acúmulo indevido de lixo nesse espaço público. Tal fato pode ser associado à outra constatação feita para o mesmo momento: nos horários de práticas de exercícios, o cidadão, em geral, não está consumindo nenhum tipo de produto industrializado, não gerando, por consequência, resíduos a serem descartados.

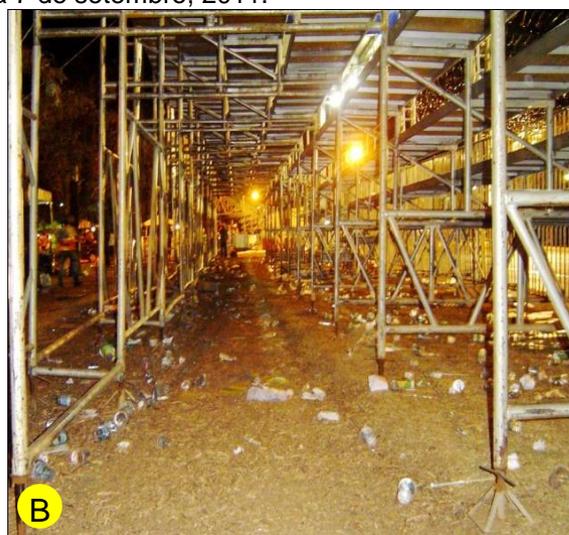
Cumprido ressaltar que tal praça, em termos de mobiliário urbano, segue as mesmas características de todo o núcleo central da cidade: a reduzida presença de lixeiras em condições de uso adequado.

Devido à presença de grandes extensões de áreas livres no interior dessa praça, o local também é muito utilizado para realização de eventos temporários, como *shows* e feiras. São esses eventos que trazem consigo a prática indevida do abandono de lixo em jardins, calçadas e estacionamentos (FOTO 36A e 36B).

FOTO 36 - Praça dos Girassóis à noite: situação de abandono de lixo após desfile cívico em comemoração ao dia 7 de setembro, 2011.



Lixo acumulado nos jardins, sendo em sua grande maioria reciclável.
Foto: Denardi (2011).



Copos descartáveis espalhados embaixo das arquibancadas usadas pelo público em geral.
Foto: Denardi (2011).

O lixo produzido nesses casos, em sua grande maioria, é caracterizado por produtos recicláveis, como papéis, garrafas *pets*, vidros e latas de alumínio, além de restos de alimentação do tipo lanches, espetinhos, entre outros. Com exceção das latas de alumínio, que são recolhidas quase em sua totalidade por catadores de materiais recicláveis que são atraídos pela promoção, o restante dos resíduos fica acumulado somando, ao final do acontecimento, um significativo volume de lixo

espalhado pelo espaço público e produzindo, dessa forma, uma cena de total desrespeito com o meio ambiente urbano.

Ao presenciar tal prática comum na capital do Tocantins, vem à tona uma discussão que permeia, mais uma vez, a questão da cidadania. A fórmula de geração e de destinação imprópria dos resíduos produzidos durante eventos temporários em Palmas acontece de maneira repetida e genérica. Repetida porque é possível encontrar o mesmo cenário de acúmulo de lixo ao final da maioria dos eventos realizados na cidade. Genérica porque ocorre nos diferentes espaços públicos (avenidas, praças, parques ou praias), não importando quem é o responsável pela organização, se órgãos públicos, empresas privadas, produtores particulares, institucionais ou religiosos.

Nessa fórmula, os fatores frequentadores x organizadores x poder público dividem as parcelas de envolvimento. A partir do trabalho em campo, foi possível detectar que os frequentadores não demonstram cuidado com o ambiente que estão ocupando, concebendo a ação de jogar o lixo “em qualquer lugar” como um algo normal.

Ao se tratar especificamente da organização de eventos, observa-se que, na maioria deles, não há preocupação em se investir em infraestrutura capaz de amenizar o processo de acúmulo indevido de lixo, como, por exemplo, distribuição de lixeiras em quantidade, capacidade e distâncias adequadas, presença de zeladores no momento do acontecimento (para manter a limpeza do espaço) e, até mesmo, trabalho de sensibilização com os frequentadores. Como consequência da falta de infraestrutura adequada e sensibilização por parte dos frequentadores, pode-se observar que, em raras tentativas de organização de eventos que tiveram a preocupação em aumentar o número de lixeiras no local específico onde seria usado pelo público, não se obteve sucesso, uma vez que o público não fez uso das lixeiras, jogando o próprio lixo no chão ou espalhando ao redor delas (FOTO 37A, 37B e 37C).

Em decorrência de tal prática, o poder público local obriga-se a assumir o papel de mentor de ações paliativas, ou seja, como responsável em limpar a sujeira produzida no local. Contrário a isso, ações de sensibilização em prol de conscientização coletiva não são realizadas em Palmas, enquanto o acúmulo indevido de lixo nos espaços públicos do núcleo central da cidade se repete por anos consecutivos.

FOTO 37 – Praça dos Girassóis: o não uso de lixeiras disponíveis em evento temporário enquanto o lixo é espalhado pelos espaços públicos, 2011.



Foto: Denardi (2011).

Nesse sentido, no decorrer da pesquisa, outro questionamento veio à tona: seria o abandono de lixo uma espécie de transferência de responsabilidade por parte do indivíduo (em dar a destinação final adequada do seu próprio resíduo) para o poder público local, negando sua corresponsabilidade, como cidadão, de deveres com os espaços coletivos? Parece que as evidências apontam positivamente para esse caminho, uma vez que a mesma prática inadequada de disposição de lixo nos espaços públicos em Palmas vem repetindo-se e agregando-se ao cenário urbano.

Vale registrar que os estudos de livre docência a respeito da ampliação da cidadania feitos por Jacobi (1996) já indicavam que, ao tratar do assunto resíduos sólidos e da busca de soluções para amenizar o problema causado pelo lixo no meio urbano, a responsabilização apontada pela população já recaía, prioritariamente, sobre o poder público, não sendo diferente no cenário contemporâneo em Palmas.

Assim, na análise relativa ao abandono de lixo nos espaços públicos do núcleo central de Palmas, as deficiências detectadas referem-se, principalmente, àquelas relacionadas com o binômio: cidadania e implementação de políticas públicas.

Na capital do Tocantins, o cidadão, em sentido amplo, não compartilha de ações em prol de uma cidade mais limpa como presenciado, diariamente, em atuações contrárias ao indicado na legislação municipal vigente e mostrado, resumidamente, pelo trabalho de campo. Também, contrariando a ideia de Jacobi

(1996), as ações públicas, relacionadas ao trabalho de educação ambiental, não são constantes e não se apresentam de forma intensa na tentativa de formar cidadãos sensibilizados com a questão da qualidade ambiental urbana. Cabe lembrar que para o autor, quando trata de degradação ambiental, a deficiência na informação pode influenciar diretamente no nível de preocupação, motivação e envolvimento da sociedade.

Desse modo, associado à falta de ampla divulgação e da efetiva aplicação das leis vigentes no município, o problema de lixo espalhado pelos espaços públicos da cidade transforma-se em um dos principais fatores prejudiciais no que diz respeito à qualidade do meio ambiente urbano, tornando as legislações, na parte que se refere aos resíduos sólidos, em leis sem uso e aplicação. Os estudos de Jacobi (1996, p. 215) já chamavam atenção para a relevância da ação governamental no sentido de “fiscalizar e monitorar a execução de políticas públicas, informar e orientar através de campanhas educativas e estimular uma dinâmica de corresponsabilização da comunidade na prevenção da degradação e da desordem ambiental”.

Agregada às questões discutidas, a ideia de superficialidade conferida aos resíduos que estão sendo descartados faz com que a banalização do abandono do lixo no cenário urbano se torne frequente, apontando uma ação de descaso conjunto que envolve desde o indivíduo cidadão, passando pelo setor de comércio e de prestação de serviço e chegando ao poder público local.

Contemporaneamente na capital do Tocantins, configura-se um quadro que pede alteração de padrões em termos de cidadania, ficando explícita a necessidade de “um papel indutivo do poder público em campanhas educativas, assim como de uma corresponsabilização da comunidade na prevenção da desordem ambiental e dos seus efeitos sobre condições sanitárias da cidade” (JACOBI, 1996, p. 207).

CAPÍTULO 3

É dia de feira,
Quarta-feira,
Sexta-feira,
Não importa a feira,
É dia de feira,
Quem quiser pode chegar...

(YUKA, 1996)

DA GERAÇÃO AO ABANDONO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA FEIRA DA QUADRA 304 SUL, EM PALMAS

Segundo Sato (2006), feira significa festa (ideia trazida das feiras medievais onde os mercadores, vindos dos mais diversos locais, reuniam-se em datas festivas religiosas). Para ela, as feiras livres ganham significado social “valendo-se da prerrogativa de ser uma atividade itinerante e de acontecer no espaço público” (SATO, 2007, p. 99). Apresentando-se como um local “de comércio, de trabalho e de sociabilidade” (SATO, 2007, p. 97), a autora entende que essa organização deve ser compreendida como um conjunto de ações e significados em que se definem rumos e objetivos a serem adotados, constituindo-se, dessa forma, uma rede de fluxos de relações simbólicas. Cabe lembrar que, para a autora, tal rede, apesar de estabelecer os parâmetros de convivência, não confere aos integrantes do sistema a liberdade incondicional em suas ações.

A rede abriga e é construída pela presença de várias lógicas que se encontram em um lugar, em um dia da semana e se espalham em várias outras feiras livres nos outros dias e em outros lugares. Em pequenos espaços e num determinado tempo há maior densidade de encontros que dão substância a essa organização, construindo, questionando e repondo continuamente as regras, os valores e a cultura. [...] A feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácitas. Isso garante a agilidade, a extrema adaptabilidade e a criatividade de formas de se fazer a feira livre (SATO, 2007, p. 98-99).

Para Almeida (2009), é a heterogeneidade de estilos de vida que compõe a feira e lhe confere o caráter urbano, moldado pela multiplicidade de sujeitos sociais que convivem no mesmo espaço:

A feira enquanto espaço físico apresenta-se como um local amplo, aberto, que possibilita sua ocupação por diversos tipos de atividades que se caracterizam pela aglomeração de pessoas [...]. São vendedores de frutas, verduras, licores, artesanato. Uma característica peculiar das feiras livres é a utilização de um espaço, que é alterado com a sua realização e que, após, volta ao arranjo original, havendo, portanto, a necessidade de produzir, semanalmente, um espaço onde as trocas possam ser realizadas. Através da observação sistemática da dinâmica dessas feiras identifica-se uma forte carga de subjetividade que atua como elemento de coesão e que, contribui, fortemente, para a formação de uma identidade comum entre aqueles que as frequentam: feirantes e fregueses (ALMEIDA, 2009, p. 25).

Em caráter mais técnico, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007b) entende que as feiras livres são caracterizadas de acordo com a periodicidade e os locais de realização. Para esse órgão, tais feiras podem ser classificadas entre aquelas que acontecem sempre no mesmo local (em dias da semana determinados), aquelas que acontecem em um local diferente da cidade a cada dia, ou, ainda, aquelas que são totalmente móveis. Independente da classificação, o mesmo órgão lembra que as feiras livres sempre cumpriram “um papel importante na vida social das cidades”, pois, “ao mesmo tempo em que sua localização depende do encontro de fluxos de pessoas, a sua existência acaba por promover a intensificação desse encontro”, possibilitando o surgimento de atividades diversas inseridas em um mesmo espaço (BRASIL, 2007b, p. 10).

Nesse ponto, ressalta-se que, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007b, p. 11), a feira é, essencialmente, uma instituição econômica, cujo “objetivo principal daqueles que a constituem é vender, e daqueles que a frequentam, comprar”. Dessa forma, juntamente com a questão da escolha do local de realização da feira, deve estar inserida a preocupação com a população alvo a ser atingida, sempre considerando o público consumidor passante ou residente nos arredores que estarão intimamente ligados ao funcionamento da feira. Também, nesse sentido, o órgão em tela lembra que a consolidação de uma feira como instituição e acontecimento na cidade depende, principalmente, “da negociação entre todos os atores sociais envolvidos: prefeitura, agricultores/feirantes, moradores, comerciantes e associações” (BRASIL, 2007b, p. 5).

Registra-se que, para o Ministério supracitado (BRASIL, 2007b), uma das principais preocupações acerca dos impactos da feira refere-se à produção de lixo. Tal órgão ressalta que a realização de uma feira não pode interferir na dinâmica urbana do entorno. Portanto, o correto recolhimento de todo o lixo gerado, além da higienização da área são procedimentos prioritários que devem ser adotados para o bom funcionamento do evento. O mesmo órgão adverte que “medidas, como a disposição de latões de lixos individuais para cada feirante e o posicionamento de lixeiras nas vias de circulação dos usuários, podem auxiliar na manutenção da higiene da área” (BRASIL, 2007b, p. 17). Além disso, orienta sobre a importância da presença de outros elementos que tornam a manutenção da limpeza local possível, sendo eles, entre outros, colocação de contêineres para a descarga dos lixos

individuais que, após o término da feira, devem ser recolhidos pelo serviço de coleta municipal.

Os containers devem estar posicionados próximos às vias de circulação de automóveis e em locais de fácil acesso, para favorecer o recolhimento pelo veículo coletor. Uma ótima alternativa a ser adotada para a destinação do lixo orgânico gerado pela Feira é a compostagem. Sempre que for possível, é recomendável adotar a coleta seletiva e encaminhar o lixo orgânico (descarte da seleção de gêneros, cascas, papéis, papelões, etc.) ao processo de compostagem [...] **Dentre as ações essenciais para garantir a organização, higiene e evitar problemas com a realização da feira estão a conscientização da preservação do espaço público** e a elaboração de um Procedimento Operacional (PO) a ser seguido pelos feirantes. O PO consiste em um regulamento estipulado pelo grupo gestor da feira que visa estabelecer regras básicas para montagem, funcionamento e desmonte da estrutura da feira, além de instruções sequenciais para realização das operações desenvolvidas. É importante que estejam contidos no PO informações sobre [...] os procedimentos de higienização das instalações, equipamentos e utensílios; higiene e saúde dos manipuladores; manutenção preventiva e calibração de equipamentos; manejo e coleta de lixo, [...] entre outras particularidades necessárias ao regimento da comercialização. O conteúdo, regras e foco deste documento são instituídos pelos responsáveis pela implantação, organização e manutenção do equipamento de comercialização, devendo ter a aceitação da associação dos feirantes, Vigilância Sanitária e Prefeitura Municipal. (BRASIL, 2007b, p.17 e 20, grifo nosso)

Assim, diante da discussão exposta, a escolha da Feira Livre da Quadra 304 Sul, no núcleo central de Palmas, para a realização do estudo de caso, valeu-se de suas particularidades enquanto espaço público. A referida feira é classificada como equipamento comunitário inserido em Área Pública Municipal (APM). Suas características são compatíveis com o alvo da investigação pretendido, ou seja, espaço com grande circulação, uso, ocupação e interação por parte de comerciantes, consumidores e transeuntes, que apresenta alternância entre picos de uso e desuso. Desse modo, possibilitou-se avaliar o mesmo cenário em diferentes momentos, mais precisamente com e sem a presença dos usuários. Trata-se, também, de local de consumo, ocorrendo ali o comércio de várias mercadorias, como hortifrutigranjeiro, alimentação, artesanato/decoração, vestuário, entre outros. Portanto, os fatores população e consumo estão presentes. Nesse espaço, ainda, ocorrem manifestações artísticas, divulgação de eventos e vendas com uso intensivo da panfletagem. Como resultado desse uso, registra-se que a produção de resíduos sólidos é elevada, apresentando-se como fator prioritário na investigação dessa pesquisa.

3.1 AS FEIRAS LIVRES MUNICIPAIS: SEU ESPAÇO NO CONTEXTO URBANO DE PALMAS

3.1.1 AS LEGISLAÇÕES QUE REGEM AS FEIRAS LIVRES MUNICIPAIS DA CAPITAL DO TOCANTINS

Na capital do Tocantins, as feiras livres são regidas pela lei que dispõe sobre a *Regulamentação das feiras livres do comércio realizadas em áreas públicas*¹⁷ (PALMAS, 2011a). No primeiro artigo das disposições preliminares de tal documento, as feiras livres são caracterizadas como um local público usado de forma transitória e sob autorização do poder público municipal, que têm por finalidade “a exposição e venda de mercadoria no varejo, sejam elas alimentícias ou não” (PALMAS, 2011a, s/p).

Além disso, as feiras livres cobertas¹⁸ são classificadas, segundo artigo 70 da Lei Complementar nº 155 (PALMAS, 2007, s/p), como patrimônio cultural cuja proteção ou a preservação é de “interesse público, quer por sua vinculação histórica, quer por seu valor cultural, urbano, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, artístico, etnográfico, entre outros”. Além das feiras cobertas, nessa mesma classificação, encontram-se o Espaço Cultural, a Praça dos Girassóis, as praças urbanizadas, entre outros espaços.

Ao tratar de patrimônio cultural, vale lembrar que as instalações que têm por objetivo abrigar as atividades relacionadas à cultura são chamadas de equipamentos comunitários, conforme o artigo 116 da Lei Complementar nº 155 (PALMAS, 2007). Seu texto traz a seguinte definição: “Equipamentos Comunitários são as instalações e espaços destinados às atividades de saúde, educação, cultura, lazer, esporte, recreação, promoção e assistência social e similares” (PALMAS, 2007, s/p).

Assim, considerando as características descritas, entende-se, com base na legislação municipal vigente, que as feiras cobertas são equipamentos comunitários implantados em Áreas Públicas Municipais (APM)¹⁹. A existência de tais APM, conforme estipulada na legislação municipal vigente (PALMAS, 2007), destina-se à

¹⁷ Denominação conforme documento original (PALMAS, 2011a).

¹⁸ Denominação dada pela Lei Complementar Municipal nº 155 (PALMAS, 2007) para o espaço projetado, exclusivamente, para abrigar as feiras da cidade.

¹⁹ Para a Lei Complementar nº 155 (PALMAS, 2007), as APM devem ter a sua titularidade inserida entre as áreas do patrimônio municipal.

implantação desses equipamentos comunitários, além de outros tipos de equipamentos urbanos²⁰.

Ainda em termos de legislação, o artigo 5º da Lei Orgânica de Palmas (PALMAS, 1990) lembra que compete ao município prover tudo quanto diz respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, entre outras atribuições, “disciplinar a execução dos serviços e atividades de feiras e o comércio de artesanato” (PALMAS, 1990, s/p).

Assim, pelo poder a ela outorgado, a Prefeitura Municipal de Palmas publicou, em dezembro de 2011, a Lei nº 1.852 (PALMAS, 2011a), que dispõe sobre a regulamentação das feiras livres do comércio em áreas públicas, atualizando as prerrogativas não previstas no antigo Decreto Municipal nº 312 (PALMAS, 2005), que tratava do mesmo assunto.

O principal intuito da nova lei é proibir a manipulação de alimentos prontos para o consumo humano, no local da feira, sem autorização da Secretaria Municipal da Saúde e sem a devida observância dos requisitos mínimos de higiene (PALMAS, 2011a). Essa proibição agrega-se ao fato de que, como medidas de reestruturação para melhoria da higiene das feiras (trabalho de campo, mar.2012), a partir de 2012, entraria em vigor obrigatoriedade da obtenção do alvará sanitário para atuar nos espaços das feiras cobertas da cidade. Antes disso, a Vigilância Sanitária Municipal (VISA/PMP) não tinha autorização para fiscalizar os espaços reservados para tais feiras devido a motivos exclusivamente políticos (trabalho de campo, mar. 2012).

Nesse mesmo processo de implantação da lei citada, a Vigilância Sanitária Municipal operou, inicialmente, na parte educativa dando publicidade ao novo Código Sanitário Municipal (PALMAS, 2011b), por meio de cursos que tiveram como objetivo capacitação sobre as normas sanitárias vigentes. Depois desse período informativo (que aconteceu no primeiro semestre de 2012), seria iniciada a fiscalização de rotina, na qual os feirantes deveriam, necessariamente, apresentar o alvará sanitário e, a partir daí, ficarem obrigados a seguir as regras explícitas na norma específica, podendo, dessa forma, sofrer as penalidade aplicadas pelo poder de polícia conferido à Agência de Vigilância Sanitária Municipal, no caso de descumprimento (trabalho de campo, mar. 2012).

²⁰ Segundo Lei Municipal nº 155 (PALMAS, 2007, s/p), “equipamentos urbanos são as instalações de infraestrutura urbana, tais como: abastecimento de água, serviço de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado, transporte e outros de interesse público”.

No entanto, por motivos políticos, foram alterados os responsáveis por algumas secretarias municipais envolvidos no processo, e, como consequência, as medidas de reestruturação para melhoria da higiene das feiras ficaram paralisadas, aguardando a posse da nova gestão eleita para 2013 (VISA/PMP, trabalho de campo, nov. 2012). Nessa situação, cabe lembrar a discussão levantada por Jacobi (1996, p. 223) quando afirma que o tema resíduos sólidos é que “melhor exemplifica as possibilidades de formação de políticas públicas minimizadoras ou preventivas”, porém a timidez e a descontinuidade de tais políticas acabam por criar um círculo vicioso de paralisia.

De acordo com a Agência de Vigilância Sanitária Municipal (PALMAS, VISA/PMP, 2012), ficou estipulado que a fiscalização nas feiras municipais deveria seguir, a partir de 2012, as normativas expressas no Código Sanitário Municipal (PALMAS, 2011b), que traz, em seu artigo 4º, as seguintes especificações referentes aos resíduos sólidos:

Os responsáveis por construções, imóveis, domicílios e estabelecimentos comerciais e industriais são encarregados pelo resíduo produzido, bem como a adoção de ferramentas que impeçam o acúmulo de resíduo, entulho, restos de alimentos, água empoçada ou qualquer outra condição que propicie alimentação, criatório ou abrigo de animais sinantrópicos prejudiciais à saúde e ao bem-estar do homem (PALMAS, 2011b, s/p).

Nesse código, passou a ser considerado como infração sanitária o ato de “emitir ou despejar efluente ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido em normas legais e regulamentares”, podendo o infrator receber a penalidade de “advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa” (PALMAS, 2011b, s/p).

Com relação à legislação específica para as feiras, a Lei Municipal nº 1.852 (PALMAS, 2011a) traz expresso que a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAGRI/PMP) é o órgão responsável em organizar, dimensionar, classificar, fiscalizar, executar medidas administrativas, licenciar e cobrar taxas de manutenção para funcionamento das feiras.

A respeito das infrações e penalidades, a lei supracitada dispõe, em seu artigo 22, que:

O feirante licenciado que deixar de observar as condições básicas de higiene, **deixar de recolher o lixo produzido por sua atividade ou não acondicioná-lo em depósitos fechados ou sacos amarrados**, embrulhando os materiais cortantes ou perfurantes, receberá a penalidade de advertência por escrito ou suspensão temporária de quinze dias e, em caso de reincidência, multa (PALMAS, 2011a, s/p, grifo nosso).

Vale lembrar que, para a SAGRI/PMP, continuam em vigor os itens previstos no antigo decreto que regiam as feiras municipais, o Decreto Municipal nº 312 (PALMAS, 2005), e que não foram revogados pela nova lei que trata do mesmo assunto, ou seja, a Lei Municipal nº 1.852 (PALMAS, 2011a).

Para esse caso, registra-se, então, que em tal decreto (PALMAS, 2005) há previsão expressa de que a competência para limpeza e conservação das feiras é responsabilidade da SAGRI/PMP, que deve depositar o lixo em contêineres. Tais contêineres devem ser recolhidos após finalização da feira sob responsabilidade da Agência de Serviços Públicos (AGESP/PMP), atualmente chamada de Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviço Público (SEMASP/PMP). Tal lei prevê também que aqueles que utilizarem o espaço físico das feiras livres, por meio de cessão, locação ou empréstimo, tanto entidade pública como privada, são responsáveis pela conservação, manutenção e limpeza do local (PALMAS, 2005).

Assim, findada a discussão sobre a legislação municipal vigente que trata do assunto das feiras livres em Palmas, apresenta-se, resumidamente, a caracterização de tais feiras.

ESQUEMA 1 – Palmas: caracterização das feiras livres, 2012.



Elaboração: Denardi (2012).

3.1.2 AS FEIRAS LIVRES MUNICIPAIS DA CAPITAL DO TOCANTINS

Conforme previsto no Decreto Municipal nº 312 (PALMAS, 2005) e publicado no Portal da Prefeitura Municipal de Palmas, as feiras livres municipais são sete e se realizam de maneira alternada entre terça-feira a domingo, como apresentado no QUADRO 3.

QUADRO 3 – Palmas: localização, dia e horário de funcionamento das Feiras Livres Municipais, 2012.

FEIRA	LOCALIZAÇÃO	DIA/SEMANA	HORÁRIO
Feira do Produtor	ACSE 31, Av. LO 05 com Av. NS 02.	Terça-feira	Das 14 às 22 horas
Feira da 304 Sul	Espaço Popular Mário Bezerra Cavalcante.	Sexta-feira	Das 14 às 22 horas
		Sábado	Das 7 às 12 horas
Feira do Peixe e da Agricultura Familiar	Quadra 503 Norte, APM's 02, 03, 04 e 05.	Quarta-feira	Das 15 às 23 horas
Feira da 1106 Sul (112 Sul)	Quadra 1106 Sul, APM 06.	Quinta-feira Sexta-feira	Das 16 às 3 horas Das 7 às 12 horas
Feira do Jardim Aurenny III	APM 16, Avenida J, Rua 30 e 32.	Sexta-feira Sábado	Outras atividades Das 7 às 12 horas
Feira do Jardim Aurenny I	APM SE-I, Rua Rio de Janeiro com Avenida Tocantins.	Sábado Domingo	Das 16 às 3 horas Das 7 às 12 horas
Feira da 307 Norte	Quadra 307 Norte, APM 10.	Sábado Domingo	Das 17 às 2 horas Das 7 às 12 horas

Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas (2012).

Além dessas feiras, há também a Feira do Bosque, localizada no Bosque dos Pioneiros junto à prefeitura municipal da cidade. No entanto, tal feira, por não comercializar produtos de hortifrutigranjeiros e ser mais direcionada ao comércio de artesanato local, não se encontra na lista de feiras municipais gerenciadas pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Palmas (SAGRI/PMP) e nem está prevista na lei específica (PALMAS, 2005) que regulamenta o funcionamento das feiras livres nas áreas públicas de Palmas (trabalho de campo, mar.2012).

Ao tratar das feiras apresentadas no QUADRO 3, de modo geral, elas se configuram basicamente da mesma forma:

- espaço construído em Área Pública Municipal;
- edificação de estrutura metálica coberta, no formato retangular, ocupando parte da área estipulada para a feira (FOTO 38A, 38B, 38C e 38D);
- pátio livre descoberto no restante da área estipulada para feira;
- limites demarcados por cerca metálica;
- dias e horários de funcionamento estipulados pela SAGRI/PMP.

- área sem uso em outros dias que não está sendo ocupada para a realização da feira;
- presença de comércio variado que se encaixa em uma das categorias abaixo:
 1. praça de hortifrutigranjeiros: frutas e hortaliças, temperos, grãos, entre outros;
 2. área de estacionamento: venda em camionetes de algumas especialidades de frutas e legumes, animais vivos para consumo (galináceos), animais domésticos (filhotes de cães), plantas ornamentais, entre outros;
 3. praça de alimentação: lanches e refeições preparadas na hora para o consumo no local ou para se levar para casa;
 4. artesanato: produtos em capim dourado e outros artesanatos locais;
 5. vestuários e produtos diversos: roupas, calçados, acessórios e produtos variados, como brinquedos, pequenos eletrônicos, presentes etc.;
 6. vendedores ambulantes: vassouras, balões e outros brinquedos infantis.

FOTO 38 – Palmas: algumas das feiras livres cobertas, 2012.



Foto: Denardi (2012).

Entre as feiras citadas, apenas a feira da Quadra 304 Sul localiza-se no núcleo central de Palmas, agregando-se ao conjunto e transformando-se em um espaço capaz de atrair frequentadores locais, visitantes e turistas em trânsito pela cidade devido à variedade de atividades ali encontradas. No entanto, a atração do

público em geral, entre eles agricultores, comerciantes, frequentadores e visitantes, trouxe também consigo outra realidade que pode ser presenciada: o inadequado acúmulo de lixo abandonado no espaço, sendo essa a questão a ser discutida na sequência.

3.2 A FEIRA DA QUADRA 304 SUL: CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO

Em termos gerais, segundo SAGRI/PMP, tal feira foi construída em 1994, na gestão do prefeito Eduardo Siqueira Campos (trabalho de campo, mar. 2012). Inicialmente, projetada para ter uma área de 1.506,18 m², passou por ampliação que resultou em uma área construída de 4.076,63 m², recebendo o nome de Centro de Comércio Popular Mário Bezerra Cavalcante (FOTO 39A e 39B). Segundo o mesmo órgão, tal reforma aconteceu em 2007, em parceria entre governo municipal e estadual. Durante a fase de reforma, a feira foi temporariamente transferida para um parque público da cidade: o Parque Cesamar.

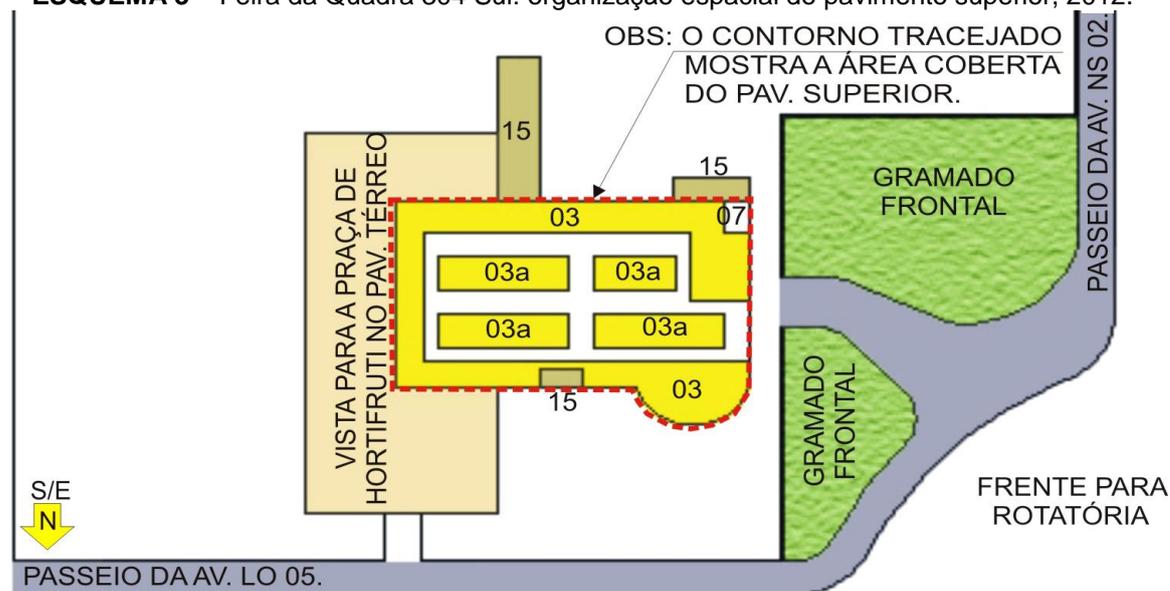
FOTO 39 – Palmas: Centro de Comércio Popular Mário Bezerra Cavalcante ou Feira da Quadra 304 Sul, 2012.



Foto: Denardi (2012).

Antes da ampliação, a feira funcionava apenas no pavimento térreo, configurando-se com as mesmas características das demais feiras da cidade, conforme detalhado anteriormente. Com a ampliação, a feira da Quadra 304 Sul diferenciou-se das outras, tendo sua distribuição espacial feita da seguinte forma:

1. Pavimento Térreo: praça de hortifrutigranjeiros, depósitos de *freezers*, praça de alimentação (divida em box), sanitários femininos e masculinos, sala de

ESQUEMA 3 – Feira da Quadra 304 Sul: organização espacial do pavimento superior, 2012.**LEGENDA**

03	Praça de alimentação
03a	Box de venda de alimentação
07	Sanitários
15	Acesso para o pavimento térreo (rampa e escadas)

Elaboração: Denardi (2012).

O espaço destinado à feira recebeu, no ano da inauguração da reforma (2008), junto com sua nova estrutura, boxes separados para venda de alimentos com bancadas em alvenaria e tampo de granito, bancada com instalações hidrossanitárias e elétricas, módulos metálicos para a praça de alimentação (contendo mesas com tampo em fórmica e cadeiras fixas com assento e encosto de plástico), rampa de acesso ao pavimento superior com piso emborrachado antiderrapante, além da estrutura metálica para montagem das barracas de vendas na área descoberta da feira^{21,22}.

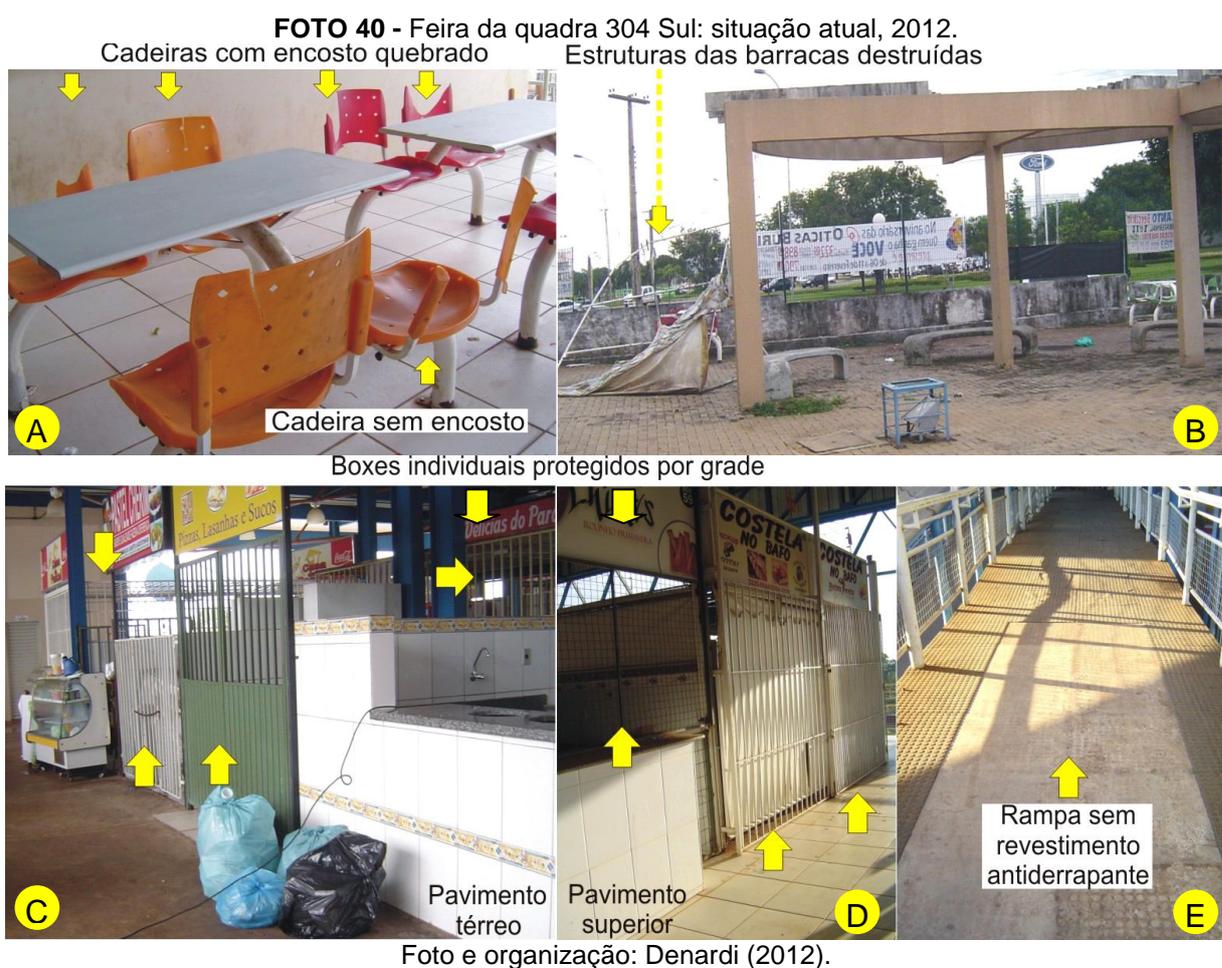
Diferentemente, em 2012, a realidade observada se apresenta de forma precária quando comparada com a estrutura inicial descrita anteriormente. Tal espaço, no decorrer dos quatro anos de funcionamento pós-reforma, não recebeu

²¹ Registra-se que, na reforma em questão, não foi prevista estrutura para depósito de lixo para ser usada tanto pelos feirantes quanto pelos frequentadores do espaço. Nesse ponto, recorda-se que a inexistência de tais mobiliários acaba por dificultar o processo de limpeza e conservação do local, como lembra o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007b), além de atrapalhar a efetiva implantação de condutas, indicação de infrações e aplicação de penalidades ditadas nas legislações municipais que tratam especificamente desses espaços (PALMAS, 2011a, 2011b).

²² Para a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAGRI/PMP, 2012), os documentos que regem o funcionamento das feiras municipais em Palmas são, prioritariamente, as Leis Municipais nº 1.852 (PALMAS, 2011a) e nº 1.840 (PALMAS, 2011b). Pelo trabalho de campo (2012), detectou-se que tal secretaria não tem efetivo regimento interno para o funcionamento das feiras municipais de Palmas.

manutenção adequada o qual resultou em degradação promovida pelo fluxo de pessoas, vandalismo e ação das intempéries. Entre os fatores mais críticos, encontram-se: mesas e cadeiras quebradas, instalações hidrossanitárias com vazamento, rampa de acesso ao pavimento superior sem revestimento do piso emborrachado antiderrapante, ausência de lixeiras, de contêineres ou outro tipo de depósito para o lixo (FOTO 40A, 40B, 40C, 40D e 40E).

Ao lembrar-se do armazenamento dos resíduos produzidos durante o evento da feira, há de se dizer que a feira da Quadra 304 Sul segue os mesmos padrões apresentados em todos os espaços públicos do núcleo central da cidade: não há mobiliário urbano suficiente (lixeiras) ou, quando existentes, tem capacidade insuficiente para receber a produção local ou não há manutenção adequada para tornar o seu uso compatível (trabalho de campo, jan.2012)²³.



²³ A questão sobre a estimativa da quantidade de lixo produzido durante o funcionamento da feira, assim como a manutenção do local no que se refere ao processo de limpeza, será apresentada na próxima seção quando se discutirá a problemática do abandono de lixo nesse espaço público.

Ao se tratar das lixeiras, registra-se que as poucas lixeiras existentes são colocadas por alguns feirantes, na frente ou dentro de seus pontos de vendas, na tentativa de colaborar com a manutenção do lixo produzido pelo seu comércio, com recolhimento dos resíduos que ficam sobre as suas bancadas ou nas mesas próximas aos seus boxes. Porém, no espaço comum (estacionamentos, praças de alimentação e espaço de venda de hortifrúti), não há lixeiras para que o frequentador deposite o lixo em local adequado. Quando se encontra algum recipiente para tal fim, normalmente é inadequado ou foi feito de forma improvisada (FOTO 41A e 41B).

FOTO 41 - Feira da Quadra 304 Sul: falta e improvisação de lixeiras, 2012.



A Praça de hortifruti sem nenhuma lixeira

B Improvisação de lixeiras.

Foto: Denardi (2012).

A feira em questão, apesar de ser um espaço público, tem seu funcionamento efetivo somente em três dias da semana (como será explicado na sequência). Nos outros dias, o espaço deveria, segundo acordo interno (trabalho de campo, jan. 2012), permanecer fechado e ser vigiado por um guarda local que monitoraria a área, zelando pela preservação de tudo aquilo que permanecesse na feira, como: os mobiliários (mesas e cadeiras da praça de alimentação), a estrutura dos boxes (bancadas, instalações hidrossanitárias, elétricas e gás) e os utensílios deixados pelos feirantes em seus pontos de vendas (panelas, tachos, fogões, *freezer*, geladeiras e estufas).

No entanto, a ação de vandalismo tem-se tornado presente no local devido ausência do monitoramento adequado nos períodos em que o espaço se encontra em desuso, ou seja, nos dias que não tem feira. Segundo registro dos próprios feirantes (trabalho de campo, jan. 2012), tornou-se frequente a presença de dependentes químicos e vândalos que se reúnem no espaço em dias de não funcionamento da feira e, em função da ausência de vigilância, inutilizam tudo que

encontram pela frente. Os atos já presenciados vão desde furto (de utensílios e equipamentos), passando pela destruição (quebra de mesas, cadeiras, destruição das instalações, como, por exemplo, liberação do gás de cozinha encontrado no local, acúmulo de cacos de vidro quebrados oriundos de recipientes de bebidas alcoólicas) e chegando ao ponto de problema de saúde pública (presença de fezes humanas dentro dos boxes utilizados para a venda de alimentos).

Diante desse cenário, uma nova estrutura tornou-se comum e frequente no espaço da feira: as grades metálicas de fechamento individual dos boxes, instaladas pelos próprios feirantes como forma de evitar roubo e destruição de seus objetos, como também contaminação de seus utensílios pelos fatores apresentados (FOTO 40).

Quanto ao funcionamento, cabe lembrar que a área da feira coberta da Quadra 304 Sul recebe, semanalmente, duas feiras: na terça-feira, o espaço é ocupado pela feira do produtor local, e, na sexta-feira e sábado, o espaço é novamente ocupado para a realização feira do agricultor²⁴, não se restringindo, nesses dias, apenas aos produtores locais.

Em termos de características, é preciso diferenciar as duas feiras citadas. A que acontece na terça-feira é um evento cujo objetivo é abrir espaço de venda para os produtores locais. Nesse caso, o número de feirantes presentes e, conseqüentemente, o número de variedade de produtos comercializados são menores, diminuindo também o número de frequentadores quando comparado com a feira do agricultor.

Já, a feira do agricultor configura-se como um evento de maior complexidade, abrigando em um mesmo espaço: produtores locais e aqueles vindos de outras regiões, feirantes fixos (com registro na SAGRI/PMP) e outros ambulantes que se fazem presentes apenas em algumas épocas do ano para comercializar os produtos da estação (vindos de outras regiões do Estado ou, até mesmo, de Estados vizinhos ao Tocantins). Também no mesmo espaço, encontram-se vendedores de hortaliças, frutas, flores, animais vivos, artesanato, vestuário, bebidas, alimentação para consumo preparada na hora, além de contar com um número maior de

²⁴ A feira livre realizada nos dias de sexta-feira (na parte da tarde) e no sábado (pela manhã) não tem uma nomenclatura oficial, sendo popularmente chamada de “feira do agricultor”, “feira da sexta” ou “feira da 304”.

frequentadores: moradores locais, vindos de outras regiões da cidade ou turistas em trânsito pela capital.

Esta última feira, inicia-se na sexta-feira pela manhã, quando os feirantes começam a organizar seus espaços de venda. Após o almoço, começa a circulação de frequentadores do espaço (compradores e transeuntes). O pico da movimentação dá-se entre as 19h e 21h. Nesse dia, o funcionamento do local se encerra às 22h. A feira retoma suas atividades no sábado pela manhã e as encerra ao meio-dia.

Com relação aos trabalhadores que ocupam o espaço, segundo a SAGRI/PMP (trabalho de campo, mar. 2012), no início de 2012, registrava-se cadastro de 471 feirantes ativos na Feira da Quadra 304 Sul. Para esses feirantes, foram cobradas taxas de manutenção local entre 2005 e 2009 (trabalho de campo, mar. 2012). No entanto, apenas 40% dos feirantes mantinham o pagamento dessa taxa. Todavia, em razão de motivos políticos, a cobrança dessa taxa foi, temporariamente, suspensa, não sendo retomada até o presente momento.

Durante a pesquisa de campo (2011-2012), detectou-se que parte dos feirantes alega pagar uma taxa anual de manutenção; outra parte assegura já ter pago tal taxa em anos anteriores (não fazendo mais esse pagamento no período atual); e uma terceira parte dos feirantes afirma nunca ter pago nenhum tipo de taxa para usar o espaço (enquadrando-se aqui, principalmente, os feirantes esporádicos que fazem venda de seus produtos no estacionamento interno da feira).

Registra-se, nesse ponto, que esta pesquisa em tela e seu trabalho de campo foram feitos em época próxima à transição de governos municipais, sofrendo influência de tal período no sentido de não ser possível obter resposta plausível para tal questão por motivos de mudanças de secretário e diretores dos órgãos envolvidos, exoneração de pessoal contratado sem concurso público e falta de registro de documentação.

Ao tratar da movimentação semanal por parte dos frequentadores da feira da Quadra 304 sul, registra-se que não se sabe exatamente quantas pessoas frequentam o espaço a cada evento semanal, porque nunca foi feita, oficialmente, contagem de tal frequência, conforme a SAGRI/PMP (trabalho de campo, mar.2012). No entanto estima-se (de forma não oficial) que o número de frequentadores, considerando apenas a feira do agricultor (que ocorre nos dias de sexta e sábado), pode variar de 2 a 4 mil pessoas/semana, em períodos normais, chegando a 8 mil pessoas/semana, em períodos mais movimentados (trabalho de campo, mar. 2012).

Desse modo, apoiado nos motivos expostos, o alvo eleito para investigação desta pesquisa é a feira do agricultor que, tem seu início na sexta-feira e término no sábado. A escolha se deve, prioritariamente, ao fato de ser nessa feira que ocorre maior movimentação semanal de vendedores e frequentadores, tornando mais intenso o problema da geração e disposição inadequada de lixo, conforme será apresentado na sequência.

3.3 OS RESÍDUOS SÓLIDOS NA FEIRA DA QUADRA 304 SUL: DA GERAÇÃO AO ABANDONO

Em um panorama geral, o lixo encontrado na feira da Quadra 304 Sul engloba-se em duas categorias: o lixo orgânico (casca de frutas, palha de milho, coroas de abacaxi, restos de alimentação preparada e consumida no local, como lanches, espetinhos, refeições) e os resíduos recicláveis (garrafas *pet*, latas de alumínio, copos, pratos e talheres descartáveis, papéis, papelão, plásticos, entre outros).

Primeiramente, ao tratar do lixo orgânico, observa-se que este é mais facilmente encontrado no entorno das camionetes itinerantes de venda (feirantes esporádicos), que ficam no estacionamento interno do pátio da feira (FOTO 42A e 42B). Também, esse mesmo tipo de lixo se faz presente na praça de alimentação e próximo das bancadas onde são vendidas frutas e verduras. Essas bancadas se encontram basicamente nas laterais da entrada de acesso pelo estacionamento interno (FOTO 43A, 43B e 43C) e na área interna coberta da praça de hortifrúti (FOTO 44A, 44B, 44C e 44D).

FOTO 42 - Feira da Quadra 304 Sul: área de estacionamento interno, 2012



INÍCIO DA FEIRA

FINAL DA FEIRA

Foto e organização: Denardi (2012).

FOTO 43 - Feira da Quadra 304 Sul: entrada de acesso pelo estacionamento interno, 2012.
Entrada de acesso pelo estacionamento interno



Acesso à área coberta: praça de alimentação e de hortifrúti

Situação encontrada próxima aos pontos de venda de frutas
Foto: Denardi (2012).

Entre os resíduos orgânicos, destaca-se aquele gerado pelo uso de camionetes como pontos de vendas, que acaba por resultar em um elevado acúmulo de lixo no estacionamento interno da feira. O uso dessas camionetes para venda de produtos é permitido a feirantes esporádicos, geralmente vindos de outras regiões do Estado ou fora dele, que comercializam alguns produtos da estação (trabalho de campo, jan. 2012). Esses feirantes não têm registro fixo na SAGRI/PMP (trabalho de campo, jan. 2012), e o controle da presença deles durante a feira se dá na seguinte forma: eles dão entrada no próprio local da feira na manhã de sexta-feira e vão

embora ao término dela, sem o compromisso de comparecer na próxima semana ou manter a frequência, como é determinado para os feirantes registrados na SAGRI/PMP (trabalho de campo, já. 2012).



Por outro lado, segundo a própria Secretaria em questão, a exposição e a venda de produtos nas caçambas de tais camionetes tornam-se oportunas, posto que se evita aumento de movimentação de carga e descarga desses produtos e ocupação de uma grande área interna para sua comercialização. Nas camionetes, são oferecidos produtos em grande quantidade, como abacaxi, milho verde, abóbora, banana, além de animais vivos (como galináceos), entre outros.

Diante dessa realidade, chama atenção a grande quantidade de resíduo gerado e acumulado no estacionamento ao final de cada feira. Para melhor ilustrar essa realidade apresenta-se a comercialização de milho verde e abacaxi. Nesse

caso, o feirante chega ao estacionamento interno da feira, próximo à entrada da parte coberta, com seu veículo carregado pelo produto que comercializará (milho verde ou abacaxi) e ali faz as suas vendas²⁵. O consumidor que compra o milho verde, por exemplo, está interessado no produto “milho” e não na sua embalagem “palha”. Assim, o vendedor, para facilitar a vida de seu cliente, tira a palha do milho comercializado e joga-a no chão, ao lado de seu veículo. Ao final da feira, o feirante vai embora e deixa para trás todo o lixo gerado pelo seu comércio espalhado no chão do estacionamento (FOTO 45A e 45B).

FOTO 45 - Área de estacionamento da Feira da Quadra 304 Sul: resíduos orgânicos, 2012.



Acúmulo durante a feira

Acúmulo após a feira

Foto: Denardi (2012).

Registra-se que, pela observação de tal prática, parece haver uma espécie de transferência de responsabilidade do gerador do lixo, em dar a destinação final desse resíduo gerado pelo seu comércio, para o poder público (que faz a limpeza local), eximindo dessa responsabilidade o próprio gerador (nesse caso o vendedor) como também o comprador dos produtos (o consumidor).

O mesmo acontece com o comércio do abacaxi. O comprador cujo interesse está apenas na fruta, tem a coroa do abacaxi retirada pelo feirante na hora da venda e depositada no chão do estacionamento. Desse modo, o vendedor de abacaxi comporta-se da mesma forma que o vendedor de milho verde, tornando a prática de transferência de responsabilidade um círculo vicioso no funcionamento da feira.

²⁵ A única forma de controle de entrada e saída desse tipo de veículo é feita pelo fiscal da feira, que também controla a frequência dos feirantes fixos, evitando que os espaços destinados para a venda fiquem vazios.

Outras ações que seguem o mesmo padrão de abandono de resíduos orgânicos podem ser observadas em diferentes locais desse espaço público. Como exemplo, alguns feirantes, ao prepararem as embalagens do produto a ser ofertado para venda, valem-se de lugares improvisados para tal preparo, tornando o acúmulo inadequado de lixo um problema ainda mais evidente. Entre esses locais, observa-se que a rampa de acesso entre o pavimento térreo e superior (na parte interna da feira) é uma das áreas muito utilizada para tal prática. Ali, os feirantes descascam seus produtos, embalam o que será comercializado e se dirigem aos seus pontos de vendas, deixando, para trás, todo o resíduo gerado para o preparo das embalagens. Esse resíduo só será retirado do lugar onde foi depositado ao final da feira, no momento da limpeza, conforme será exposto mais na frente (FOTO 46).

FOTO 46 - Feira da Quadra 304 Sul: resíduo orgânico embaixo da rampa de acesso ao pavimento superior, 2012.



Foto: Denardi (2012).

Assim, nesse ponto, outra questão se faz presente: a feira, conforme exposto anteriormente, não tem um manual de Procedimentos Operacionais (P.O.) ativo a ser seguido pelos feirantes como recomenda o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2007b). Também, registra-se que a legislação específica²⁶ que cuida das feiras no município de Palmas apresenta-se como um

²⁶ Leis Municipais nº 1.852 (PALMAS, 2011a), nº 1.840 (PALMAS, 2011b), além do Decreto Municipal nº 312 (PALMAS, 2005).

texto generalizado, não indicando as condutas a serem seguidas por todos os participantes das feiras. Como resultado dessa deficiência normativa, cria-se uma barreira na tentativa de implantação de uma fiscalização incisiva que cobre as condutas adequadas, aponte as responsabilidades e puna os infratores.

Porém, os resíduos encontrados na área da feira da Quadra 304 Sul não se restringem à forma orgânica. Na área coberta, principalmente na praça de alimentação, há lixo espalhado pelo chão e sobre as mesas, composto por restos de alimentação e materiais da categoria dos recicláveis. Nesses pontos, observa-se que os responsáveis pela geração e pelo descarte imediato do lixo em locais inadequados são diferentes daqueles existentes nos pontos de venda de produtos orgânicos, discutidos anteriormente.

A produção do lixo em questão dá-se pela demanda associada à venda do produto alimentício, como, por exemplo, pratos e talheres de plástico, copos descartáveis, garrafas *pets* e latas de alumínio que, inevitavelmente, vêm junto com o produto a ser consumido pelo comprador. Sinteticamente, o processo de geração ao abandono de tais resíduos acontece da seguinte forma:

- o consumidor chega ao ponto de venda e recebe seus produtos comprados;
- após se dirigir à praça de alimentação, onde encontra mesa e cadeira que serão usadas por ele durante o tempo em que se alimentará;
- ao terminar sua alimentação, esse o consumidor sai do local e deixa para trás todos os resíduos gerados pelo seu consumo em cima da mesa que utilizou como apoio para sua alimentação;
- o usuário seguinte vê-se compelido a compartilhar do espaço já com resíduos depositados ali ou então se obriga a dar alguma destinação ao lixo que não produziu;
- caso esse segundo usuário opte por dar uma destinação correta para o lixo deixado sobre as mesas, não encontra lixeiras disponíveis. Nesse caso, a ação imediata é transferir tais resíduos para outras mesas que já se encontram com mais lixos acumulados.

Nesse processo de acúmulo de lixo em cima das mesas, associado à ausência de lixeiras e de manutenção de limpeza contínua durante o horário de funcionamento da feira, visto que não há zelador para manutenção da limpeza local,

o resultado encontrado é um cenário de total abandono de lixo no espaço público, ao final do período de funcionamento da feira (FOTO 47A, 47B e 47C).

FOTO 47 - Feira da Quadra 304 Sul: praça de alimentação antes e após ocupação, 2012.
Praça de alimentação antes da ocupação: todas as mesas limpas.



Praça de alimentação depois da ocupação: todas as mesas sujas.
Foto e organização: Denardi (2012).

Diante desse cenário nos espaços da feira da Quadra da 304 Sul, outro problema se faz presente e tem se tornado uma frequente preocupação para a administração pública local: a presença de insetos (formigas, moscas e baratas), de roedores e de pombos urbanos (*Columba livia*). Eles são atraídos, principalmente, pelos resíduos deixados em cima das mesas na praça de alimentação. Tais resíduos, além de se constituírem de materiais recicláveis, apresentam, no seu interior, restos de refeições, como arroz, farelo de pão, pedaços de sanduíches, pamonhas, carnes, entre outros, e também líquidos doces, como refrigerantes, sucos, caldo de cana e outros. Essa variedade e fartura de alimentação tornam-se, inevitavelmente, atrativas para a presença desses animais.

Em se tratando dos pombos urbanos, essas aves adaptam-se muito bem nas áreas urbanas devido à facilidade de encontrar alimentos e abrigo. Segundo o Centro de Controle de Zoonoses da Prefeitura de Campinas (CAMPINAS, 2006), apesar de elas terem preferências por grãos e sementes, facilmente passam a comer restos de refeições, pão e lixo. Assim, a proliferação em meios urbanos torna-se uma preocupação porque muitas doenças podem ser transmitidas, entre elas: *criptococose* e *histoplasnose* (tipo de micoses profundas), *ornitose* e *salmonelose* (doenças infecciosas agudas), *dermatites* e outras. Além das doenças, outros problemas podem ser listados pela presença desses animais, como: entupimento de calhas, danos a monumentos históricos e em pintura de carros (devido à acidez de suas fezes), entre outros. Para o órgão supracitado, as formas de controle da proliferação desses animais devem, primeiramente, passar pelo cunho educativo, cujo objetivo está na sensibilização da população que deve colaborar para não tornar os ambientes fartos em alimentação e, conseqüentemente, atrativos para os pombos.

No caso da feira da Quadra 304 Sul, os pombos são atraídos pela fartura de restos de refeições deixados em cima das mesas na praça de alimentação após o término do primeiro dia da feira, na sexta à noite. Por falta de manutenção da limpeza durante o horário de expediente da feira, os resíduos acumulados permanecem abandonados até no outro dia pela manhã quando a feira é retomada. Nesse cenário de fartura alimentícia, associada ao sossego encontrado no local à noite, os pombos alimentam-se e, ao mesmo tempo, deixam um estado de sujeira provocado pelos seus excrementos (FOTO 48A, 48B, 48C e 48D).

No sábado pela manhã, os usuários da feira entram em contato com esses dejetos que só serão retirados após término das atividades, momento em que é feita a lavagem no local. Assim, mais um problema de saúde pública vem sendo reforçado pelo fato da má destinação e do abandono de lixo nos espaços públicos da cidade, onerando o orçamento público na contratação de soluções para amenizar a situação.

FOTO 48 - Praça de alimentação da feira da 304 Sul: excrementos de pombos urbanos, 2012.



Foto e organização: Denardi (2012).

Ao levantar a questão da lavagem e do funcionamento da limpeza do local, observa-se que, de acordo com a empresa terceirizada responsável pela limpeza – inicialmente a Delta Construções S/A e atualmente Litucera Limpeza e Engenharia Ltda. (trabalho de campo, jan./ago.2012) –, frequentadores e feirantes produzem, em média, ao final de cada evento da feira (sexta e sábado), cerca de quatro toneladas de lixo. Esse número não é fixo e pode variar de acordo com o produto da estação que é vendido.

Para ilustrar melhor essa situação, usa-se o seguinte exemplo: em épocas em que se vende mais milho ou abacaxi (em estações de pico de produção), o número de caçambas recolhidas aumenta devido ao aumento dos resíduos orgânicos gerados (palhas e coroas). Desse número, quando possível e solicitado, o lixo orgânico é encaminhado a chácaras de produtores para ser usado como adubo. Porém registra-se que, na maioria das vezes, o destino do lixo recolhido é o aterro sanitário municipal.

A rotina de limpeza do local, estipulada em contrato firmado entre prefeitura e a empresa terceirizada para tal função, só é iniciada após o término total de cada evento semanal. No caso dessa feira, somente próximo ao meio-dia de sábado é que a higienização do espaço inicia, orientando-se pelas seguintes etapas:

- no sábado, pela manhã, os funcionários da empresa terceirizada chegam ao local e começam a varrição e recolhimento de alguns resíduos previamente ensacados (FOTO 49A);
- o material recolhido é depositado em caçambas que ficam cheias até a sua capacidade total (FOTO 49B). A capacidade da caçamba utilizada, segundo responsáveis pela coleta (trabalho de campo, jan. 2012), é de uma tonelada;
- após, os garis fazem a lavagem da área, deixando o espaço da feira limpo para o próximo evento, na semana seguinte.

FOTO 49 - Feira da Quadra 304 Sul: situação após término da feira e caçamba de recolhimento do lixo produzido, 2012.



Situação encontrada pela equipe de limpeza pós-feira



Caçamba utilizada para retirada do lixo acumulado no espaço destinado à feira

Foto: Denardi (2012).

Observa-se, contudo, que a limpeza feita pela empresa responsável para tal fim, no dia após o término de cada feira, não garante que o espaço esteja limpo para o próximo evento, devido, principalmente, à invasão do local por vândalos e dependentes químicos, que aproveitam o espaço em dias de não funcionamento da feira, conforme discussão anterior. Além disso, a reclamação torna-se constante entre os feirantes que precisam, um dia antes do funcionamento efetivo da feira, fazer vistoria e lavagem de seus pontos de venda, evitando imprevistos e mal-estar perante seus clientes (trabalho de campo, jan. 2012).

Ao considerar o volume de lixo a ser recolhido, sobretudo aquele depositado inadequadamente, outra discussão vem à tona: o esforço físico exigido dos funcionários da limpeza (os garis) torna-se maior devido às circunstâncias do mau acondicionamento para descarte do lixo produzido. Além disso, essa situação torna-se agravada pelo fator da sazonalidade climática da região (SOUZA, 2010). Para ilustrar melhor tal situação, foram observados dois momentos distintos: época de seca (entre os meses de maio e setembro), com presença de ventos, e período chuvoso (entre outubro e abril).

Nos meses de seca, a adversidade conferida a esses trabalhadores são o intenso calor (pois a limpeza é feita em horários críticos próximos ao meio-dia) e os ventos característicos da época que tornam o processo de limpeza mais trabalhoso, pois há maior dificuldade de juntar e recolher os resíduos (FOTO 50A e 50B).

FOTO 50 - Feira da Quadra 304 Sul: trabalhadores da limpeza, próximo ao horário do meio-dia, em períodos de seca, 2012.



Foto e organização: Denardi (2012).

No entanto a multiplicação das reclamações está nos períodos chuvosos. Nessa época, as chuvas frequentes fazem com que os trabalhadores redobrem os esforços para fazer a limpeza local. Como os resíduos ficam espalhados pelo chão, ao serem molhados pelas chuvas, têm seu peso aumentado, dificultando a varrição e a coleta que é feita embaixo de chuva (FOTO 51A e 51B). Além disso, o processo de deposição das embalagens cheias de resíduos ou mesmo dos resíduos a granel dentro das caçambas é feito de forma manual e rudimentar, com o uso de carrinho de mão (FOTO 51C e 51D), obrigando os trabalhados a desenvolverem suas tarefas em condições impróprias e em estado ergonômico inadequado (FOTO 51E), como sugere Pataro (2011), muitas vezes não respeitando a limitação física e psicológica do executor.

FOTO 51 - Feira da Quadra 304 Sul: trabalhadores da limpeza em períodos chuvosos, 2012.



Foto e organização: Denardi (2012).

A autora lembra algumas condições a que esses trabalhadores são submetidos, como ferramentas inadequadas (formato da pá utilizada, comprimento

do cabo, altura do carrinho de mão que recebe os resíduos), falta de tampa nos recipientes (que leva o trabalhador a respirar os gases provenientes do lixo). Tudo isso pode, além de causar desconforto, afetar diretamente a sua saúde.

O coletor de lixo exerce uma atividade que exige força em membros superiores, posturas anômalas com flexões e rotações repetidas de tronco, levantamento de peso, muitas vezes em ritmo acelerado, sob pressão temporal [...]. Essa elevada demanda física e psicossocial pode-se expressar como doenças relacionadas ao trabalho, principalmente os distúrbios musculoesqueléticos. (PATARO, 2011, p. 91)

Perante as situações encontradas na feira da Quadra 304 Sul (e apresentadas ao longo desta seção), a agência de Vigilância Sanitária Municipal (VISA/PMP, 2011), por meio da Coordenação de Saúde, elaborou um levantamento sobre os riscos ambientais e ocupacionais presentes nesse espaço. Em tal levantamento, foram listados os riscos classificados como físico, químico, biológico, ergonômico e de acidente (VISA/PMP, 2011). Também houve a classificação do tipo de risco pela intensidade, podendo ser de pequena, média ou elevada intensidade (VISA/PMP, 2011). Como resultado, tal diagnóstico aponta e reforça que o problema da geração e da deposição inadequada de resíduos está presente em todas as áreas da feira e é mais intenso nos estacionamentos, nas praças de alimentação e na praça de hortifrúti.

Quanto à categorização da intensidade do risco, a Vigilância Sanitária Municipal registra que a presença dos resíduos espalhados pela feira apresenta-se como um risco elevado para feirantes e frequentadores, tanto em termos biológicos, quanto físicos e químicos, conforme apresentado no QUADRO 4.

QUADRO 4 – Feira da Quadra 304 Sul: riscos ambientais envolvendo a questão dos resíduos sólidos, 2011.(Continua).

ÁREA	RISCO AMBIENTAL OBSERVADO	CLASSIFICAÇÃO	INTENSIDADE
Área Externa: Pontos observados: 1 - transporte; 2 - organização; 3 - comercialização; 4 - e limpeza.	- Microrganismos: manipulação de alimentos juntamente com dinheiro e geração de resíduos orgânicos. - Presença de vetores.	Risco biológico	Elevado
	- Exigência de postura inadequada. -Levantamento e transporte manual de peso. - Esforço físico e repetitividade. - Estresse físico e/ou psíquico.	Risco Ergonômico	Elevado
Área Externa: Praça de hortifrúti: Pontos observados: 1 - transporte;	- Microrganismos: manipulação de alimentos juntamente com dinheiro e geração de resíduos orgânicos.	Risco biológico	Elevado

2 - organização; 3 - limpeza e; 4 - comercialização de: queijos, ovos, pães, doces, frutas, raízes, hortaliças, temperos, grãos, leguminosas, condimentos etc.	- Presença de vetores (pássaros).	Risco biológico	Elevado
Praça de Alimentação (Pav. Térreo):	- Umidade, calor e ruído. - Exposição à radiação solar (UV).	Risco físico	Elevado
Pontos observados:	- Produtos químicos (limpeza da área de produção). - Vazamento de gás.	Risco químico	Elevado
1 - preparo e; 2 - comercialização de lanches e refeições	- Microrganismos: manipulação de alimentos juntamente com dinheiro e resíduos orgânicos .	Risco biológico	Elevado
Praça de Alimentação (2º Piso):	- Umidade, calor e ruído. - Exposição à radiação solar (UV).	Risco físico	Elevado
Pontos observados:	- Produtos químicos (limpeza da área de produção). - Vazamento de gás.	Risco químico	Elevado
1 - preparo e; 2 - comercialização de lanches e refeições.	- Microrganismos: manipulação de alimentos juntamente com dinheiro e resíduos orgânicos .	Risco biológico	Elevado

Fonte: Vigilância Sanitária Municipal (2011).

Diante do panorama apresentado, nota-se que o conjunto que envolve a questão de resíduos sólidos na feira coberta da Quadra 304 Sul, indo desde a geração até a destinação final, é um problema tanto de ordem ambiental, política, de saúde pública e educativa, quanto uma questão de cidadania.

Amparada pela ausência do poder público como órgão gestor, regulador e fiscalizador, a ação de descaso é coletiva, tornado a prática de abandono de lixo nos espaços públicos reiterada e, nesse caso específico, incorporada na rotina dos feirantes e dos frequentadores da feira da Quadra 304 Sul. Ressalta-se que, como gestor, o poder público se faz ausente principalmente quando não fornece condições adequadas de infraestrutura (com lixeiras e depósitos de lixo em quantidade e capacidade adequada, criação de um manual de procedimentos operacionais a serem seguidos por todos, promoção de cursos de capacitação e disponibilidade de funcionários aptos para monitorar o funcionamento da feira, como: fiscais treinados, vigias e zeladores para manutenção contínua do espaço, entre outras ações). Já como órgão regulador e fiscalizador, a ausência está na não criação de meios de informação, sensibilização, fiscalização e punição dos excessos encontrados no local.

Assim, entender como opiniões individuais, convergentes e divergentes atuam no processo de uso, ocupação e transformação do espaço destinado à feira da Quadra 304 Sul, quando se trata de resíduos sólidos, foi uma das etapas de realização desta pesquisa por meio da aplicação da técnica de observação participante associada à busca do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

3.4 O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: A COLETIVIDADE QUE FALA

Segundo o Instituto de Pesquisa do Sujeito Coletivo (IPDSC, 2005, s/p), o Discurso do Sujeito Coletivo “constitui uma técnica de pesquisa qualitativa criada para fazer uma coletividade falar, como se fosse um só indivíduo”. Lefevre, Crestana e Cornetta (2003) explicam que a técnica tem como base a análise do material verbal coletado a partir de cada depoimento, dos quais, mediante a repetição de trechos mais significativos, se extrai a “expressão-chave” (ECH). Tais expressões correspondem à “ideia central” (IC) que se apresenta como “síntese do conteúdo discursivo manifestado nas expressões chaves” (LEFEVRE; CRESTANA; CORNETTA, 2003, p. 70). Após esse processo, constrói-se o discurso síntese que é “discurso do sujeito coletivo” (DSC). Tal discurso é feito na primeira pessoa do singular, representado como se fosse um discurso individual que expressa o pensamento de um grupo ou de uma coletividade (ESQUEMA 4). Segundo os autores,

O Discurso do Sujeito Coletivo é uma modalidade de apresentação de resultados de pesquisas qualitativas, que tem depoimentos como matéria-prima, sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta coletividade fosse o emissor de um discurso (LEFEVRE; CRESTANA; CORNETTA, 2003, p. 70).

A técnica teve sua consolidação no final dos anos 1990 e foi desenvolvida por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP). Desde então, é utilizada em projetos de pesquisa, dissertações de mestrado, teses de doutorado, avaliações de serviços e de processos em diversas áreas e de diferentes abordagens (IPDSC, 2005).

Tendo como fundamento a teoria da representação social²⁷ e seus pressupostos sociológicos (IPDSC, 2012), os autores de tal técnica afirmam que a soma dos depoimentos individuais, em seus extratos mais significativos (de sentindo semelhante ou complementar), forma o chamado “eu ampliado” (LEFEVRE et al., 2010, p. 802):

O eu ampliado, primeira pessoa coletiva portadora de uma opinião singular, configura uma qualidade autoinstituída, uma fala do mundo empírico gerada nele mesmo. A opinião coletiva veiculada pelo eu ampliado é uma opinião desdobrada em seus conteúdos e argumentos e, nesta medida, ela se apresenta como um constructo autoexplicativo. Constructo autoexplicativo significa, por um lado, que o pensamento coletivo pode se autoexplicar, mas que para se autoexplicar tal pensamento precisa ser reconstituído (no caso usando a técnica do DSC).

ESQUEMA 4 – Etapas da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo, 2012.



Fonte: IPDSC (2005, s/p). Elaboração: Denardi (2012).

Nesse caso, para entender como se deu o processo de operacionalização que resultou na pesquisa apresentada neste capítulo, torna-se necessário uma pausa para listar os pressupostos que serviram de base no momento da coleta de dados.

²⁷ Para Reis e Bellini (2011, p. 149) “a teoria das representações sociais centra-se na análise da construção e transformação do conhecimento social e tenta elucidar como a ação e o pensamento se interliga na dinâmica social. Estudos em representações sociais são conhecimentos construídos pelas relações do homem com o seu ambiente” explicando os fatos a partir de uma perspectiva coletiva.

Como primeiro pressuposto, decidiu-se que, em função do tema a ser abordado e da multiplicidade dos atores envolvidos, se dividiriam, para aplicação da técnica, os atores alvo em dois conjuntos:

- ❖ Grupo 1 - os feirantes;
- ❖ Grupo 2 - os frequentadores da feira (usuários ou transeuntes).

Na sequência, o instrumento de coleta de dados foi composto por uma entrevista semiestruturada aplicada em diferentes períodos escolhidos aleatoriamente, entre os meses de janeiro de 2012 e abril de 2012.

Tendo como objetivo a captação da soma do pensamento coletivo referente à situação do abandono de lixo na área destinada à feira²⁸, o questionário utilizado teve como foco quatro questões:

1. Qual sua opinião a respeito do lixo acumulado durante um dia de funcionamento da feira?
2. Qual é o motivo que faz com que o lixo fique espalhado pela feira?
3. Sendo um espaço público, de quem é a responsabilidade de manter esse espaço sem lixo espalhado ou acumulado?
4. O que o Sr.(^a) entende por espaço público?

Na interpretação dos dados coletados, foram decompostas as representações dos atores envolvidos, formando quadros que demonstram a quantidade e a porcentagem das respostas obtidas²⁹.

Na apresentação dos resultados, seguindo orientações encontradas em outras pesquisas que se utilizam da técnica, bem como autores envolvidos na sua aplicação, tendo como exemplo Lefevre et al. (2010), estipulou-se que, primeiro, se apresentariam os quadros que demonstram o grau de compartilhamento das representações dos grupos entrevistados junto com seus respectivos discursos que ilustram tal situação compartilhada.

Ao final dessa apresentação (Quadros + Discursos), segue-se a análise geral do cenário construído pela geração e pelo abandono de lixo na feira da Quadra 304 Sul.

²⁸ O número de entrevistados foi delimitado em função da incidência repetitiva de respostas já obtidas.

²⁹ Na interpretação dos dados obtidos, foi considerado que um mesmo pesquisado pode ter emitido mais de uma ideia central, como sugerem Lefevre et al. (2010).

3.4.1 O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO E A FEIRA DA QUADRA 304 SUL: A COLETIVIDADE QUE FALA SOBRE O LIXO

Ao iniciar a interpretação dos dados obtidos pela aplicação da técnica do DSC junto à feira da Quadra 304 Sul, tendo como primeira análise o questionamento apresentado no Quadro 5, destacam-se os discursos que ilustram a maior representatividade da situação atual do lixo acumulado na feira em questão. Dessa forma, para os feirantes é materializado o DSC A como sendo o mais compartilhado entre os trabalhadores da feira. Já para os frequentadores, o discurso destacado é formado entre o DSC D e o DSC E (QUADRO 6). A escolha de dois discursos deu-se no sentido de complementaridade, como sugerem Silva e Ramires (2009), pois o compartilhamento das ideias centrais desses dois discursos aconteceu em proporção aproximada entre os entrevistados.

QUADRO 5 - Distribuição do número de ideias centrais diante do primeiro questionamento: “Qual sua opinião a respeito do lixo acumulado durante um dia de funcionamento da feira?”

Feirantes			Frequentadores		
Ideias centrais	Nº	%	Ideias centrais	Nº	%
A – Tem muito lixo espalhado. / Tem lixo por todos os cantos.	30	75%	D - É assustador, desproporcional pelo tamanho da feira. / Horrível, é muito lixo espalhado.	50	62,5%
B – Não acumula muito lixo. / Feira é assim mesmo.	6	15%	E - O lixo espalhado de qualquer jeito por aí mostra o descaso por parte da prefeitura e a falta de educação por parte dos feirantes e dos usuários.	42	52,5%
C - Nunca observei. / Não presto atenção nisso.	4	10%	F - Nunca reparei. / Feira é assim mesmo, suja como qualquer outra feira.	8	10%
Nº de entrevistados: 40 FEIRANTES / 80 FREQUENTADORES. Obs.: um pesquisado pode ter emitido mais de uma ideia central, como sugerem Lefevre et al. (2010).					

QUADRO 6 – Ideia central e discurso do sujeito coletivo em relação ao primeiro questionamento: “Qual sua opinião a respeito do lixo acumulado durante um dia de funcionamento da feira?”

(Continua).

Ideia central A	Tem muito lixo espalhado. Tem lixo por todos os cantos.
DSC – FEIRANTES	Eu acho que a feira é muito suja, tem lixo espalhado por todos os cantos. É horrível, no início antes de começar a feira, até que não tem muito lixo espalhado por aí, mas no sábado, depois que todo mundo vai embora, fica uma nojeira para trás. Tem lixo no estacionamento, tem lixo em cima das mesas e nos banheiros, não dá nem pra entrar. Na verdade, isso aqui fica um nojo, a prefeitura vem no sábado depois que a feira termina e limpa tudo, mas, durante a semana, a feira fica aberta e não tem segurança vigiando o lugar. Daí vem drogados e bêbados e usam o espaço para fazer bagunça, eles roubam as panelas, ligam o gás das cozinhas e fazem as próprias

	necessidades no chão dentro dos box. Por isso é que a gente põe grade em volta do box. Acaba que a gente tem que vim aqui na quinta-feira e lavar tudo de novo porque senão ninguém aguenta a porquice. Além disso, parece que o povo acredita que, se um vandaliza o lugar, todo mundo acha que tem o direito de fazer igual. A gente já fez até um abaixo-assinado para mandar para a prefeitura, mas com ela não tem conversa. Nem dedetização tem, e volta e meia dá pra ver baratas saindo pelos ralos. Pra você ter uma ideia, a última dedetização quem pagou foram os próprios feirantes. E quanto às lixeiras, pode ver que não tem nenhuma por aí. As que têm são aquelas que a gente coloca dentro do nosso próprio box para juntar o lixo que fica em cima das mesas na frente das barracas, porque senão o lixo fica ali e ninguém tira. Aí acontece que, além de ter que por minha própria lixeira para juntar lixo dos outros, acabo gastando um monte com sacos de lixos. Eu uso em média de cinco a seis sacos daqueles maiores de lixo por vez, e a prefeitura não quer nem saber disso.
Ideia central D/E	A quantidade de lixo presente na feira é assustador, desproporcional pelo tamanho da feira. Horrível, é muito lixo espalhado. O lixo espalhado de qualquer jeito por aí mostra o descaso por parte da prefeitura e a falta de educação por parte dos feirantes e dos usuários.
DSC – FREQUENTADORES	A quantidade de lixo nesta feira é assustador. Acho que é muito lixo para o tamanho da feira. No começo até que ela tá limpa, mas no final a cena é lamentável. Não entendo porque aqui não tem nenhum tipo de coleta seletiva, a quantidade de lixo orgânico é muito grande, principalmente no estacionamento. O acondicionamento desse lixo também deixa a desejar, acho que, como eles ficam espalhados de qualquer jeito por aí, dá impressão que tem muito mais lixo do que realmente deve ter. Na verdade, a feira é tão suja quanto se vê nos outros espaços da cidade: você já reparou como fica esse Espaço Cultural aqui do lado depois que termina algum <i>show</i> por ali? É tudo a mesma coisa. Eu continuo vindo aqui, comprando minhas coisas e comendo nesta praça de alimentação por costume, sempre fiz isso, mas, se pensar bem na verdade, dá nojo. No começo, eu até me incomodava mais, achava esquisito e porco, mas, como comecei a frequentar toda semana, fui me acostumando com a situação que encontrava e acabei não me incomodado mais.

A respeito dos motivos que fazem com que o lixo fique espalhado na feira, como resultado do segundo questionamento, percebe-se que, tanto por parte dos feirantes quanto dos frequentadores, as ideias centrais, extraídas dos depoimentos, giram em torno de um mesmo sentimento, obtendo-se, dessa forma, um quantitativo muito próximo entre as respostas (QUADRO 7). Os discursos, apresentados a seguir, são aqueles que têm maior compartilhamento entre os feirantes e os frequentadores, porém que não excluem as outras ideias centrais encontradas (QUADRO 8).

QUADRO 7 - Distribuição do número de ideias centrais frente ao segundo questionamento: "Qual é o motivo que faz com que o lixo fique espalhado pela feira?" (Continua).

Feirantes			Frequentadores		
Ideias centrais	Nº	%	Ideias centrais	Nº	%
A – A falta de consciência dos usuários. / O povo é sem educação.	18	45%	D - Falta de educação do povo. / Tem que orientar a população que frequenta a feira e joga o lixo em qualquer lugar.	35	43,75%

B – Faltam fiscalização e lixeiras próximas para que o povo jogue o lixo no lugar certo.	20	50%	E - Faltam lixeiras e não tem zelador. / A prefeitura deveria estar mais presente e punir as pessoas que deixam o lixo de qualquer jeito por aí.	38	47,50%
C – Falta consciência coletiva e educação por parte dos feirantes e dos usuários. / A prefeitura é desorganizada e não cumpre direito sua função.	22	55%	F - A prefeitura não tá nem aí e não faz direito o que tem que fazer. / Muitos feirantes são preguiçosos e o povo é sem educação.	40	50%
Nº de entrevistados: 40 FEIRANTES / 80 FREQUENTADORES. Obs.: um pesquisado pode ter emitido mais de uma ideia central como sugerem Lefevre et al. (2010).					

QUADRO 8 – Ideia central e discurso do sujeito coletivo em relação ao segundo questionamento: “Qual é o motivo que faz com que o lixo fique espalhado pela feira?”

Ideia central C	Falta consciência coletiva e educação por parte dos feirantes e dos usuários. / A prefeitura é desorganizada e não cumpre direito sua função.
DSC - FEIRANTES	O problema que faz com que esse lugar fique assim sujo é porque ninguém tem uma consciência coletiva. Ninguém colabora mesmo. O povo que vem aqui é sem educação, não consegue tirar nem o próprio lixo de cima das mesas e, quando tem alguma coisa na mão, joga direto no chão. E o banheiro que o povo usa, dá até medo de entrar, duvido que eles façam desse jeito na casa deles. Tem alguns feirantes que são preguiçosos e não estão nem aí com o lugar, eles não veem que além deles outros feirantes também usam este espaço e daí jogam o próprio lixo em qualquer lugar. Pode ver, tem casca de tudo que é tipo, embaixo da rampa, no estacionamento, embaixo das bancas. E a prefeitura. Ela não cumpre nem o mínimo esperado. Ela não deixa muito claro o que a gente pode ou não fazer aqui, ela não diz o que cada um tem que fazer com o seu próprio lixo (ela bem que podia dar umas aulas de bons costumes pro povo que trabalha aqui). E nem lixeiras ela consegue instalar neste espaço. Eu mesmo tenho essa lixeira aqui dentro do meu box porque trouxe de casa, mas aqueles feirantes que não se preocupam com isso não têm nem sequer um balde para jogar lixo do lado deles. E o pior que eu acho, não tem um zelador que toma conta durante a feira. Assim, o lixo só vai se acumulando, deixando o lugar mais feio e juntando aquele absurdo de lixo no final da feira. Também falta uma fiscalização, acho que, se a prefeitura primeiro ensinasse como tem que fazer e depois colocasse um fiscal toda semana circulando por aí, o povo ia ficar mais cuidadoso e o negócio aqui ia melhorar.
Ideia central F	A prefeitura não tá nem aí e não faz direito o que tem que fazer. / Muitos feirantes são preguiçosos e o povo é sem educação.
DSC - FREQUENTADORES	Acho que aqui o motivo desse lixo ficar espalhado é culpa de todos. Não sei se posso dizer que é falta de cultura, mas que é falta de educação isso sim é. Fico pensando, se esse povo que joga o lixo no chão, em qualquer lugar, faz igual no lugar onde mora. Claro que sinto falta de lixeiras espalhadas por aí, pode ver que quase não tem. Mas, mesmo quando tem, eu vejo que o povo não tem costume de tirar as coisas de cima da mesa e pôr na lixeira. Acho também que alguns feirantes são preguiçosos, eles sabem que podem deixar as coisas de qualquer jeito porque não vêm ninguém dizer nada. E é aí que entra a parte de descaso da prefeitura: por que ela não ensina o povo a fazer as coisas direito, depois põe um fiscal que multe aqueles que estão fazendo errado? Ela tem poder para isso. Além disso, ela deveria ter alguns zeladores fazendo a limpeza direto durante a feira, porque, se o espaço tá limpo, inibe um pouco a pessoa que joga lixo no chão. Pode ver, naqueles lugares que tem lixo jogado no chão, as pessoas jogam mais lixo ainda (na verdade, se já tá sujo, não faz diferença jogar mais coisa ali).

Ao analisar as respostas obtidas por meio do terceiro questionamento, foi observado que o compartilhamento das ideias centrais que apontam as responsabilidades de manutenção e conservação da feira não converge para uma mesma pessoa (QUADRO 9). No caso dos feirantes, a ideia mais compartilhada é de que a prefeitura é a principal responsável por esse processo de conservação, como mostra o DSC A. Divergentemente, para os frequentadores, a responsabilidade é coletiva, devendo cada ator envolvido no processo cumprir com a parte que lhe cabe, conforme expressado no DSC D (QUADRO 10).

QUADRO 9 - Distribuição do número de ideias centrais em relação ao terceiro questionamento: “Sendo um espaço público, de quem é a responsabilidade de manter esse espaço sem lixo espalhado ou acumulado?”

Feirantes			Frequentadores		
Ideias centrais	Nº	%	Ideias centrais	Nº	%
A – Da prefeitura, é por isso que a gente paga imposto. / Ela deve investir na manutenção e na fiscalização desse lugar.	25	62,5%	D - A responsabilidade é de todos. / Cada um tem a sua parcela, desde a prefeitura até os feirantes e os usuários.	51	63,75%
B – Dos feirantes. / É aqui que a gente ganha dinheiro, por isso tem que manter esse espaço limpo.	5	12,5%	E - Da prefeitura, este aqui é um espaço público municipal como qualquer outro lugar da cidade. Por isso, a prefeitura deve estar à frente de tudo.	20	25%
C - De todo mundo, cada um tem a sua parcela de culpa. / Deve haver um conjunto entre a prefeitura, os feirantes e os usuários.	10	25%	F - Dos feirantes, porque é aqui que eles ganham dinheiro.	9	11,25%
Nº de entrevistados: 40 FEIRANTES / 80 FREQUENTADORES. Obs.: um pesquisado pode ter emitido mais de uma ideia central como sugerem Lefevre et al. (2010).					

QUADRO 10 – Ideia central e discurso do sujeito coletivo em relação ao terceiro questionamento: “Sendo um espaço público, de quem é a responsabilidade de manter esse espaço sem lixo espalhado ou acumulado?” (Continua).

Ideia central A	Da prefeitura, é por isso que a gente paga imposto. / Ela deve investir na manutenção e na fiscalização desse lugar.
DSC - FEIRANTES	A prefeitura que deve manter isso aqui limpo assim como qualquer outro espaço público da cidade. Ela recebe bastante pelo pagamento de nossos impostos e deveria distribuir melhor esse dinheiro. Veja que aqui nessa feira não tem manutenção adequada, as instalações estão quebradas e não há fiscalização. Para você ter uma ideia, essa tubulação de esgoto do andar de cima que passa aparente pelo forro aqui debaixo, já aconteceu de vazar no meio de um dia de funcionamento da feira. Pensa como que a gente se sente na frente de nossos clientes que veem o esgoto de cima caindo na nossa banca aqui embaixo? Eles nunca mais voltam e com razão. Se a gente pensa

	em fazer alguma coisa para melhorar isso, a prefeitura não autoriza, diz que os feirantes têm o direito de usar este lugar, mas que não são donos dele. Então, se é assim, ela que se diz dona, deve manter a limpeza e a manutenção. Aí sim, se ela fizer isso, não teria problema nenhum em ter um fiscal multando quem fizesse errado. Mas a gente só pode reprimir quem está errado, fazendo e mostrando primeiro o que é certo. Bagunçado do jeito que tá não tem jeito.
Ideia central D	A responsabilidade é de todos. / Cada um tem a sua parcela, desde a prefeitura até os feirantes e os usuários.
DSC - FREQUENTADORES	Acredito que todo mundo tem que colaborar. Se este espaço é de todos, cada um tem a sua parcela de responsabilidade. Primeiro a prefeitura deve entrar com a manutenção e as regras de utilização do lugar, sem esquecer de fiscalizar, porque, se o negócio correr solto, não funciona. E também multar se necessário, porque só quando mexe no bolso é que as pessoas mudam. Os feirantes têm que ter consciência que é daqui que eles tiram suas rendas. Se eles geram muito lixo (no caso, por exemplo, das palhas de milho ali no estacionamento), é porque tiveram uma boa venda e, por consequência, tiveram lucro. Então, deveriam também zelar pelo espaço para deixar isso mais atrativo e ainda mais lucrativo. E os usuários, estes deveriam ter consciência de que o lixo que eles jogam hoje aqui, pelo chão, amanhã está espalhado por aí, nas avenidas, nos rios e em toda parte como se vê pela cidade. Acho que precisa ter um trabalho de educação forte para que o povo tomasse consciência de que precisa colaborar para manter as coisas certas.

Por fim, o quarto e último questionamento, como forma complementar, buscou-se entender o que está materializado na consciência coletiva como espaço público (QUADRO 11). Pela análise dos dados obtidos, observa-se que, para a população envolvida (tanto feirantes, quanto frequentadores), há compartilhamento da ideia central, conforme ilustra o DSC B, por parte dos feirantes, e o DSC C, por parte dos frequentadores (QUADRO 12).

QUADRO 11 - Distribuição do número de ideias centrais em relação ao quarto questionamento: "O que o Sr.(^a) entende por espaço público?"

Feirantes			Frequentadores		
Ideias centrais	Nº	%	Ideias centrais	Nº	%
A – Espaço comum a todos, onde o povo pode usar livremente.	19	47,5%	C - Espaço de uso coletivo, com condições de uso público e mantido pelo poder público.	43	53,75%
B – Espaço onde qualquer um pode ir e usar, e o poder público tem que cuidar com o dinheiro dos impostos que recebe pela população.	21	52,5%	D – Espaço onde todos podem usufruir da mesma forma, tendo o mesmo direito sobre ele, mas que também têm deveres de conservação e cuidado.	37	46,25%

Nº de entrevistados: 40 FEIRANTES / 80 FREQUENTADORES. Obs.: um pesquisado pode ter emitido mais de uma ideia central como sugerem Lefevre et al. (2010).

QUADRO 12 – Ideia central e discurso do sujeito coletivo em relação ao quarto questionamento: “O que o Sr.^(a) entende por espaço público?”

Ideia central B	Espaço público é aquele lugar onde qualquer um pode ir, e o poder público tem que cuidar com o dinheiro dos impostos que recebe pela população.
DSC – FEIRANTES	Se é público, é porque é livre para todo mundo que queira ir e usar este espaço. Dependendo do que se quer fazer, tem que pedir autorização pra prefeitura, que é aquela que cuida de tudo isso. Por exemplo, como a gente faz aqui na feira, tem que conseguir a licença para trabalhar. Mas é a prefeitura que deve reservar esses espaços para que a população possa usar e também é ela que deve cuidar desses espaços com o dinheiro que recebe dos impostos. Se a própria prefeitura não cuidar, fica difícil que a população cuide.
Ideia central C	Espaço de uso coletivo, com condições de uso público e mantido pelo poder público.
DSC - FREQUENTADORES	O espaço público é aquela área reservada dentro das cidades que a população, de forma geral, pode usar de forma harmoniosa e civilizada. Porém a prefeitura é quem deve zelar por este espaço gerenciando seu funcionamento. Ela que tem o poder de abrir ou fechar um espaço destes, por isso é ela que deve ditar as regras para o uso. Essas regras precisam ser claras para que todos saibam como usar estes espaços. Também ela deve manter a manutenção dessas áreas instalando uma estrutura adequada, como: iluminação, mesas, cadeiras, lixeiras, fazendo a limpeza e cuidando de tudo mais que precisa. Se a prefeitura fiscaliza e mantém esses espaços, a população se acostuma com o jeito que tem que ser e acaba colaborando. Mas, se o povo percebe que as coisas são de qualquer jeito, acaba fazendo também de qualquer jeito. Para que o uso do espaço público seja feito pela população de forma adequada, harmonizada e civilizada, as regras têm que ser conhecidas e aplicadas, porque senão não funciona.

Após apresentação dos resultados obtidos, seguindo na análise de seu conjunto, salienta-se que os discursos expostos são aqueles que tiveram como base o maior quantitativo de compartilhamento da ideia central. Vale lembrar que os dados quantitativos não mencionam apenas a frequência das ideias centrais, mas, como sugerem Lefevre, Crestana e Cornetta (2003, p. 74), referem-se mais precisamente “à frequência de respostas que contribuíram para a construção do DSC”. Também, em relação aos dados obtidos pela aplicação dessa técnica, registra-se que, segundo Silva e Ramires (2009), a partir de uma mesma pergunta feita a diferentes sujeitos (que podem ou não pertencer a grupos sociais diversos), obtiveram-se respostas similares e, muitas vezes, complementares, que colaboraram para traçar um panorama geral da situação vivenciada no espaço destinado à feira da Quadra 304 Sul, quando se trata de resíduos sólidos.

Assim, pelos discursos-sínteses ou discursos do sujeito coletivo propriamente dito, foi possível observar que os problemas que se revelam a respeito da geração e do abandono de lixo nos espaços da feira da Quadra 304 Sul estendem-se a outros espaços públicos do núcleo central da cidade. Tal afirmação comprova-se uma vez que a afirmação compartilhada, entre os depoimentos que têm como ideia central o

fato de que “a feira é tão suja quanto os outros lugares da cidade”, foi frequente (DSC D/E, QUADRO 5, 2012).

No caso da feira da Quadra 304 Sul, em um universo que envolve tanto trabalhadores (feirantes) quanto frequentadores (usuários e transeuntes), observa-se que a quantidade e a maneira imprópria de disposição dos resíduos sólidos, na área destinada para a feira em questão, são notórias e estão presentes na dinâmica de funcionamento do local. Porém, de modo ambíguo, a frequência com que esse lixo fica espalhado nos espaço da feira faz com que o contato prolongado com o problema acabe por amenizar a situação, como lembra Jacobi (1996). Assim, o lixo abandonado no espaço reservado a tal feira torna-se um fato comum na rotina do lugar, apresentando-se como um mal que incomoda em termos de sentimento de repulsa e asco, mas que não atrapalha em termos de funcionamento de compra e venda de produtos no local. Nesse sentido, cabe a afirmação de Mucelin e Bellini (2008, p. 114):

As atividades cotidianas condicionam o morador urbano a observar determinados fragmentos do ambiente e não perceber situações com graves impactos ambientais condenáveis. Casos de agressões ambientais como poluição visual e **disposição inadequada de lixo refletem hábitos cotidianos em que o observador é compelido a conceber tais situações como “normais”** (grifo nosso).

Nota-se, nos discursos apresentados, que os motivos que colaboram com problema de abandono de lixo vão desde falta de infraestrutura adequada (principalmente lixeiras) até falta de sistematização de regras de conduta que indiquem o comportamento esperado dos feirantes e de uma sensibilização capaz de modificar as atitudes por parte dos frequentadores. Assim, a prefeitura, na figura do Estado, é indicada como peça elementar na gestão do espaço, por ser capaz de elaborar políticas apropriadas, que vão desde melhor adequação do espaço físico e locação de recursos humanos, até a criação de meios de sensibilização, via educação ambiental. Além disso, ela é a figura apta a cobrar atitudes adequadas, fiscalizando e punindo os excessos.

Em termos de apontamento de responsabilidades, detecta-se um conflito de relações, visto que, nos discursos obtidos, se nota que as parcelas de responsabilidades não estão bem definidas para esse o grupo envolvido. Há, nitidamente, transferência de obrigação do privado para público, no sentido de manter a limpeza do espaço, uma vez que as pessoas não se sentem

corresponsáveis. Já o poder público, por sua vez, deixa a desejar em seu papel de gestor, sobretudo, por não ditar, de forma clara e objetiva, as regras e, acima de tudo, não implementar as normativas já existentes, usando do poder que lhe é de direito por meio da fiscalização e da punição, se necessário for.

Portanto, pela análise dos discursos, observa-se que o espaço público, nesse caso específico, é visto como um espaço onde predomina a liberdade, ou seja, onde qualquer um pode ir e vir, assim como usar e abusar. Porém esse mesmo grupo acredita que a responsabilidade de manutenção e preservação é uma titularidade do poder público local, que deve investir o montante arrecadado, por meio de impostos, para tal fim.

Cumprir registrar que, observando os dados obtidos, se tornou perceptível que há incidências de uma parcela de descaso, de maior ou menor intensidade, em cada segmento envolvido no processo. Em resumo, tal descaso configura-se pela falta, por parte do poder público, em aplicar a própria legislação já existente, bem como uma política de educação ambiental eficaz e continuada. Há também a falta de manutenção local eficiente e de uma fiscalização efetiva, haja vista que o grupo social envolvido (feirantes e frequentadores) comporta-se de maneira inadequada amparado por um sentimento de impunidade adquirido ao longo de anos de prática de desrespeito com o espaço coletivo de vivência.

Nesse conflito, percebe-se, também, carência na noção de cidadania partilhada entre os atores envolvidos no mesmo universo de convivência coletiva, já que não se sentem parte integrante e, conseqüentemente, titular de direitos e deveres em relação aos espaços públicos. Essa afirmação completa-se ao lembrar que, para Benevides (1994, p. 9), a noção de cidadania deve estar ligada ao cidadão que, “além de ser alguém que exerce direitos, cumpre deveres ou goza de liberdades em relação ao Estado, é também titular, ainda que parcialmente, de uma função ou poder político”.

Por fim, diante dos motivos apresentados, destaca-se que, de modo geral, a ação de descaso com o ambiente de vivência coletiva se faz presente junto aos espaços públicos do núcleo central de Palmas, englobando todos os atores envolvidos no processo, seja o poder público local, os comerciantes e prestadores de serviços ou o cidadão, no sentido *lato sensu*. Evidencia-se também, nesse caso, que a deficiência no partilhamento da noção de cidadania e, conseqüentemente, a carência na conjugação de um sentimento de pertencimento torna o lixo, nos

espaços públicos no núcleo central de Palmas, um problema banalizado que jaz em cena (FOTO 52A, 52B, 52C, 52D, 52E, 52F, 52G e 52H).

FOTO 52 – Espaços públicos do núcleo central de Palmas: o lixo em cena, 2011-2012.



Fotos: Denardi (2011-2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social.

(RODRIGUES, 1998, p. 8)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Palmas, a cidade projetada para ser a capital do Tocantins e concebida, ao mesmo tempo, como a última capital da República Federativa do Brasil do século XX (VELASQUES, 2011), apresentou-se como palco do cenário abordado neste estudo: a geração e o abandono de lixo nos espaços públicos do núcleo central da cidade.

Com base na teoria levantada e na realidade observada, foi possível entender que Palmas teve a consolidação de sua área urbana distanciada da concepção original prevista em seu projeto urbanístico inicial, o que acarretou impactos conflitantes vividos na atualidade. Tais impactos podem ser observados desde uma configuração espacial que gerou enormes distâncias físicas, separação das atividades sociais, onerosidade nos custos de implantação da infraestrutura, fragilidades na dimensão do pertencimento e da cidadania, até diversos problemas ambientais urbanos. Destacam-se, entre eles: uso indevido do solo urbano, má destinação de áreas públicas, ineficiência dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana, deficiências relacionadas à circulação viária (com elevado índice de acidentes de trânsito), bem como deposição inadequada do lixo urbano e dificuldade de coleta e destinação final (KRAN; FERREIRA, 2006; AMARAL, 2009; CARVALHÊDO; LIRA, 2009; SOUZA, 2010).

Guiado por um imaginário social, erguido por agentes políticos, registra-se que a composição da população palmense foi tecida por diferentes culturas engendradas por pessoas vindas das mais diversas regiões do País ou fora dele, caracterizando a cidade naquilo que Silva (2008, p. 50) chamou de “colcha de retalhos” identificada por “tendências plurais coexistindo”. Esse processo de formação da capital do Tocantins, segundo a autora, resultou em uma criação não espontânea de ideais difusos, em que “o coletivo esvaziou o seu sentido, tornando-se a soma de indivíduos em busca de oportunidade ou oportunização” (SILVA, 2008, p. 50).

Nessa fase de consolidação da cidade, ao levantar a questão da “soma de indivíduos em busca de oportunidades”, compreende-se que tal situação

colaborou para o surgimento de fragilidades no que diz respeito ao sentimento de pertencimento. Tal sentimento, que deveria balizar ações individuais em prol de uma melhora que beneficiasse a coletividade, apresenta-se enfraquecido, acarretando divergências no partilhamento da noção de cidadania entre os cidadãos e expondo as fragilidades no cuidado e na preservação dos espaços de uso coletivo. Como exemplo, há o caso do lixo abandonado ao longo de praças, avenidas, áreas verdes, jardins, calçadas públicas e lotes baldios da cidade.

Como sugerida por Jacobi (1996), tal cidadania deveria levar a comunidade a assumir o papel de participação corresponsável na operacionalização de políticas públicas capazes de rever o processo de degradação ambiental, sendo o problema da geração e destinação final de lixo uma das questões prioritárias.

No entanto, de forma contrária a essa corresponsabilização por parte dos cidadãos, o que se pôde observar, durante o trabalho de campo, é que a prática de geração e de descarte de lixo em locais inadequados torna-se, visivelmente, um fator depreciativo no que tange à qualidade da vida urbana. Tal lixo está sendo gradativamente incorporado no cenário urbano, causando, dessa maneira, impactos socioambientais que, por sua vez, envolvem demandas sanitárias e de saúde pública, bem como questões que se referem ao bem-estar da população e estética urbana.

O tema dos resíduos sólidos urbanos, nessa capital, perpassa ainda por outra discussão: detecta-se que, apesar de o município contar com legislações que se encontram em vigor a respeito de tal problemática, elas não são implementadas adequadamente de forma a guiar ações individuais e coletivas de modo a reduzir os impactos advindos dos resíduos sólidos.

Com efeito, considerando a discussão apresentada, o abandono de lixo nos espaços públicos do núcleo central de Palmas apresenta-se de maneira disseminada, abrangendo o conjunto de atores envolvidos na dinâmica urbana, sejam eles: órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, ou o cidadão que consome os serviços prestados nesse espaço.

Entre os fatores levantados acerca do problema, observa-se também uma variedade de características que diz respeito ao lixo abandonado, listando-se entre elas:

- o acúmulo de lixo nos espaços públicos do núcleo central é notório nos locais onde população e consumo estão mais intimamente associados;
- os moradores observados no núcleo central da cidade, de forma geral, não colaboram com a limpeza pública, principalmente no que diz respeito ao abandono de lixo de forma inadequada, mal acondicionado, em lotes baldios, calçadas e jardins públicos, entre outros espaços;
- mesma atitude é observada entre os cidadãos transeuntes que, de passagem pelo núcleo central ou ao usufruírem de um espaço público para lazer, assim como para qualquer outro tipo de evento, deixam um volume significativo de lixo disposto de forma irregular;
- nas instituições públicas e nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, as atitudes são similares no que diz respeito à limpeza urbana, posto que o lixo produzido é depositado de forma irregular, sem o devido acondicionamento, contrariando legislação municipal vigente;
- a Prefeitura, por sua vez, não implementa as normativas existentes, não fiscaliza de maneira contundente e não organiza programas de sensibilização a fim de proporcionar uma educação ambiental efetiva;
- as condições de infraestrutura ligadas ao sistema de limpeza pública são deficientes, principalmente com relação aos mobiliários urbanos (lixeiras) em quantidade e qualidade suficiente para atender a demanda de geração de lixo nos espaços públicos do núcleo central.

Com base nos fatores descritos, apreende-se que, em relação ao lixo deixado de maneira inadequada no núcleo central da cidade, o cenário encontrado em Palmas é de descaso. Esse descaso se faz presente tanto por parte dos órgãos públicos municipais quanto por parte daqueles que produzem e consomem esse espaço em sua vivência cotidiana, expondo uma fragilidade na conjugação de um sentimento de pertencimento e no partilhamento da noção de cidadania.

Assim, considerando a teoria levantada ao longo deste trabalho, acredita-se que somente uma sociedade composta de cidadãos sensibilizados e conscientes é capaz de alterar os rumos da dinâmica urbana apresentada contemporaneamente em Palmas e, dessa maneira, garantir o pressuposto invocado entre os dispositivos da ordem social prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, a qual garante que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, s/p).

Por fim, ressalta-se que, pelas características do estudo apresentado, as considerações aqui descritas não são únicas e definitivas devido à dinamicidade e à complexidade do meio ambiente urbano. Muito embora o tema escolhido para esta pesquisa não seja relativamente novo, a ótica apresentada trouxe à tona uma discussão que deve ser continuada por demais pesquisadores, visto que a problemática auxilia na formação de uma base de conhecimento capaz de nortear uma melhoria no meio ambiente urbano da capital do estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Paula. Reflexões sobre o espaço urbano atual. In: LIMA, Everlyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira. **Espaço e cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.p.42-44.

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **FAZENDO A FEIRA: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós – graduação em desenvolvimento social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2009.

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins: uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008**. 2009. 133p. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília (UNB). Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes%5B%5D=4437&processar=Processar> . Acesso em: 02 jul.2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS - ABRELPE. **Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil - 2011**. São Paulo: Abrelpe, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS - ABRELPE. **Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil - 2010**. São Paulo: Abrelpe, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 10004: Resíduos sólidos – Classificação**. Rio de Janeiro, 2004. 2. Ed.. 71 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 9283: Mobiliário Urbano - classificação**. Rio de Janeiro, 1986.5 p.

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e Democracia. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: CEDEC, n. 33, p. 5-16, 1994.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [eletrônico]. Brasília, DF, p.2, 03 ago. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 28 jul.2011.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [eletrônico]. Brasília, DF, p.1, 23 jul. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm>. Acesso em: 8 jul.2011.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007a. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** [eletrônico]. Brasília, DF, p.3, 08 jan. 2007. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2007/lei/11445.htm> >. Acesso em: 28 jul.2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Feiras Livres da agricultura familiar - Roteiro de implantação**. 2007b. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União [eletrônico]**. Brasília, DF, p.19457, 20 dez. 1979. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 28 jul.2011.

BRITO, Eliseu Pereira de. DO SOL QUE GIRA (O TEMPO) AOS GIRASSÓIS (O ESPAÇO). **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 1, n. 1, p. 99-112, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/viewFile/614/410>>. Acesso em 20 ago. 2012.

CAMPINAS (Município). Prefeitura Municipal de Campinas. Centro de Controle de Zoonoses. **Manual de Controle Integrado de Pragas**. Campinas, 2006, 68p.

CALDERÓN, Jorge Eduardo Minda. **Os espaços livres públicos e o contexto local: o caso da Praça principal de Pitalito- Huila – Colômbia**. 2009. 106 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2009.

CARDOSO, Érica *et al.* Análise de obras arquitetônicas da Praça dos Girassóis, Palmas/To com ênfase na relação entre a arquitetura e a geometria. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO DO IFTO, 1., 2010, Palmas. **Anais...**Palmas: Instituto Federal do Tocantins, 2010.

CARVALHÊDO, Wlisses dos Santos; LIRA, Elizeu Ribeiro. Palmas ontem e hoje: do interior do Cerrado ao portal da Amazônia. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v.1, n.2, p.51-73, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n2/PALMAS%20ONTEM%20E%20HOJE.pdf>>. Acesso em: 15 de jun. 2011.

COCOZZA, Glauco de Paula *et al.* Palmas: por um sistema de espaços livres. **Paisagem ambiente**, São Paulo, n. 26, 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-60982009000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 mar. 2012.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA - CIAM. **Carta de Atenas**. Assembleia do CIAM: 1933. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94p.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____(org.). **Políticas e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 103 – 118.

DIRETORIA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PALMAS. Trabalho de campo 2011/2012.

DUARTE, Aluizio C. **A Área Central da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CNG/ IBGE, 1967.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – **ESMPU**. Dicionário de Direitos Humanos On-line, 2006. Disponível em: <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>. Acesso em: 05 abr. 2013.

FAGUNDES, Diana da Cruz. **Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em Tarumã e Teodoro Sampaio – SP**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: [s.n], 2008.

GARCIA, Jéssica Cristina; RIBEIRO FILHO, Vítor. O núcleo central de Uberlândia e a dinâmica de suas principais atividades de comércio e serviços. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v.3, n.8, p. 67-86, dez. 2011. Disponível em: < <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n8/3.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS - **SIGPALMAS**, 2003 - 2005. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação - Diretoria de Planejamento Territorial. Prefeitura Municipal de Palmas. Disponível em: <http://srvsefin.palmas.to.gov.br/portalprefeitura/servicos/seduh/>. Acesso em: 20 jun. 2011.

GIOVANCARLI, Luiza; MENDES, Rodrigo. OS RUMOS PRECISAM MUDAR: O crescimento desordenado das cidades e interesses econômicos criam abismo entre o discurso sobre a necessidade de preservação ambiental e a prática. **Caros Amigos**. Edição Especial: Desafios Urbanos: como solucionar os problemas das cidades brasileiras. São Paulo, ano XVI número 58, p. 22, 2012.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A Condição Urbana: Ensaio de Geopolítica da Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, Josilena Maria Zanello. A Arquitetura Moderna e o Sesquicentenário de Emancipação Política do Paraná: o Tombamento de Marcos de Referência da Arquitetura Moderna Paranaense. In: **Seminário Docomo Brasil, 5.**, 2003, São Carlos. Anais... São Carlos: Universidade de São Paulo e Docomo Brasil, 2003. n. 5, paginação irregular. Disponível em: < <http://www.docomomo.org.br/indexfutura.htm>>. Acesso em: 05 set. 2012.

GOOGLE MAPS. Site Oficial, 2012. Disponível em: < <https://maps.google.com.br/?hl=pt-BR>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

GROSTEIN, Marta Dora. METRÓPOLE E EXPANSÃO URBANA: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo Perspectiva.**, São Paulo, v. 15, n. 1, Jan. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 fev. 2012.

GRUPO QUATRO. **Termo de referência do Plano Diretor Urbanístico de Palmas.** Governo do Estado do Tocantins, 1988.

HUGHES, Johnson Donald. **An Environmental History of the World.** London: Routledge, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE. Censo 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE. Censo 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE. Censo 1991.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em: 10 set. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA DO SUJEITO COLETIVO – **IPDSC.** Site oficial, 2005. Disponível em: < <http://www.ipdsc.com.br/scp/index.php>>. Acesso em: 10 out. 2011.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE PALMAS - **IPUP. Caderno de Revisão do Plano Diretor de Palmas.** Palmas: IPUP, 2002.

INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS – **NATURATINS.** Site oficial, 2012. Disponível em: <<http://naturatins.to.gov.br/conteudo.php?id=193>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - **IPCC. Climate change 2007. Synthesis Report.** Disponível em: <http://www.ipcc.ch/publications_and_data/publications_ipcc_fourth_assessment_report_synthesis_report.htm>. Acesso em: 1 fev. 2011.

JACOBI, Pedro Roberto. **Ampliação da cidadania e participação: desafios na democratização da relação poder público-sociedade civil no Brasil,** 1996. Paginação irregular. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1996. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/48/tde-25102005-105004/pt-br.php>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Estudos Avançados,** São Paulo, vol.25, n.71, p.135-158, abr. 2011.

JORNAL DO TOCANTINS. **Lixo é o problema em todos os municípios.** Jornal do Tocantins, Palmas, 11 dez. 2011. Meio Ambiente, capa.

LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti; CRESTANA, Maria Fazanelli; CORNETTA, Vitória Kedy. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização "Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde - CADRHU", São Paulo - 2002. **Saúde e Sociedade,**

São Paulo, v. 12, n. 2, p. 68 – 75, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2012.

LEFEVRE, Fernando *et al.* O discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a pílula do dia seguinte. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 798-808, 2010 . Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000300015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 jan. 2011.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

KRAN, Faída; FERREIRA, Frederico Poley Martins. Qualidade de vida na cidade de Palmas - TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. **Ambiente e sociedade**, Campinas, v. 9, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2011.

MARQUES, João Evangelista. Engenheiro civil responsável técnico pelo Aterro Sanitário Municipal de Palmas. Secretaria de Meio Ambiente e Serviço Público do Município de Palmas – **SEMASP/PMP**. Trabalho de campo 2011/2012.

MASCARÓ. Juan Luís. **Infra-estrutura da Paisagem**. Porto Alegre: Editora Masquatro, 2008.

MORAES, Marcleiton Ribeiro *et. al.* Percepções e atitudes de residentes em relação às árvores urbanas de Palmas-TO. **REVSBAU**, Piracicaba/SP, v.6, n.3, p.84-102, 2011. Disponível em:< http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo175-publicacao.pdf>. Acesso em: 26 out. 2012.

MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, Marta. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza (on line)**, Uberlândia, v. 20 n.1, p. 111-124, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 abr. 2011.

MURPHY, Raymond E.; VANCE, James E. Jr. (1954). Delimiting the CBD. Readings in Urban Geography. KOHN, C. & MAYER, R. (eds). Chicago: The University of Chicago Press. p. 418-446.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - **ONU. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. In: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: < <http://www.onu.org.br/rio20 /img/ 2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2011.

PACHECO, Hélia. Coordenadora de Desenvolvimento Sustentável da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Tocantins – SEMADS/TO. Trabalho de campo, fev. 2012.

PALMAS (Município). Decreto nº 219, de 7 de junho de 2011a. Regulamenta a Lei n.º 1.658, de 13 de novembro de 2009, que **proíbe a utilização de embalagens e sacolas plásticas nos estabelecimentos comerciais na cidade de Palmas**, na forma que especifica. Palmas, 2011, paginação irregular.

PALMAS (Município). Decreto nº 227, de 14 de julho de 2011b. Implanta a **Coleta Seletiva de Lixo nas Escolas Municipais e nas Quadras 404 Sul e 904 Sul**, na forma que especifica. Palmas, 2011, paginação irregular.

PALMAS (Município). Lei Complementar nº 155 de 28 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a **Política Urbana do Município de Palmas**, formulada para atender ao plano desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes, conforme estabelece a constituição federal/88, em seus arts. 182 e 183, e o estatuto da cidade, lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Palmas, 2007, 52 p.

PALMAS (Município). Decreto nº 312, de 08 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o **regulamento das Feiras Livres Municipais** e dá outras providências. Palmas, 2005, paginação irregular.

PALMAS (Município). Lei nº 1084, de 14 de janeiro de 2002a. Dispõe sobre a **obrigatoriedade a todas as empresas de ônibus que fazem transporte de passageiros no Município de Palmas a colocarem recipientes de lixo no interior de seus veículos**. Palmas, 2002, paginação irregular.

PALMAS (Município). Lei n.º1165, de 11 de dezembro de 2002b. Institui a **Coleta Seletiva de Lixo no Município de Palmas** e dá outras providências. Palmas, 2002, paginação irregular.

PALMAS (Município). Lei nº 1011, de 04 de junho de 2001. Dispõe sobre a **Política Ambiental, Equilíbrio Ecológico, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente** e dá outras providências. Palmas, 2001, paginação irregular.

PALMAS (Município). Lei nº 700, de 23 de dezembro de 1997. Dispõe sobre a **obrigatoriedade da embalagem do lixo para coleta em Palmas** e dá outras providências. Palmas, 1997, paginação irregular.

PALMAS (Município). Lei nº 468 de 06 de janeiro de 1994. Aprova o **Plano Diretor Urbanístico de Palmas (PDUP)** e dispõe sobre a divisão do solo do município, para fins urbanos. Palmas, 1994, paginação irregular. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/253174/lei-468-94-palmas-to>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

PALMAS (Município). Lei nº 371 de 04 de novembro de 1992. Institui o **Código de Posturas do Município de Palmas** e dá outras providências. Palmas, 1992. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/254167/lei-371-92-palmas-0>> Acesso em: 10 fev. 2011.

PALMAS (Município). Lei nº 00 de 05 de abril de 1990. Institui a **Lei Orgânica Município de Palmas**. Palmas, 1990. Disponível em: < http://legislativo.palmas.to.gov.br/buscar/?tipo_busca=texto&tipo=LEI+ORGANICA&q=lei+org%C3%A2nica+do+munic%C3%ADpio+de+palmas> Acesso em: 10 fev. 2011.

PALMAS (Município). Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município de Palmas – **SAGRI/PMP**. Trabalho de campo 2011/2012.

PALMAS (Município). Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Município de Palmas - **SEDUH/PMP**. Trabalho de campo 2011/2012.

PALMAS (Município). Secretaria de Meio Ambiente e Serviço Público do Município de Palmas – **SEMASP/PMP**. Trabalho de campo 2011/2012.

PALMAS (Município). Secretaria de Vigilância Sanitária do Município de Palmas – **VISA/PMP**. Trabalho de campo, 2011/2012.

PATARO, Silvana Maria Santos. **Lombalgia em trabalhadores de limpeza urbana**. 2011. 154f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: < <http://www.sat.ufba.br/site/db/dissertacoes/172011111221.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

PHILIPPI JR, Arlindo; AGUIAR, Alexandre de Oliveira e. **Resíduos Sólidos: Características e Gerenciamento**. In: Arlindo Philippi Jr. (Org.). Saneamento, saúde e ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 1 ed. Barueri, SP: Manole, 2005, v. 1, p. 267-321.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. Site oficial. Palmas, 2011/2012. Disponível em: < <http://portal.palmas.to.gov.br/>>. Acesso em: 04 jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Departamento Municipal de Limpeza Urbana, 2011. Site oficial. Disponível em: < http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=137>. Acesso em: 05 mar. 2011.

PUTNAM, Robert. **Making Democracy Work**. Princeton University Press, New Jersey, 1994.

QUARESMA, Sílvia Jurema. Durkheim e Weber: inspiração para uma nova sociabilidade, o neotribalismo. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 81-89. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18028/16977>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na grande Vitória- ES**. 2007. 286 f. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2007.

REIS, Sebastiana Lindaura de Arruda; BELLINI, Marta. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá/PR, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011. Disponível em:< <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/File/10256/pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2012.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no Espaço - Problemática Ambiental Urbana**. 1º. ed. São Paulo: Hucitec, 1998, 240 p.

ROMÃO, Mariana. OS RUMOS PRECISAM MUDAR: O crescimento desordenado das cidades e interesses econômicos criam abismo entre o discurso sobre a necessidade de preservação ambiental e a prática. [set., 2012]. Entrevistador: L. GIOVANCARLI e R. MENDES. **Caros Amigos**. Edição Especial: Desafios Urbanos: como solucionar os problemas das cidades brasileiras. São Paulo, ano XVI número 58, p. 22, 2012.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **A cidade e o lixo**. São Paulo: SMA/CETESB, 1998, 99p.

SATO, Leny. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO TOCANTINS – **SEMADS/TO**. Trabalho de campo, 2011/2012.

SILVA, Delfina Cecília de Almeida e. Engenheira civil responsável pela fiscalização do contrato com a empresa terceirizada para o serviço de limpeza pública municipal. Secretaria de Meio Ambiente e Serviço Público do Município de Palmas – **SEMASP/PMP**. Trabalho de campo 2011/2012.

SILVA, Luiz Otávio Rodrigues. Formação da cidade de Palmas de Tocantins. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (não publicado).

SILVA, Magda V.; RAMIRES, Júlio Cesar de L. O discurso do sujeito coletivo e os impactos da Mitsubishi na cidade de Catalão/Goiás: uma aplicação de abordagem qualitativa. In: PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; RAMIRES, Julio Cesar de Lima (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis editora, 2009, 544p.

SILVA, Valéria Cristina Pereira. **“Girassóis de Pedra”**: Imagens e Metáforas de uma cidade em busca do tempo. 2008, 239 f. Tese (Doutorado)- Programa de pós-graduação em Geografia, Área produção do espaço geográfico, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP), Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/32185>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

SOUZA, Lucas Barbosa e. NOVAS CIDADES, VELHAS QUERELAS Episódios pluviais e seus impactos na área urbana de Palmas (TO), primavera-verão 2009/2010. **Mercator**. Fortaleza, volume 9, número especial (1), p. 165 a 177, dez. 2010.

TOCANTINS (Estado). Fórum Estadual Lixo e Cidadania - FELC. **Carta Aberta do 2º Seminário de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Reciclagem e Responsabilidade Socioambiental**. Palmas, 2007, paginação irregular.

TOCANTINS (Estado). Fórum Estadual Lixo e Cidadania - FELC. **Carta denúncia do 2º Seminário de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. Palmas, 2007, paginação irregular.

TOCANTINS (Estado). Ministério Público Estadual – MPE/TO. Trabalho de campo, 2011/2012.

TOCANTINS (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diagnóstico Final dos Resíduos Sólidos Urbanos 2002/2004**. Palmas: SMA/TO, 2004, 77p.

TOCANTINS (Estado). Lei nº 1.374, de 08 de abril de 2003. Dispõe sobre a **Política Estadual de Educação Ambiental** e adota outras providências. Palmas, 2003, paginação irregular.

TOCANTINS (Estado). Decreto nº 866, de 24 de novembro de 1999. **Cria a Comissão de Educação Ambiental e dá outras providências**. Palmas, 1999, 3 p.

URBAN WORLD FORUM. **Reports On Dialogues – Sustainable Urbanization**. Disponível em: <<http://www.unchs.org/uf/aai.html>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca**. 2007, 246p. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=440&Itemid=49>. Acesso em: 03 ago. 2011.

VASCONCELLOS, Rodrigo Botelho de Hollanda. **A sintaxe espacial como instrumento de análise da dualidade mórfica de Palmas**. 2006. Paginação irregular. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação da FAU/UNB, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes%5B%5D=1504&processar=Processar>. Acesso em: 29 jul. 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Studio Nobel, 1998, 373 p.

YUKA, Marcelo. **A Feira**. Rappa Mundi. Warner Music, 1996. CD-ROM.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WEISZFLOG, Walter. **Dicionário Michaelis**. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 1998-2007.